



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**



HUGO PINTO DE ALMEIDA

**“Tudo não é por acaso”**: exploração, greves, sindicatos surpreendidos e a saúde dos trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2016

Hugo Pinto de Almeida

**“Tudo não é por acaso”**: exploração, greves, sindicatos surpreendidos e a saúde dos trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

Trabalho de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Saúde Pública Área Saúde Pública e subárea de concentração: Saúde, Trabalho e Ambiente.

Orientador (a): Kátia Reis de Souza  
Coorientador (a): José Augusto Pina

Rio de Janeiro

2016

Catálogo na fonte  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica  
Biblioteca de Saúde Pública

A447t Almeida, Hugo Pinto de  
“Tudo não é por acaso”: exploração, greves, sindicatos  
surpreendidos e a saúde dos trabalhadores do Complexo  
Petroquímico do Rio de Janeiro. / Hugo Pinto de Almeida. --  
2016.  
122 f. : il. color. ; mapas.  
  
Orientadora: Kátia Reis de Souza  
Coorientador: José Augusto Pina  
Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública  
Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.  
  
1. Saúde do Trabalhador. 2. Indústria da Construção.  
3. Serviços Terceirizados. 4. Greve. 5. Sindicatos. I. Título.  
  
CDD – 22.ed. – 363.11098153

Hugo Pinto de Almeida

**Tudo não é por acaso:** exploração, greves, sindicatos surpreendidos e a saúde dos trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

Trabalho de dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, do Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Saúde Pública Área Saúde Pública e subárea de concentração: Saúde, Trabalho e Ambiente.

Aprovada em: 11/04/2016

Banca Examinadora

Dr<sup>a</sup> Ana Inês Simões Cardoso de Melo – FSS/UERJ

Dr. Eduardo Navarro Stotz – ENSP/FIOCRUZ

Rio de Janeiro

Ano, 2016

A minha mãe, Maria Estela Pinto de Almeida (*in memoriam*), que em algum lugar participou  
nesses dois anos.

## AGRADECIMENTOS

“E aprendi que se depende sempre  
De tanta, muita, diferente gente  
Toda pessoa sempre é as marcas  
Das lições diárias de outras tantas pessoas”

(GONZAGUINHA, Caminhos do Coração)

Da música de Gonzaguinha extraio a reflexão que um trabalho traz marcas de várias pessoas, conversas e convívios ao longo da vida. Neste espaço agradeço as lições diárias, de um conjunto variado de pessoas, que me faziam refletir e construir o aprendizado que resultou nesta dissertação.

Primeiro, a minha mãe Maria Estela Pinto de Almeida ao qual a distância só me faz refletir o quanto sua ajuda, carinho e confiança foram importante para minha formação. Ao meu pai, Cleide Wagner, pelo apoio e carinho permanente.

Aos meus orientadores Kátia Reis de Souza e José Augusto Pina por acreditarem em mim e estarem sempre presente. A paciência e o carinho foram fundamentais e contribuíram da melhor maneira possível. Para mim, foi uma grande honra ser orientado por professores que visualizam o conhecimento científico em prol da luta dos trabalhadores.

Aos professores Ana Inês e Eduardo Stotz pelas contribuições essenciais durante a qualificação e todo o período de estudo.

Aos amigos de turma do Mestrado que durante esses dois anos foram fundamentais para minha formação. Aos funcionários do CESTEJ que mantém viva a luta dos trabalhadores e a possibilidade de um local de estudo e reflexão permanente. Em especial aos professores, sempre presentes e abertos, Ary Miranda, Fadel, Blandina e Renato Bonfatti. Nesse período mais que a relação professor e aluno fiz amigos de luta em prol dos trabalhadores.

Aos amigos Leandro, Ewerson, Bruno, Sandro, Camila, Felipe, Leonardo, Maykeline, Fabiana e tantos outras fontes de reflexão e descontração. Aos companheiros do Coletivo Rosa Zumbi e do Setorial de Saúde do PSOL fonte permanente de reflexão e discussão pela vida.

Aos funcionários do SINDSPETRO/RJ pela acolhida e proporcionar as aberturas necessárias para a continuidade do estudo. Um agradecimento especial aos trabalhadores da construção civil do COMPERJ afinal está dissertação surge a partir de sua luta e resistência

Aqueles que não cito na tese, mas são irmãs (os) de lutas e de sonho de uma sociedade mais justa e igualitária. Por fim, a minha companheira Viviane Gonçalves pela paciência, carinho e ajuda nesse período. Momentos como esses renovam cada vez mais nosso amor e companheirismo: a dissertação para você é pouco

*Pedro pedreiro penseiro esperando o trem  
Manhã parece, carece de esperar também  
Para o bem de quem tem bem de quem não tem vintém  
Pedro pedreiro fica assim pensando*

*Assim pensando o tempo passa e a gente vai ficando prá trás  
Esperando, esperando, esperando  
Esperando o sol, esperando o trem  
Esperando aumento desde o ano passado para o mês que vem*

*Pedro pedreiro penseiro esperando o trem  
Manhã parece, carece de esperar também  
Para o bem de quem tem bem de quem não tem vintém  
Pedro pedreiro espera o carnaval*

*E a sorte grande do bilhete pela federal todo mês  
Esperando, esperando, esperando, esperando o sol  
Esperando o trem, esperando aumento para o mês que vem  
Esperando a festa, esperando a sorte  
E a mulher de Pedro, esperando um filho prá esperar também*

*Pedro pedreiro penseiro esperando o trem  
Manhã parece, carece de esperar também  
Para o bem de quem tem bem de quem não tem vintém*

*Pedro pedreiro tá esperando a morte  
Ou esperando o dia de voltar pro Norte  
Pedro não sabe mas talvez no fundo  
Espere alguma coisa mais linda que o mi*

*Maior do que o mar, mas prá que sonhar se dá  
O desespero de esperar demais  
Pedro pedreiro quer voltar atrás  
Quer ser pedreiro pobre e nada mais, sem ficar*

*Esperando, esperando, esperando  
Esperando o sol, esperando o trem  
Esperando aumento para o mês que vem  
Esperando um filho prá esperar também*

*Esperando a festa, esperando a sorte  
Esperando a morte, esperando o Norte  
Esperando o dia de esperar ninguém  
Esperando enfim, nada mais além  
Da esperança aflita, bendita, infinita do apito de um trem*

*Pedro pedreiro pedreiro esperando  
Pedro pedreiro pedreiro esperando  
Pedro pedreiro pedreiro esperando o trem*

*Que já vem*

Pedro Pedreiro, Chico Buarque

## RESUMO

Esta pesquisa analisa a luta coletiva e sindical dos trabalhadores em sua relação com a saúde, tendo como campo de estudo o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). No COMPERJ, um conjunto de lutas e greves dos operários da construção civil, como a de 2014, põe em questão as condições de exploração e a representação sindical da categoria. Com base na Saúde Coletiva/Saúde do Trabalhador, a abordagem teórico-metodológica da investigação compreende as práticas coletivas dos operários do COMPERJ de resistência e enfrentamento à exploração capitalista como expressão das contradições do processo de trabalho capaz de contribuir com o conhecimento em saúde dos trabalhadores. Nessa linhagem, enfatizamos a perspectiva da pesquisa participante junto a coletivos de trabalhadores para se gerar transformação. O trabalho de campo incluiu dois momentos, sendo o primeiro a participação em audiências públicas relativas às condições de trabalho do COMPERJ, assembleias da categoria e visitas ao sindicato representativo. O segundo momento compreendeu entrevista semidirigida e individual com informantes-chave, sendo realizadas ao todo 10 (dez) entrevistas com três grupos: 5 (cinco) com trabalhadores de base do COMPERJ que participaram dos movimentos de greve; 4 (quatro) com diretores do SINDIPETRO-RJ, entidade sindical implicada na luta dos operários e 01 (uma) com técnico do sindicato legalmente investido da representação dos trabalhadores da construção civil do COMPERJ. Os resultados e a discussão destacam um conjunto de reivindicações que traduzem resistência do processo de trabalho, tais como: prolongamento do trabalho, administração por estresse, práticas gerenciais de controle e vigilância do trabalhador, bem como práticas de enfraquecimento coletivo dos trabalhadores, base da resistência operária. Algumas das práticas de enfraquecimento ocorrem pela fragmentação dos trabalhadores através das formas de terceirização presente na obra e as características da estrutura sindical de Estado. No enfrentamento à exploração, os trabalhadores produziram diferentes formas de solidariedade e resistência no sentido de produção de saúde, sendo uma destas a criação de comissões de base, instância independente do sindicato representativo, devido ao enfraquecimento da organização no local de trabalho. Estas comissões objetivavam organizar as lutas, greves e reivindicações dos trabalhadores da construção civil do COMPERJ. O movimento dos trabalhadores do COMPERJ, apoiado por sindicatos de outras categorias, se constituiu como uma forma de resistência perante as condições de exploração e reafirmando a possibilidade de conquistas e mudanças no processo de trabalho, como também a possibilidade do reencontro com o coletivo de trabalhadores, apesar dos limites impostos pelos patrões e o próprio sindicato legal da categoria que tinham o objetivo de diminuir ou fragmentar a luta operária. A presente dissertação, surgida pela interpelação da luta dos trabalhadores, contribui ao apontar para a necessidade do aprofundamento da realidade dos trabalhadores a partir das suas próprias práticas organizativas e compreendendo assim os próprios limites da estrutura sindical de Estado para a luta pela saúde dos trabalhadores.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador; Indústria da Construção; Serviços Terceirizados; Greve; Sindicatos.

## ABSTRACT

This research analyses the collective and trade union struggle of workers in relation to health in the Petrochemical Complex of Rio de Janeiro (COMPERJ). In COMPERJ, a set of struggles and strikes of construction workers, such as the one in 2014, questioned the work conditions and union representation of the category. Based on Public Health / Workers' Health, the theoretical and methodological approach of this research includes the collective practices of the COMPERJ workers in regard to resistance and fighting the capitalist exploitation, as an expression of the contradictions of what the work process can contribute to the health knowledge of the workers. In this sense, we conducted participant observation of workers' collectives generating transformation. The fieldwork included two moments: First, participation in public hearings about working conditions in COMPERJ meetings and visits to the Union. In the second moment, we conducted 10 (ten) interviews with three groups: five (5) with COMPERJ workers who participated in the strike movement; 4 (four) with SINDIPETRO-RJ directors, Labour Union involved in the struggle of the workers and 1 (one) with a technical legally invested by the Union to represent COMPERJ constructions workers. The results and discussion highlighted a number of claims that translate the resistance to the work process, such as prolongation of work, stress management, management practices of control and surveillance of the worker at the same time, collective weakening of workers. We emphasize forms of outsourcing this work and the characteristics of the Union structure in the State. In addressing the exploitation, the workers produced different forms of solidarity and resistance in the sense of health production, and formed base commission, an independent body of the representative Union. These commissions organized struggles, strikes and workers' demands from the workplace. The movement of COMPERJ workers, supported by trade unions of other categories, constituted as a form of resistance against the conditions of exploitation, reaffirming the possibility of achievements and changes in the labour process, but also the possibility of reunion with the collective of workers despite the limits imposed by employers and own legal category union. This dissertation, which appeared for the interpellation of the workers' struggle, helps to point out the needs of deepen studies from the real struggles and their own organizational practices of workers for the production of knowledge in Workers' Health.

Keywords: 1. Workers' Health. 2. Construction Industry. 3. Outsourced Services. 4. Strike. 5. Unions.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Área de Implantação do COMPERJ.....	30
Figura 2 -	Área de Implantação do COMPERJ.....	31
Figura 3 -	Área de influência do COMPERJ.....	32
Fotografia 04	Assembleia dos trabalhadores da construção civil do COMPERJ/RJ, 2014.....	76
Fotografia 05	Presença da tropa de choque durante ato dos trabalhadores do COMPERJ/RJ, 2014.....	77
Fotografia 06	Presença da tropa de choque durante ato dos trabalhadores do COMPERJ/RJ, 2014.....	77
Fotografia 07	Protesto dos trabalhadores do COMPERJ/RJ na ponte Rio-Niterói, 2015.....	96
Fotografia 08	Protesto dos trabalhadores do COMPERJ/RJ na ponte Rio-Niterói, 2015.....	97

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Consórcios e empresas segundo as etapas e unidades produtivas no COMPERJ/RJ, até 2012.....	34
Quadro 2 - Metas individuais e os respectivos critérios para recebimento da PLR: COMPERJ, 2015/2016.....	65
Quadro 3 - Meta coletiva e o respectivo critério para recebimento da PLR 2015-2016	67
Quadro 4 - Principais reivindicações dos trabalhadores de base no COMPERJ/RJ, 2014.....	79
Quadro 5 - Relação dos consórcios/empresas com os respectivos status de contrato, efetivo de trabalho: COMPERJ/RJ, dezembro de 2014 e janeiro de 2015	92

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ	Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CONLESTE	Consórcio Intermunicipal Leste Fluminense
CSP-CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
CTB	Central dos Trabalhadores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DDS	Diálogo Diário de Segurança
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	Normas Regulamentadoras
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro SA
PIB	Produto Interno Bruto
PRT	Procuradoria Regional do Trabalho
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
REDUC	Refinaria Duque de Caxias
SINDIPETRO-RJ	Sindicato dos trabalhadores das empresas próprias e contratadas na indústria e no transporte de petróleo, gás, matérias-primas, derivados, petroquímica e afins, energias de biomassas e outras renováveis e combustíveis alternativos no Estado do Rio de Janeiro.
SINTICOM	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Plano de Construção, Montagem e Manutenção Industrial de São Gonçalo, Itaboraí e Região
SINTRAMON	Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção Industrial da cidade de Itaboraí
SMS	Serviços Médicos de Saúde

ST

Saúde do Trabalhador

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	18
1	<b>CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E CONFLITOS ENTRE CAPITAL E TRABALHO NAS OBRAS DO PAC.....</b>	21
1.1	PAC – DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E A CONSTRUÇÃO CIVIL	21
1.1.1	<b>Grandes obras da construção civil e a acumulação capitalista.....</b>	21
1.1.2	<b>Terceirização e relações de trabalho.....</b>	22
1.2	CONSTRUÇÃO CIVIL: EXPLORAÇÃO, DESGASTE E RESISTÊNCIA...	24
1.2.1	<b>Construção Civil: Exploração e Desgaste Operário.....</b>	23
1.2.2	<b>As obras do PAC: Resistência e greves operárias.....</b>	26
1.2.3	<b>Resposta Estatal: greves abusivas e repressão aos trabalhadores.....</b>	27
1.3	COMPERJ: DE UM ELDORADO A EXPLORAÇÃO, GREVE E SINDICATO SURPREENDIDO .....	29
2.	<b>Capítulo II – REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	37
2.1	CAMPO DE SAÚDE DO TRABALHADOR.....	37
2.2	AÇÃO COLETIVA E PERSPECTIVA SINDICAL.....	38
2.2.1	<b>Características do Sindicalismo Brasileiro.....</b>	44
3.	<b>CAPÍTULO III - METODOLOGIA.....</b>	44
3.1	OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	44
3.2	SUJEITOS DA PESQUISA.....	45
3.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45
3.3.1	<b>Trabalho de campo: experiência e aprendizado lado a lado.....</b>	45
3.3.1.1	1º Momento – Observação participante: audiências públicas, assembleias operárias e visitas ao sindicato.....	46
3.3.1.2	2º Momento – Entrevistas e coleta documental.....	48
3.4	LEVANTAMENTO DOCUMENTAL.....	51
3.5	ANÁLISE DE DADOS.....	51
4.	<b>CAPÍTULO IV - Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores da construção civil do COMPERJ.....</b>	53
4.1	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE TRABALHO NO	

COMPERJ.....	53
4.2 PROLONGAMENTO DO TRABALHO.....	56
4.2.1 <b>Horas extras</b> .....	56
4.2.2 <b>Horas <i>in itinere</i></b> .....	59
4.2.3 <b>Folgas de campo e trabalhadores “corre trecho”</b> .....	61
4.3 ADMINISTRAÇÃO POR ESTRESSE.....	63
4.3.1 <b>Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e sistema de metas</b> .....	64
4.3.2 <b>Práticas gerenciais de controle e vigilância do trabalhador</b> .....	69
5 <b>CAPÍTULO V – A GREVE DO COMPERJ: NOVAS AÇÕES E VELHAS ESTRUTURAS</b> .....	73
5.1 GREVE DE 2014: NADA É POR ACASO.....	73
5.1.1 <b>Antecedentes da greve</b> .....	73
5.1.2 <b>A greve de 2014: trabalhadores em greve e sindicato surpreendido</b> .....	75
5.1.3 <b>Audiências no PRT: negociações e acordos como estratégia</b> .....	82
5.2 TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO COMPERJ E O SINDIPETRO-RJ.....	86
5.3 UM NOVO SINDICATO OU VELHAS PRÁTICAS.....	88
5.4 COMPERJ: O FIM DO ELDORADO E VELHAS PRÁTICAS SINDICAIS.....	92
5.5 GREVE E SAÚDE DO TRABALHADOR.....	97
6. <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	101
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	104
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO COMPERJ QUE PARTICIPARAM NO MOVIMENTO GREVISTA</b> .....	112
<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS REPRESENTANTES SINDICAIS DA CATEGORIA</b> .....	114
<b>APÊNDICE C - REPRESENTANTE DE ENTIDADES SINDICAIS IMPLICADAS NO MOVIMENTO GREVISTA OU EM SEUS DESDOBRAMENTOS</b> .....	116
<b>APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	117
<b>ANEXO A – PARECER COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA</b> .....	120

## INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva analisar os movimentos contemporâneos insurgentes de ação coletiva dos trabalhadores e sua relação com a ação sindical na luta do processo de trabalho e à saúde. A pesquisa tomou como campo de estudo a luta dos trabalhadores da construção civil do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

Uma vez que a escolha de determinado objeto de estudo não ocorre por acaso ou desprovida de intencionalidade, tal fato ocorreu em razão de minha participação em militância política nos movimentos sociais, partidos e sindicatos. Essa experiência permitiu identificar a relevância da luta dos trabalhadores pela defesa de seus direitos e da relação entre processo de trabalho e saúde. Somado a isso, meu ingresso no curso de especialização em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ), em 2013, possibilitou ampliar o debate a respeito do tema e aceitar a importância de tais movimentos para a defesa da saúde, bem como construir o conhecimento no campo de Saúde do Trabalhador (ST), tendo como pressuposto a capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores para o questionamento e transformações do processo de trabalho e da saúde.

Nesse sentido, o presente estudo visa reforçar este pressuposto básico do campo de ST. Se na perspectiva histórica dos movimentos dos trabalhadores uma das principais referências de luta e organização política têm sido os sindicatos, inclusive nas ações de ST (exemplo: Vigilância em Saúde do Trabalhador) e se constituindo como um dos vetores principais do campo de ST (LACAZ, 1996, 2007), verifica-se, numa breve revisão de literatura, em bases de dados periódicos indexados, como SCIELO e BIREME, uma diminuta produção acadêmica nos últimos anos em relação ao tema.

Na atualidade, desde o ano de 2013, o estado do Rio de Janeiro assistiu a um conjunto de greves e mobilizações cujas características pautavam-se não só no questionamento do processo saúde e doença, como também na produção de ações articuladas pelos próprios trabalhadores, muitas vezes sem a presença do sindicato representativo. Entre essas, listam-se as greves organizadas pelos professores do Estado do Rio de Janeiro, durante os meses de agosto a outubro de 2013; dos garis, em fevereiro de 2014; dos trabalhadores da construção civil do COMPERJ, entre janeiro e março de 2014; e a greve dos rodoviários<sup>1</sup>, em junho do mesmo ano.

---

<sup>1</sup> MAZZI, Carolina. (2014). Rodoviários decidem parar a partir da 0h na região metropolitana do Rio. Portal de Notícias UOL. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultim>

Realizadas em diferentes setores da economia, tais greves/mobilizações, muitas vezes em condições imprevistas e explosivas, trouxeram à tona para o conjunto da sociedade não apenas as condições de exploração impostas para esses trabalhadores, e sim a própria capacidade coletiva de emergirem contra os patrões e os próprios sindicatos representativos.

O interesse em investigar as formas de mobilização e questionamento dos trabalhadores da construção civil do COMPERJ partiu, especificamente, de certas peculiaridades: o setor construção civil se caracteriza como setor secundário da economia, que se sustenta por meio da extração direta de mais valia; ao contrário da greve dos garis e bombeiros as mobilizações e greves do COMPERJ não desfrutaram de grande visibilidade pela mídia; a emergência de um conjunto de greves na construção civil, nos últimos anos; a constituição da linha de pesquisa “Ações coletivas e sindicais dos trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho e saúde”<sup>2</sup>; e a baixa produção científica, na área de ST, em relação ao setor, apesar da magnitude do número de trabalhadores e a expressão dos acidentes de trabalho fatais (SANTANA, 2006).

Soma-se a isso, a lacuna na produção acadêmica relacionada aos trabalhadores do COMPERJ em relação ao seu processo produtivo, visto que, em linhas gerais, a produção no campo da Saúde Coletiva analisa os impactos da construção do COMPERJ no ambiente e na saúde da população da região (LIMA, 2013, BARBOSA, 2012; SILVA, AUGUSTO, GURGEL, 2013; TOLEDO, 2013).

As diferentes conjunturas proporcionadas pelo campo de estudo revelaram-se cruciais durante o desenvolvimento desta pesquisa. No momento de escolha do objeto, em março de 2014, o COMPERJ – empreendimento da Petróleo Brasileiro AS (Petrobrás) e uma das obras subsidiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – se consolidava como uma das maiores obras do Brasil, comportando cerca de 25 mil trabalhadores, sendo muito desses migrantes de várias regiões do Brasil e apresentava uma efervescência política com a greve dos trabalhadores que durou cerca de 64 dias. No entanto, a realização do trabalho de campo aconteceu no contexto de demissões em

---

noticias/2014/05/27/rodoviarioros-decidem-parar-a-partir-da-0h-na-regiao-metropolitana-do-rio.htm.

Acessado em: 12 out. 2014

<sup>2</sup> A presente linha de pesquisa se desenvolve no CESTE/ENSP/FIOCRUZ sob coordenação dos docentes Dr Kátia Reis de Souza e Dr. José Augusto Pina. Outros estudos estão sendo produzidos concomitantemente a este, como aqueles que analisam as ações coletivas e sindicais presentes na greve dos garis (CESÁRIO, 2015) e dos professores (SOUZA, 2015) no município do Rio de Janeiro.

massas dos trabalhadores devido a diminuição dos investimentos e problemas de ordens judiciais no âmbito de investigações policiais relacionadas à Petrobras.

Este trabalho está organizado em 05 (seis) capítulos, a saber: O capítulo I, Considerações sobre o desenvolvimento capitalista e contradições entre capital e trabalho nas obras do PAC, problematiza o tema apresentado e traz os objetivos que norteiam a pesquisa. Para tal apontamos algumas das características do desenvolvimento capitalista a partir dos anos 2000, sendo uma das consequências o conjunto de greves, à revelia dos sindicatos representativo, que emergiram na construção civil em diferentes obras do PAC, como no caso do COMPERJ.

No capítulo II é desenvolvido o referencial teórico da pesquisa que se divide em dois temas: campo de Saúde do Trabalhador e as ações coletivas e organização sindical. No capítulo III expomos a metodologia da pesquisa compreendida enquanto uma pesquisa participante com objetivo de se produzir conhecimento em conexão com a realidade do coletivo de trabalhadores.

No capítulo IV e V são apresentados os resultados da pesquisa em diálogo com o referencial teórico e a literatura especializada. O capítulo IV trata das condições de exploração a que estão expostos os trabalhadores do COMPERJ, como também práticas de ação individual ou coletiva produzidas pelos trabalhadores na perspectiva de proteção à saúde.

O capítulo V aborda algumas das ações produzidas pelos trabalhadores no COMPERJ, como também a emergência e as consequências da greve ocorrida nos canteiros de obras em 2014. Esta representou não só a luta perante aos patrões, mas uma série de tensões junto ao sindicato representativo da categoria. Também apontamos as interpretações, a partir dos entrevistados, da representação da greve para a saúde do trabalhador. Nas considerações finais, procedo a uma recapitulação das principais ideais e achados que emergiram durante o curso da pesquisa.

## **1. CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E CONFLITOS ENTRE CAPITAL E TRABALHO NAS OBRAS DO PAC**

O presente capítulo está dividido em 03 (três) seções: Na primeira apresentamos algumas das características do desenvolvimento capitalista a partir dos anos 2000, sendo uma das consequências as grandes obras da construção pesada impulsionadas pelo PAC. A seção 1.2 assinala as características do processo de trabalho da construção civil e a resistência operária nas greves realizadas em diferentes obras do PAC, como também as respostas do Estado às lutas e greves dos trabalhadores. Por fim, na seção 1.3 descrevemos o COMPERJ, enquanto campo de estudo, e apresentamos o objetivo geral e específicos deste estudo.

### **1.1. PAC: Desenvolvimento Capitalista e a Construção Civil**

#### **1.1.1. Acumulação capitalista e as grandes obras da construção civil**

A partir dos anos de 2003 o país recuperou a dinâmica de expansão da economia através da ampliação do crédito, expansão de commodities e a abertura de novos postos de trabalho. Segundo Pochmann (2012) foram gerados cerca de 21 milhões de empregos neste período, sendo que 94,8% deste total de ocupações com remuneração de até 1,5 salários mínimos.

Ainda segundo o autor, a constituição desses novos postos de trabalho se caracteriza também pelas elevadas taxas de rotatividade e variadas formas de contratação, como os vínculos temporários e terceirizados. Para Pochmann (2012) o crescimento de postos de trabalho e aumento de consumo de bens e serviços suscitaram a intensificação de novas formas de precarização e deterioração da força de trabalho.

Um dos setores que experimentou com intensidade este processo de expansão, neste período, foi o ramo da Construção Civil, com a abertura de cerca de 2 milhões de postos de trabalho<sup>3</sup> (POCHMANN, 2012), tendo o PAC papel central neste cenário. O programa foi anunciado em janeiro de 2007, pelo Governo Federal, como carro-chefe do segundo mandato do governo Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010), com previsão de investimento inicial de R\$ 503 bilhões, para o período 2007-2010, sendo R\$ 67,8 bilhões

---

<sup>3</sup> Segundo dados do autor, se na década de 1990 foram geradas 18.016 ocupações no setor da construção civil, este número teve aumento significativo na década de 2000, passando para 1.998.033 ocupações.

do orçamento do governo central e R\$ 436,1 bilhões provenientes das estatais federais e do setor privado<sup>4</sup> (BRASIL, 2007).

Para Granemann (2014, p. 09), o conteúdo do PAC visa “[...] o desenvolvimento econômico, o crescimento e à aceleração da acumulação capitalista, em estreita consonância com o entendimento da economia burguesa sobre as funções que cabe ao Estado desenvolver”<sup>5</sup>.

Nesse contexto o PAC foi festejado pelo setor da Construção Civil conforme edição de março de 2007 da Revista “Conjuntura da Construção”<sup>6</sup>. O crescimento do setor é corroborado pelos dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2013) onde, em 2011, o setor da construção possuía cerca de 7,8 milhões de postos ocupados, representando 8,4% de toda a população ocupada do país.

Só no ano de 2012 a cadeia produtiva da Construção Civil contou com um total de investimentos de R\$ 349,4 bilhões. Com isso, a participação do setor no Produto Interno Bruto (PIB) passou de 4,7%, em 2003, para 5,7%, em 2012 (DIEESE, 2013a; DIEESE, 2013b).

Entre os diferentes setores da Construção civil aquele que recebeu um dos maiores investimentos do PAC se encontra a construção pesada<sup>7</sup> que compreende.

[...] obras viárias, obras hidráulicas, obras de urbanização e obras diversas. Podemos considerar que as principais atividades desse setor compreendem, sobretudo, a construção de pontes, viadutos, contenção de encostas, túneis, captação, adução, tratamento e distribuição de água, redes coletoras de esgoto, emissários, barragens hidrelétricas, dutos e obras de tecnologia especial como usinas atômicas, fundações especiais, perfurações de poços de petróleo e gás (OIT, 2005, p.11).

Entre as principais obras da construção pesada nesse período se encontram as Usinas Hidroelétricas Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, Refinaria Abreu e Lima (PE),

---

<sup>4</sup> No ano de 2010 foi lançado o PAC 2, com previsão de investimento de R\$ 958,9 bilhões entre os anos de 2011 e 2014.

<sup>5</sup> Segundo Granemann (2014, p.01), o segredo da “aceleração do crescimento” no capitalismo ocorre através “[...] da existência da mais-valia e, além dela, a apropriação de partes do trabalho necessário pela taxação e congelamento do salário da força de trabalho do serviço público e pela redução geral dos direitos do trabalho”.

<sup>6</sup> A Revista Conjuntura da Construção é uma publicação trimestral conjunta do SINDUSCON-SP e da FGV, por meio do IBRE (Instituto Brasileiro de Economia).

<sup>7</sup> Além da construção pesada a construção civil também compreende os setores montagem industrial e edificações. O setor de edificações engloba o setor de construção de edifícios (residenciais, comerciais, serviços, industriais e institucionais) e o setor de montagem industrial compreende a categoria de obras de sistemas industriais.

transposição do Rio São Francisco (BA), Complexo Portuário de Suape (PE), termoelétrica de Pecém (Ceará) e o COMPERJ.

Uma das características da construção pesada é o uso de um número elevado de trabalhadores, sendo muito desses provenientes de outros estados e que migram para a região da obra em busca de trabalho e emprego.

Marx, ao ilustrar a lei geral da acumulação de capital, aponta uma camada da população que tem origem no campo, mas cuja ocupação é em grande parte industrial. Este segmento, escreve ele,

[...] forma parte da infantaria ligeira do capital que [este] lança sobre um ou outro ponto, na medida de suas conveniências. Estas hostes quando não estão em marcha, ‘acampam’. O trabalho destes operários transumantes [migrantes] é sempre empregado para as diversas operações de construção e drenagem, para fabricar telhas e ladrilhos, queimar cal, construir estradas de ferro, etc. (MARX, 1983, p. 224)

Marx também registra que o próprio empresário fornece os alojamentos que constituem verdadeiros povoamentos improvisados “[...] sem a menor garantia de higiene, longe do controle das autoridades locais, porém altamente rentáveis para o senhor contratante que deste modo explora seus operários duplamente, como soldados individuais e como inquilinos.” (Idem, p.224-225)

Nas diferentes obras da construção pesada, os migrantes passam a viver em repúblicas, pousadas erguidas ou alojamentos próprios ou construídos pelas empresas (OLIVEIRA, 2013; CONCEIÇÃO, 2014). Além do emprego de trabalhadores migrantes, outra característica presente nas obras do PAC é o uso das terceirizações, através de licitações para a execução da obra, sendo envolvidas grandes empresas da construção civil brasileira como Andrade Gutierrez, OAS, Odebrecht, Queiroz Galvão, Camargo Correa, Delta, Toshiba entre outras de grande porte.

### **1.1.2 Terceirização das relações de trabalho**

Desde a década de 1990 o setor da Construção Civil tem aprofundado “[...] a crescente precarização das relações de trabalho e emprego, a subcontratação e a terceirização” (DIEESE, 2001, p. 7), ou seja, a grande empresa contrata subempreiteiras reduzindo os custos sociais, terceirizando os riscos e os conflitos e redefinindo as relações entre o capital e o trabalho no interior do setor.

Marcelino e Cavalcante (2012 p. 334) define a terceirização como uma estratégia presente num conjunto maior de reestruturação produtiva que tem como objetivo garantir “[...] novas fontes de acumulação de capital e ao contorno das barreiras a essa acumulação criadas pelos custos da força de trabalho e pelas resistências dos trabalhadores [...]” e passa a servir:

[...] como poderoso instrumento para a recomposição das taxas de lucros – e de transferir para as outras empresas (as contratadas) o ‘problema trabalhista’, a necessidade de administração da força de trabalho e de negociação com ela e seus sindicatos (MARCELINO, CAVALCANTE, 2012, p. 338).

Para os autores, terceirização é também:

[...] todo o processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta **[pública ou privada]**, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e/ou a externalização dos conflitos trabalhistas (MARCELINO, CAVALCANTE, 2012, p. 338 - grifos nossos).

Os autores ressaltam, contudo, que está contratação de empresas podem ocorrer por variados mecanismos, sendo uma delas via terceirização em cascata que “[...] abarca várias possibilidades de subcontratação por empresas já subcontratadas [...] comum nas redes de [...] terceirização dentro das refinarias brasileiras” (MARCELINO, CAVALCANTE 2012, p. 341).

Nessa perspectiva, a terceirização tornou-se o mais importante recurso das empresas para redução dos custos com a força de trabalho, pois passam a definir a política de contratação e as condições de trabalho, sendo indissociável da ampliação da exploração da força de trabalho e da precarização das relações e condições de trabalho.

Dessa forma, estas obras fazem parte de um contexto novo para economia brasileira, no qual o Estado passa a priorizar um maior investimento em infraestrutura e no setor da Construção Civil através do uso das terceirizações com implicações concretas no processo de trabalho nos diferentes canteiros de obra pelo país.

## **1.2. Construção Civil: exploração, desgaste e resistência**

### **1.2.1. Construção civil: exploração e desgaste operário**

Com vimos no tópico anterior, uma das principais características do setor é o uso da terceirização e a migração de trabalhadores para o local de trabalho. Além desta, outras características são: predominância do sexo masculino, realização do trabalho muitas vezes ao ar livre, predomínio de baixa escolaridade e qualificação, o uso elevado de horas

extras, baixos salários e elevada rotatividade, intensificação do trabalho, regime de remuneração de acordo com a produtividade, elevados acidentes trabalho entre outros (COSTA et al, 2011; VÉRAS, 2014; DIEESE, 2001; MARCELINO, CAVALCANTE 2012; VALLADARES, 1983).

O setor da Construção Civil é considerado um dos processos laborais mais precários e perigosos do mundo, sendo que, no Brasil, tem sido um dos ramos de atividade econômica de maior risco de acidentes fatais e não fatais (SANTANA, OLIVEIRA, 2004; IRIART et al., 2008). Mendes e Luca (1993) ao analisarem os acidentes de trabalho na região sudeste do Brasil, entre os anos de 1979-1989, delimitam o setor com o ramo de atividade que mais contribuíram na mortalidade por acidentes de trabalho.

Valladares (1983) cita as condições de exploração como desencadeadoras das greves e manifestações ocorridas pelos trabalhadores da Construção Civil, na década de 1970, no Rio de Janeiro. Entre as condições, expostas pela autora, se encontram as horas extras, habitualmente utilizada para complemento de renda, péssimas condições de alojamentos e alimentação, ritmo intenso de trabalho, altos índices de acidentes de trabalho e empreiteiras que não pagavam as indenizações ou leis trabalhistas<sup>8</sup>.

Em relação aos elevados índices de acidentes de trabalho a autora expõe:

Os arquivos do Hospital Souza Aguiar, para onde eram encaminhados praticamente todos os trabalhadores acidentados do metrô, registravam em 1979 um total de 3.221 ocorrências, número muito elevado se comparado com o total de operários do metrô em fins de 1977, ou seja, 11.300. A tendência parecia ser, inclusive, a do aumento de acidentes pois entre janeiro e março de 1978 já se haviam registrado, naquele mesmo hospital, 1.186 casos. (VALLADARES, 1983, p.120)

Passado cerca de quatro décadas, os dados do Informe da Previdência Social continuam confirmando a elevada taxa de acidente de trabalho, tendo aumentado, entre 2006 e 2012, cerca de 116%. Ao mesmo tempo, aumentou a participação relativa dos acidentes de trabalho na construção civil no total de acidentes no país, passando de 6,9%, em 2008, para 8,9%, em 2012. (Ministério da Previdência Social, 2014). Em 2013, o setor da Construção Civil registrou a maior quantidade absoluta de Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT) (DRUCK, FILGUEIRAS, 2014).

Santana e Oliveira (2004), ao analisarem o perfil ocupacional e de saúde de trabalhadores da Construção Civil, em Salvador, concluem que os resultados encontrados

---

<sup>8</sup> O filme *A Queda* (1976), dos cineastas Ruy Guerra e Nelson Xavier, conta a história de um operário, empregado na construção do metrô do Rio de Janeiro, que morre durante o exercício do trabalho. A empreiteira evita a divulgação do ocorrido e tenta subornar a família para que a responsabilidade da morte recaia sobre o próprio operário.

reforçam os de outros estudos em relação ao elevado índices de acidentes de trabalho não-fatais e crescente enfermidades comuns a este grupo como dermatites, intoxicação por chumbo, exposição ao amianto e o estresse provocado pela rotatividade nos postos de trabalho.

Como aponta os diferentes estudos, os trabalhadores da Construção Civil historicamente possuem condições de exploração que se expressam nos altos índices de acidentes de trabalho. De outro lado, tais condições expressam também práticas de resistência, organização e mobilização dos trabalhadores.

### **1.2.2. As obras do PAC: resistência e greves operárias**

Na atualidade a relação entre o desenvolvimento capitalista e as formas concretas de exploração do trabalho na Construção Civil têm se constituído por uma série de reações dos trabalhadores às más condições de trabalho, baixos salários e exaustivas jornadas de trabalho em diferentes obras do PAC pelo Brasil, conforme apontam diferentes autores (OLIVEIRA, 2013; VÉRAS, 2014; CAMPOS, 2013; CONCEIÇÃO, 2014).

Dados do DIEESE (2013) comprovam o aumento de greves na Construção Civil nos últimos anos. Se, em 2010, as greves no setor correspondiam a 3,1% do total de paralisações registradas, em 2011, esta proporção alcançou 9,4%, crescimento de 270%, em números absolutos, passou de 14 para 52 ocorrências, respectivamente. O mesmo estudo aponta como principais reivindicações dos trabalhadores, nas obras do PAC, o reajuste salarial, melhoria nos alojamentos e extinção dos intermediários (gatos) nas contratações de mão de obra.

O ponto que queremos destacar e analisar neste estudo é aquele que, segundo Badaró (2014, p.14), se constitui como uma das características importantes das greves neste período. Qual seja: “[...] em que os sindicatos não se colocam a favor da mobilização dos trabalhadores e muitas vezes são feitas contra os sindicatos”. Deste modo, os trabalhadores passaram a se insurgir publicamente, à revelia dos seus sindicatos, contra as péssimas condições de trabalho em movimentos que questionavam, inclusive, a legitimidade das direções sindicais em representá-los nas negociações coletivas.

De modo retrospectivo, vale destacar que a prática recente de organização dos trabalhadores de maneira autônoma das direções sindicais não é uma novidade na história do movimento dos trabalhadores no Brasil. Como exemplo, ao final da década de 1970 e início da década de 1980 o sindicalismo passou por profundas modificações com uma

retomada das lutas, explosão de centenas de greves e uma organização maior dos trabalhadores pela base que colocavam em cheque as direções sindicais (RODRIGUES, 1991; BOITO JR., 1991; VALLADARES, 1983).

Na atualidade, as greves no setor da Construção Civil pesada como, por exemplo, as ocorridas nas obras para a Copa do Mundo, nos canteiros de obras das hidrelétricas Jirau<sup>9</sup> (2011); Santo Antônio (2011) e Belo Monte (2011 e 2012) (CAMPOS, 2013; CONCEIÇÃO, 2014); nos canteiros de obras da Refinaria Abreu e Lima (2012), Complexo Portuário de Suape (2011) (OLIVEIRA, 2013; VÉRAS, 2014) e o COMPERJ (2014).

Véras (2014), no artigo com ilustrativo título: “Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos”, aponta que numa conjuntura de crescimento econômico, a emergência de conflitos sociais de forma explosiva e inesperada faz:

[...] com que os peões das obras do PAC [**trabalhadores da construção civil**] se tornem visíveis, nas condições que lhes são socialmente impostas e na sua capacidade de emergirem por conta própria: para a sociedade, que de tais dimensões da realidade social recebem raras e fragmentadas notícias; para o Governo, por demais preocupado com as obras em si e com os seus cronogramas de execução; e para os empresários, atentos, como tais, sobretudo aos lucros que podem extrair desses empreendimentos (VERAS, 2014, p. 129 – grifos nossos).

A emergência de um conjunto de greves e rebeliões pelos trabalhadores produziu distintas repostas do Estado como forma de conter os movimentos.

### **1.2.3. Resposta Estatal: repressão policial e judicial contra os trabalhadores e “compromisso nacional”**

Entre as principais respostas do Estado à luta dos trabalhadores da Construção Civil destacam-se: 1) o julgamento pela justiça do trabalho das greves como abusivas e aplicação de multas aos sindicatos representativos como ocorrido nas Usinas Hidroelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio; 2) o emprego da Força Nacional de Segurança, além da Polícia Militar e da Polícia Rodoviária Federal para conter as rebeliões operárias, como ocorridas em Jirau (CAMPOS, 2013; CONCEIÇÃO, 2014).

---

<sup>9</sup> Vale destacar o documentário produzido pelo Repórter Brasil, Jaci: Sete Pecados de Uma Obra Amazônica, que discute as questões ambientais e políticas produzidas pela construção da Usina Hidroelétrica de Jirau. Um dos focos são as greves e rebeliões produzidas pelos trabalhadores que questionavam as condições de exploração como também a direção sindical representativa

Outra resposta do Estado às greves dos trabalhadores que se propagaram nas diferentes obras do PAC e fugiram do controle das empresas e dos sindicatos representativos foi a criação, em 2011, do “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção Civil” um fórum, de composição tripartite e paritária (DIEESE, 2012).

O fórum é composto pelas centrais sindicais Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central Geral dos Trabalhadores, Central dos Trabalhadores do Brasil, Força Sindical, Nova Central Sindical dos Trabalhadores, União Geral dos Trabalhadores e a Central Sindical e Popular (CSP-CONLUTAS), entidades nacionais de trabalhadores da construção (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e de Madeira, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário, Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, com assessoria do DIEESE; Representação do governo federal – Secretaria Geral da Presidência da República, ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social, do Esporte, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Cidades, de Minas e Energia, da Integração Nacional, dos Transportes e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e representação dos empregadores - Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada e Infraestrutura e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (DIEESE, 2013).

Uma das medidas do compromisso foi constituição da Mesa Nacional Permanente para a Melhoria das Condições de Trabalho na Indústria da Construção, de caráter tripartite e paritária, constituída pelas mesmas entidades participantes do Compromisso<sup>10</sup>. Segundo os documentos oficiais a mesa tinha como objetivos:

[...] divulgar o compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na indústria da construção; estimular a adesão de empresas do setor ao compromisso nacional; definir os procedimentos para o acompanhamento e avaliação da implementação do compromisso nacional e de seus resultados, inclusive mediante a formulação e a mensuração de indicadores de desempenho; acompanhar e avaliar o cumprimento do compromisso nacional pelas empresas aderentes; receber a manifestação formal de adesão ao compromisso nacional e divulgar periodicamente a lista atualizada de empresas aderentes; debater e propor a revisão, os resultados e a vigência do compromisso nacional; e elaborar seu regimento interno e as demais normas

---

<sup>10</sup> A Mesa Nacional Permanente foi criada por meio do decreto 1 de março de 2012, sendo os membros designados pela Portaria Conjunta n° 254, de 2 de abril de 2012.

de organização necessárias à implementação do compromisso nacional. (BRASIL, 2012, p.01).

O presidente da CUT<sup>11</sup> corrobora com objetivo ao citar o compromisso nacional:

[...] estabelece regras e padrões nacionais para os salários e condições de trabalho, saúde e segurança dos operários da construção. [...] à medida que o Compromisso for sendo aplicado no dia-a-dia, o número de greves tende a diminuir, embora não seja este o principal objetivo do acordo (Idem, 2012).

Outra medida foi a criação de representações sindicais nos locais de trabalho através de comissões que tinha como papel:

O diálogo social no nível do local de trabalho permite a busca de soluções negociadas para os problemas específicos de cada obra relacionados aos processos de trabalho, a mudanças organizacionais, ao ritmo de trabalho, as condições do contrato de trabalho, entre outras. [...] é uma forma eficaz de se evitar conflitos laborais que afetam negativamente o andamento das obras, e sua disseminação como boa prática de relações do trabalho é capaz de construir um ambiente de trabalho saudável, propício ao aumento da produtividade e de redução da sobrecarga sobre a justiça do trabalho para a resolução de conflitos. (BRASIL, 2015, p.14)

Especificamente no COMPERJ, como veremos a seguir, as comissões de trabalhadores são ponto permanente nas convenções coletivas de trabalho e iniciaram a partir do ano de 2011.

### **1.3. CCOMPERJ: DE UM “ELDORADO” A EXPLORAÇÃO, GREVE E SINDICATO SURPREENDIDO**

O COMPERJ é empreendimento da Petrobrás anunciado em março de 2006, posteriormente incluído como parte das obras do PAC, com previsão de finalização e início da operação em 2015. O COMPERJ foi anunciado como o maior empreendimento em petroquímica do Brasil e o quinto maior do mundo, com investimento inicial de U\$ 8,4 bilhões e recursos oriundos de uma parceria entre a Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e do grupo Ultrapar<sup>12</sup> (FIRJAN, 2008).

O projeto evidenciou a estratégia da Petrobrás de induzir novos investimentos para aumento da disponibilidade das matérias-primas utilizadas na indústria. O COMPERJ se

---

<sup>11</sup> SANTOS, A.H.S. Um compromisso para construir o Brasil. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Opinioao/Um-compromisso-para-construir-o-Brasil/26578>. Acessado em 21 jan 2016.

<sup>12</sup> A Ultrapar é o sétimo maior grupo privado do País atuando no setor de distribuição de combustíveis e GLP, por meio da Ipiranga e da Ultragas, na indústria química, com a Oxiten, e no segmento de logística para granéis líquidos, por meio da Ultracargo. Fazem parte do grupo Ultragas, Ipiranga, Ultracargo, Oxiten e Extrafarma. Só no ano de 2013 o grupo registrou lucro líquido de R\$ 283,7 milhões no segundo trimestre de 2013, alta de 21% em relação ao mesmo período de 2012. A receita líquida da Ultrapar totalizou R\$ 15,204 bilhões no trimestre, expansão de 17% em igual base comparativa (MAGNABOSCO, 2013).

constituiria, pelo projeto inicial, em uma unidade petroquímica de refino de 1ª geração e um conjunto de unidades de 2ª geração que funcionariam de forma integrada<sup>13</sup> (VENTURA, 2013).

Ainda segunda a autora, na atualidade, se encontra em funcionamento quatro polos do setor petroquímico brasileiro: São Paulo (SP), Camaçari (BA), Triunfo (RS) e Duque de Caxias (RJ). A partir do funcionamento do novo polo petroquímico a capacidade produtiva do mercado nacional aumentaria, passando o COMPERJ a ser a segunda maior produtora do país e provocando uma verdadeira desconcentração na produção de petroquímicos básicos no Brasil.

A obra ocupa uma área de implantação de 45 Km<sup>2</sup>, conforme figura 1 e 2

**Figura 1** - Área de Implantação do COMPERJ: estado do Rio de Janeiro, 2012.



FONTE: PETROBRAS, 2012.

---

<sup>13</sup> As indústrias petroquímicas são divididas conforme o tipo produção em unidades de primeira, segunda e terceira geração. As unidades de primeira geração são as produtoras de petroquímicos básicos, produtos resultantes da primeira transformação de correntes petrolíferas (nafta, gás natural, etano, etc.) por processos físico-químicos. Nesta etapa, também são produzidos solventes e combustíveis. As de segunda geração são produtoras de resinas termoplásticas (polietilenos e polipropilenos) e intermediários, resultantes do processamento dos produtos primários. As unidades petroquímicas de terceira geração recebem os produtos das unidades de segunda geração e transformam em bens de consumo, como copos e sacos plásticos, embalagens de alimentos e de cosméticos, brinquedos, fibras para a indústria têxtil e garrafas de refrigerantes e de água, assim como componentes para as indústrias montadoras de automóveis, e eletrodomésticos, entre outros. (VENTURA apud GOMES, DVORSAK, HEIL, 2013, p. 18),

**Figura 2** - Área de implantação do COMPERJ: estado do Rio de Janeiro, 2010.



Fonte: Petrobras, 2010

Segundo o estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) (2008) a expectativa era criar 212 mil empregos diretos e indiretos e apesar da implantação física se concentrar no município de Itaboraí sua operação tem o objetivo de influenciar de maneira direta, cerca de 7 municípios e, de forma indireta, um conjunto de municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, conforme ilustrado na figura 03.



produtos, as gôndolas de mercearias, padarias e supermercados refletem essa nova dinâmica” (ALENCAR; GADO, 2014, p.17).

Ao longo dos 8 anos do início da construção, contudo, o COMPERJ passou por alterações do projeto original e diferentes conflitos ambientais e sociais<sup>16</sup>. Entre as principais alterações do projeto do complexo está a extensão do prazo de entrega, para 2016, e o aumento de gastos, em torno do dobro orçado inicialmente, num total de US\$ 13,5 bilhões para finalizar a primeira parte do projeto.

Outra modificação apresentada foi o anúncio da Petrobras, através do Plano de Negócios e Gestão (2015-2019), onde o COMPERJ passaria a ser uma refinaria convencional em vez de um polo petroquímico, sendo as principais justificativas para a mudança a redução do investimento que segue a indústria mundial de petróleo e gás devido a diminuição dos preços no mercado mundial (SINTRAMON, 2015).

Uma das principais características presentes no COMPERJ é o processo de terceirização das relações de trabalho, largamente utilizado pela Petrobras<sup>17</sup> (MARCELINO, CAVALCANTE, 2012; ARAUJO, 2001; DIEESE, 2006), através do uso de múltiplos consórcios durante as diferentes fases da construção.

No COMPERJ, utiliza-se a terceirização em cascata (MARCELINO, CAVALCANTE, 2012), onde acontece a subcontratação de empresas já contratadas. Com isso, os consórcios, compostos por uma empresa ou conjunto de empresas, gerenciam o contrato principal e as empresas subcontratadas quanto aos prazos e exigências do cronograma.

Nessa estratégia gerencial, as diferentes empresas e consórcios gerenciam as formas de recrutamento, seleção, contratação, avaliação e demissão dos trabalhadores. A forma de contratação, através da terceirização, é um importante mecanismo de desigualdade e concorrência entre os trabalhadores, inclusive nas próprias reivindicações dos trabalhadores e ações sindicais.

---

<sup>16</sup> Dias et al (2013) explicitam os diversos conflitos ambientais ocasionados a partir da entrada do COMPERJ na região. Segundo os autores os conflitos na região já produziram o assassinato de quatro pescadores e “O presidente da Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR) já sofreu seis atentados de morte [...]” (DIAS et al, 2013, p.169).

<sup>17</sup> Dentre os setores terceirizados na Petrobras sobressaem: “alimentação, análise laboratorial, almoxarifado, cimentação e complementação de poços, montagem e construção de projetos, informática, limpeza predial, manutenção (predial, mecânica, caldeiraria, soldagem, elétrica, instrumentação, refratários, isolamentos térmicos e de inspeção de equipamentos), movimentação de cargas, perfuração e perfilagem de poços, operação de sondas, serviços médicos e administrativos, transporte, utilidades e vigilância” (DIEESE, 2002 apud DIEESE, 2006).

A fase de terraplanagem<sup>18</sup> foi concluída em 2011 e no momento de início de campo a obra se encontrava na fase de montagem e manutenção industrial. No quadro 1 apresentamos alguns dos contratos firmados no COMPERJ até o ano de 2012 e os respectivos consórcios responsáveis pelas diferentes etapas da obra:

**Quadro 1** – Consórcios e empresas segundo as etapas e unidades produtivas no COMPERJ/ RJ, até 2012

Contrato	Empresas Participantes
Consórcio de Terraplanagem do COMPERJ (CTC)	Odebrecht Andrade Gutierrez Queiroz Galvão
Unidade de Hidrocraqueamento (HCC)	Alusa Engenharia Ltda
Unidade de Destilação Atmosférica e à Vácuo (UDAV)	Skanska Promon Engevix
Unidade de Coqueamento Retardado (UCR)	Techint Engenharia e Construção Andrade Gutierrez
Unidades de Hidrotratamento de Destilados Médios e de Querosene de Avião	IESA Óleo e Gás Queiroz Galvão Galvão Engenharia
Unidade de Hidrotratamento de Nafta (UHN)	Odebrecht Engenharia Projectus Consultoria Ltda TKK Engenharia Ltda
Unidades de Tratamento de Gás Combustível com Amina, de Recuperação de Enxofre, de Tratamento de Gás Residual, de Oxidação de Amônia, de Pastilhamento e Armazenamento de Enxofre	Odebrecht Engenharia Projectus Consultoria Ltda TKK Engenharia Ltda
Unidades de Tratamento Cáustico Regenerativo de GLP, de Tratamento de Águas Ácidas	Contreras Engenharia e Construções Ltda Engecampo Engenharia Ltda Potencial Engenharia S.A.
Estruturas de Interligação do Complexo	Odebrecht Engenharia Mendes Júnior UTC
Construção dos Tanques de Armazenamento	Alusa Engenharia Ltda MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.
Sistema de Combate a Incêndio	Santa Bárbara Engenharia S.A.

Fonte: Elaboração própria a partir de Manutenção e Tecnologia (2014), TECHNO NEWS (2011) e GRANDES CONSTRUÇÕES (2011).

A obra, em suas diferentes etapas e unidades, empregou até 30 mil trabalhadores de distintas categorias profissionais da construção civil. Além da necessidade de um quantitativo grande de operários, uma característica é a elevada participação de trabalhadores migrantes, denominadas “corre-trecho” (ALENCAR; GADO, 2014, p.17), cerca de 90% no auge da obra, O COMPERJ foi apresentado, desde o início de sua

<sup>18</sup> A terraplanagem é uma técnica construtiva que visa “preparar” o solo para atender o projeto, ou seja, é a primeira fase de uma grande obra como a ocorrida no COMPERJ (Revista MT, 2011).

construção, como uma “mina de tesouro” ou um “eldorado” de oportunidades devido a quantidade de empregos gerados, chance de crescimento individual e salários elevados (ALENCAR; GADO, 2014, p.17).

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Plano da Construção, Montagem e Manutenção Industrial de São Gonçalo, Itaboraí e Região<sup>19</sup> (SINTICOM), sindicato filiado à CUT, representava os trabalhadores do COMPERJ nas negociações, acordos coletivos de trabalho e ações judiciais ou administrativas.

A partir de setembro de 2014, a representação sindical com reconhecimento legal passou a ser exercida pelo Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção Industrial de Itaboraí (SINTRAMON), também filiado à CUT. O sindicato possui em sua estrutura 11 (onze) diretores e, apesar do sindicato possuir como base territorial o município de Itaboraí, de todos os trabalhadores da Construção Civil que ele representa a mais numerosa se encontra no COMPERJ e sendo responsável legal pelas ações judiciais e acordos coletivos de trabalho. A partir de 2012, os canteiros de obra do COMPERJ passaram a contar com as comissões trabalhadores de representação no local de trabalho, fruto do Compromisso Nacional da Construção Civil, cuja a constituição foi comentada anteriormente.

Nesse contexto, a greve dos trabalhadores do COMPERJ, de 2014, contrariou a direção sindical e foi empreendida com duração de mais de 60 dias, entre os meses de janeiro e março de 2014. A greve expressou tanto os questionamentos operário sobre o processo de trabalho, enquanto processo de exploração capitalista, quanto o conflito entre a base de trabalhadores e a direção sindical.

Diante da emergência deste quadro o presente estudo tem a seguinte questão orientadora: Como se configuram os movimentos contemporâneos insurgentes de ação coletiva dos trabalhadores e sua relação com ação sindical no enfrentamento do processo de trabalho na Construção Civil e sua relação com a saúde?

A pesquisa teve também como objetivo geral a de analisar a ação coletiva dos trabalhadores e sua relação com a ação sindical no questionamento do processo de trabalho e saúde no COMPERJ e como objetivos específicos: a) compreender as reivindicações dos trabalhadores do COMPERJ e suas relações com a saúde; b) identificar os modos de ação coletiva dos trabalhadores no enfrentamento do processo de trabalho

---

<sup>19</sup> O SINTICOM, fundado em 1942, representa os trabalhadores da construção civil, do mobiliário, do mármore e granito, da cerâmica e olaria, sendo sua base territorial os municípios de Araruama, Cabo Frio, Itaboraí, Maricá, Saquarema, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia, Silva Jardim e Rio Bonito e Silva Jardim.

em suas relações com a saúde e c) problematizar a atual configuração da ação sindical na sua relação política com a base dos trabalhadores.

## **2. Capítulo II – Referencial Teórico**

No presente capítulo apresentamos a fundamentação teórica do estudo organizada em três temas centrais: campo de Saúde do Trabalhador, ações coletivas e perspectiva sindical e características do sindicalismo brasileiro.

No primeiro pretende-se trazer conceitos basilares do campo da ST, como o de processo de trabalho no terreno das contradições entre capital e trabalho, onde as práticas de lutas de classe se manifestam como forma de exploração/resistência e de conhecimento (experiência) por parte dos trabalhadores.

O segundo tema apresenta o entendimento de ação sindical, compreendendo esta categoria como um dos movimentos reivindicativos dos trabalhadores que pode ou não assumir uma identidade de classe com vistas ao acúmulo de forças para mudanças estruturais do capitalismo.

Por fim, na última seção são apresentadas as características principais do sindicalismo brasileiro como investidora, unicidade sindical e contribuições sindicais obrigatórias.

### **2.1. Campo de Saúde do Trabalhador**

No Brasil, o campo de Saúde do Trabalhador emerge, dentro da Saúde Coletiva, enquanto um campo de práticas e de conhecimento cuja a perspectiva teórico-metodológica busca conhecer as relações entre trabalho e saúde-doença nos diferentes processos laborais (LACAZ, 2007), sendo os trabalhadores compreendidos como protagonistas na luta pela proteção da saúde e construção do conhecimento (ODDONE et al, 1986; LAURELL; NORIEGA, 1989; LACAZ, 1996, 2007).

Nesse contexto, as práticas de classe e as distintas ações organizadas pelos trabalhadores “fazem corpo” e são importantes ferramentas para conhecimento e defesa da saúde dos trabalhadores, portanto, também para o conhecimento do processo saúde-doença (LAURELL, 1985). Em outros termos, as formas de resistência e as práticas coletivas dos trabalhadores – reivindicações, resistências, greves e negociações - não estão dissociadas das formas concretas de exploração dos trabalhadores presentes nos diferentes processos de trabalho (LAURELL, NORIEGA, 1989).

O processo de trabalho se materializa em função do processo de valorização capitalista, se organizando para produção de mais valia ou lucro, ou seja, o processo de

trabalho está subsumido ao capital, sendo o capitalista um guia, dirigente do processo de exploração alheio (MARX, 1985). Assim a determinação social do processo saúde e doença se expressa no próprio processo de produção capitalista enquanto processo de exploração do trabalhador.

Para o entendimento do processo de exploração dos trabalhadores da Construção Civil do COMPERJ utilizamos a noção de exigências apresentada por Noriega (1993). Segundo o autor, exigências constituem requisições impostas no dia a dia do trabalho para a realização das atividades tais como: duração da jornada de trabalho, ritmo de trabalho, mecanismos de supervisão e controle dos trabalhadores, incentivos para a produção, entre outros.

A capacidade coletiva da classe trabalhadora de enfrentar a exploração, expressa em múltiplas formas de resistências às exigências do processo de trabalho, também está na base da determinação social do processo saúde e doença (LAURELL 1983; 1985). Na mesma linha, Laurell e Noriega (1989, p.295), assinalam que “[...] a defesa da saúde dos trabalhadores é um campo que sintetiza elementos centrais [das relações] entre o capital e o trabalho” e se encontram no terreno da luta de classes e não num imaginário de neutralidade científica.

As formas de resistências surgem de maneiras distintas “[...] desde as práticas individuais quase imperceptíveis, mas nem por isso menos generalizada, até a ação sindical coletiva, que pretende passar da defensiva à ofensiva” (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 296).

Tomando como base a análise dos autores, assume-se a tese de que a resistência dos trabalhadores ocorre em situações concretas, presentes na contradição do processo de exploração capitalista. Nessa perspectiva, compreender as práticas coletivas dos trabalhadores da Construção Civil do COMPERJ no enfrentamento à exploração capitalista pode nos proporcionar um conhecimento sobre o processo saúde e doença dos trabalhadores.

## **2.2 Ação Coletiva e Perspectiva sindical**

A luta coletiva dos trabalhadores na defesa dos seus interesses é o princípio e a base de desenvolvimento das organizações reivindicativas dos trabalhadores (BOITO JR, 2001; GIANOTTI, 2007). Uma destas organizações é o sindicato que surge no processo de emergência e desenvolvimento do capitalismo.

Para Boito Jr. (2001, p. 102) o sindicato surge com a perspectiva de “[...] procurar obter, para os trabalhadores, as melhores condições de uso e de remuneração da força de trabalho, mas não pode eliminar as condições que fazem da força de trabalho uma mercadoria”.

A luta sindical se constitui numa luta econômica que pode assumir diferentes perspectivas político-ideológicas (LENIN, 2014). As formas de atuação sindical não podem ser visualizadas de maneira individualizada ou estanque, mas numa interação no conjunto da luta de classes:

[...] pois, se a luta dos trabalhadores pode se limitar a questões imediatas, objetivando melhorar suas condições de vida sob o capitalismo, numa perspectiva de integração à ordem, ela também pode, dependendo da orientação político-ideológica de suas organizações [**sindicatos**], atingir interesses de classe da burguesia, articulando-se à luta pelo socialismo (GALVÃO, 2011, p. 115 – grifos nossos).

Quer dizer, o movimento sindical pode atuar a partir de diferentes perspectivas seja, por exemplo, restringindo sua luta na busca de melhores contratos coletivos de trabalho para uma categoria profissional afastada do confronto da classe trabalhadora (BOITO Jr., 2001) ou pode ser expressar também através da construção de uma identidade de classe quando se alinha a movimentos sociais ou partidos políticos operários e socialistas. Assim, o sindicato pode funcionar como “Escola de guerra”, conforme uma expressão utilizada por Lenin (1961).

Uma das manifestações da escola de guerra ocorre durante as greves.

Nos tempos atuais, pacíficos, o operário arrasta em silêncio sua carga, não reclama ao patrão, não reflete sobre sua situação. Durante uma greve, o operário proclama em voz alta suas reivindicações, lembra aos patrões todos os atropelos de que tem sido vítima, proclama seus direitos, não pensa apenas em si ou no seu salário, mas pensa também em todos os seus companheiros, que abandonaram o trabalho junto com ele e que defendem a causa operária sem medo das provações (Lenin, 1961a, p.43).

A greve emerge como uma particularidade da resistência e questionamento por parte dos trabalhadores, constituindo-se assim como uma expressão das contradições entre capital e trabalho. Essa, por um lado, “[...] ensina os operários a compreenderem onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários” (Lenin, 1961, p.44); de outro, “[...] o governo compreende muito bem que as greves abrem os olhos dos operários, razão porque tanto as teme e se esforça a todo custo para sufocá-las quanto antes possível” (Lenin, 1961, p.45).

### 2.2.1. Características do Sindicalismo Brasileiro

No Brasil, a partir do final do século 19 e início do século 20 se inicia o processo de transformações das relações capitalistas e, conseqüentemente, a formação dos primeiros sindicatos representativos. O sindicalismo de caráter anarcosindicalista, das décadas de 1910 e 1920, já utilizaram as greves em vários momentos como instrumento de organização coletiva para questionamento das péssimas condições de trabalho, baixos salários e às longas e extenuadas jornadas laborais (PINA, 2004; LOBO, STOTZ, 2004).

A partir dos anos 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a primeira Lei de Sindicalização, o governo Getúlio Vargas passou a instituir “[...] uma intervenção normativa do Estado na organização do movimento sindical” (BOITO JR., 2005; p.48).

A atuação sindical passou a ser regulada pelo Estado, o que conhecemos por “estrutura sindical de Estado”. Segundo Boito Jr. (1991) trata-se de um sistema de relações que assegura a subordinação dos sindicatos oficiais às cúpulas do aparelho burocrático do Estado. Tal processo se dá através da representação sindical forçada, da unicidade sindical, das contribuições sindicais obrigatórias e da tutela do Estado, particularmente da Justiça do Trabalho, sobre as atividades reivindicativas dos sindicatos.

Apesar de ocorrer profundas modificações, as bases fundamentais da estrutura sindical de Estado fundada naquele período se mantém presente até os dias atuais fazendo com que o sindicato se mantenha como um órgão atrelado ao aparelho de Estado. Algumas características desta estrutura são: a) Investidura Sindical; b) Unicidade sindical; c) Contribuições Compulsórias (BOITO JR., 1991; MARCELINO, 2012).

A investidura sindical “outorgada” pelo Estado significa o seu reconhecimento por parte do Estado para poder representar de maneira legal determinado segmento de trabalhadores.

O Estado concede a representatividade e o poder negociação ao sindicato oficial, através do seu reconhecimento como organismo que representa um determinado segmento dos trabalhadores. [...] A investidura sindical, que se consoma na concessão, pelo Estado, da carta de reconhecimento ou carta sindical, é a característica fundamental, e por isso invariante, do sindicato de Estado (BOITO JR., 1991, p. 27).

Cabe destacar que esta característica do sindicalismo brasileiro “[...] passou por períodos mais liberais ou mais restritivos, de acordo com a situação política do país”, pois são influenciados pelos “[...] interesses da equipe governamental do momento”

(MARCELINO, 2012, p. 246). Todos os outros elementos do sindicalismo de Estado dependem dessa característica, pois “[...] se fosse abolida a investidura, todo o restante do edifício da estrutura sindical seria obrigatória e simultaneamente, extinto” (BOITO JR. 1991, p. 27).

A unicidade sindical é o reconhecimento oficial, por parte do Estado, do sindicato que irá representar o determinado grupo de trabalhadores em uma dada base territorial. Esta característica “[...] inibe a formação de associações sindicais rivais que poderiam gerar uma dinâmica sindical de difícil controle” (BOITO JR., 1991, p. 28) ou comissões de fábrica ou negociação. Para Boito Jr. (1991) e Marcelino (2012) esta característica tem por objetivo facilitar o controle do Estado sobre a vida sindical dos trabalhadores.

A Constituição Federal de 1988 manteve tal característica sendo

[...] vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município (BRASIL, 1988, p. 20)

Apesar de a Constituição Federal de 1988 manter a investidura sindical junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, a unicidade sindical passou a ser realizado, pelo Poder Judiciário (BOITO JR., 2005) que passa a ter condições:

[...] de aglutinar ou desmembrar as bases dos sindicatos oficiais, cassar mandatos e destituir direções sindicais [...] a sentença normativa que impõe aos sindicatos oficiais a aceitação do índice de reajuste determinado pelo Poder Judiciário e a suspensão de qualquer movimento reivindicativo [...] (BOITO JR., 2005, p.51)

Segundo o autor, as reformas na estrutura sindical do Estado encontradas na CF de 1988 significaram a implantação de um novo modelo de tutela do sindicato de Estado, pois

O modelo ditatorial, no qual o governo através do Ministério do Trabalho, controlava de modo direto e ostensivo os sindicatos oficiais, foi substituído por um modelo mais liberal, onde o controle é feito pelo Poder Judiciário (BOITO JR., 2005, p. 52)

Outro elemento derivado da investidura sindical são as contribuições sindicais. Para Boito Jr. (1991) as contribuições obrigatórias por força de lei são compulsórias e alcançam todos os trabalhadores, independentemente de serem associados ou não, de determinado sindicato.

As contribuições sindicais obrigatórias por força de lei, e extensivas aos não associados, constituem uma espécie de poder tributário que o sindicato oficial, enquanto ramo do aparelho de Estado detém. Sua importância na integração do sindicato oficial ao Estado reside no fato de tornar as finanças do sindicato

e, por extensão, os seus recursos materiais e humanos dependentes da cúpula do aparelho de Estado (BOITO JR., 1991, p. 37)

A dependência ocorre visto que a arrecadação proveniente das contribuições a ser realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que “[...] retém parte do montante arrecadado e repassa o restante para os sindicatos, federações e confederações oficiais” (BOITO JR., 1991, p. 34). Assim como afirma Marcelino (2012, p. 247), a partir deste elemento “[...] a legitimidade e as finanças do sindicato passam a depender do Estado e não dos trabalhadores”.

Consoante a autora, os três elementos da estrutura sindical do Estado se, por um lado, garantem a integração do sindicato ao aparelho do Estado, por outro lado, legitimam a sua autonomia frente aos trabalhadores. Entretanto, a relação entre a integração ao Estado ou autonomia junto aos trabalhadores “[...] será maior ou menor, dependendo da situação política, da correlação de forças vigentes e do setor considerado das classes trabalhadoras” (MARCELINO, 2012, p. 247). Portanto, esta relação ocorrerá a partir de dada realidade histórica e social a ser analisada.

Atualmente no Brasil o movimento sindical configura-se por um reduzido conjunto de centrais sindicais oriundos da CUT que pregam medidas que se opõem aos governos petistas gerando fissuras nas centrais sindicais majoritárias o que permite aproximá-las de um sindicalismo de movimento social (GALVÃO, 2014, p.112). Sendo elas: Central Sindical e Popular (Conlutas); Intersindical – Instrumento de luta e organização da classe trabalhadora e Intersindical – Instrumento de luta, unidade e classe e construção de uma nova central.

Ainda de acordo com a autora existe também um conjunto de centrais sindicais (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Central dos Sindicatos Brasileiros) que passaram a pregar como prioridade à ação institucional e a parceria junto aos governos em detrimento da mobilização dos trabalhadores. Este modo de ação sindical é designado por “sindicalismo de parceria” (GALVÃO, 2014, p.111). Apesar da prioridade destas centrais sindicais pela ação institucional em detrimento de mobilizações pela base, nos últimos anos temos visualizados um aumento nos indicadores de greve com ganhos reais para os trabalhadores (BADARÓ, 2014; BOITO Jr., MARCELINO, 2010).

No ano de 2008, a Lei 11.648/08 formalizou as centrais sindicais na estrutura sindical do Estado, a partir do cumprimento de alguns requisitos perante o Ministério do Trabalho e Emprego como: filiação de, no mínimo, 100 (cem) sindicatos distribuídos nas

5 (cinco) regiões do país; Filiação em pelo menos 3 (três) regiões do país de, no mínimo, 20 (vinte) sindicatos em cada uma; filiação de sindicatos em, no mínimo, 5 (cinco) setores de atividade econômica; e filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% (sete por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional.

As centrais sindicais passam a coordenar a representação dos trabalhadores, participam de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite e passam a receber um percentual do imposto sindical.

## Capítulo III – Metodologia

### 3.1 Opções Metodológicas

Realizou-se uma pesquisa social, lançando mão de uma combinação de abordagens e técnicas de caráter qualitativo sob a égide da tradição do materialismo histórico (MARX, 1983). A rigor, no que concerne ao ângulo de compreensão teórica do problema, este estudo apoiou-se no enfoque do materialismo histórico, o qual considera-se que aspectos da realidade se encontram interligados e devem ser compreendidos como parte de uma totalidade histórica, dialética e dinâmica (LUKÁCS, 1964).

Nessa vertente o proletariado é a classe protagonista da história. Consoante Lukács (1964) a essência do método do materialismo histórico não pode ser separada da atividade crítica e prática do proletariado. “Assim, o conhecimento da realidade produzido pelo método dialético é igualmente inseparável da perspectiva de classe do proletariado” (2012, p. 36), já que, de acordo com o autor, o método marxista e a dialética materialista enquanto conhecimento da realidade só são possíveis do ponto de vista de classe. O proletariado é considerado o sujeito cognoscente da realidade social total e não, de modo algum, um espectador imparcial do processo da história.

De modo complementar, usou-se como referência metodológica do estudo, conforme visto no tópico anterior, a vertente da medicina social latino-americana (LAURELL e NORIEGA, 1989; LAURELL, 1981) e os estudos operários italianos (ODDONE, 1986, BERLINGUER, 1983). Reafirma-se, nessa linhagem teórico-metodológica, a importância do estilo participativo de pesquisa. Laurell e Noriega (1989) enfatizam a perspectiva da pesquisa participante como estratégia para se contribuir com o alargamento dos processos de produção de conhecimento junto a coletivos de trabalhadores e a necessidade de se gerar transformação.

Além disso, de acordo com esses estudos, torna-se essencial que se resguarde a centralidade do trabalho, afinal corre-se o risco de se perder o principal caráter epistemológico do campo, qual seja, a análise da saúde tendo como eixos capitais: o trabalho no seu contexto histórico e local das relações do modo de produção dominante, e a resistência e a organização dos trabalhadores, todos dialeticamente interligados.

## **3.2 Sujeitos da Pesquisa**

Os “sujeitos da pesquisa” compreenderam os trabalhadores da Construção Civil do COMPERJ que participaram do movimento de greve, representantes sindicais do SINTICON e, posteriormente, SINTRAMON e de outras entidades sindicais implicadas na luta dos operários do COMPERJ.

A inclusão tanto dos trabalhadores da Construção Civil do COMPERJ, quanto dos representantes sindicais da categoria profissional e de outras entidades sindicais de trabalhadores - diferentes agentes implicados nas lutas operárias no COMPERJ - amplia a possibilidade de compreensão do processo de ação e organização coletiva dos trabalhadores no questionamento às exigências do trabalho.

## **3.3. Procedimentos de Pesquisa**

### **3.3.1 Trabalho de campo: Experiência e aprendizado lado a lado**

Compreende-se o trabalho de campo como uma relação de vivência com o objetivo de se produzir conhecimento, conforme explicitado por Brandão (2007). Desse modo, a vertente de pesquisa adotada, no que se refere a realização desta etapa do trabalho de campo será a dos estudos participativos, mais especificamente, a observação participante. Segundo o autor, o pesquisador deve estar pessoalmente, no lugar, participando da vida cotidiana das pessoas, por meio da imersão pessoal, para observar, compreender e realizar anotações quanto as falas e acontecimentos relacionados ao objeto estudado.

O trabalho de campo realizou-se no período de maio de 2014 a setembro de 2015 compreendendo dois momentos. O primeiro momento compreendeu a entrada no campo com a participação em audiências públicas, assembleias da categoria e visitas ao sindicato. Avalia-se que a opção pela participação nas audiências públicas e assembleias dos operários contribui com a aproximação dos aspectos da realidade enfrentada pelos trabalhadores, visto que uma das primeiras dificuldades encontradas era a impossibilidade de acesso aos canteiros de obra do COMPERJ.

O segundo momento se concentrou nas entrevistas com informantes-chave (BISOL, 2012). A entrevista ainda que um procedimento se constitui num momento do trabalho de campo, em que o pesquisador segue imerso e realiza visitas e contatos simultaneamente a realização das entrevistas com informante-chave. Na presente

pesquisa, utilizamos a entrevista semidiretiva e individual, considerando que esta favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade (TRIVIÑOS, 1987).

### **3.3.1.1 1º Momento – Observação participante: audiências públicas, assembleias operárias e visitas ao sindicato**

No trabalho de campo, a primeira aproximação com o tema ocorreu na audiência pública realizada na Câmara Municipal de Niterói<sup>20</sup>, no mês de maio de 2014. Apesar de naquele momento a greve já ter se encerrado, o encontro com trabalhadores, representantes do sindicato da categoria profissional e entidades que apoiavam o movimento na audiência pública, possibilitou a identificação de “informantes-chaves” que, posteriormente, poderiam ser sujeitos da pesquisa.

Além da aproximação pessoal, este momento possibilitou a observação das tensões e conflitos colocados entre trabalhadores e sindicato, para além do noticiado nas mídias e jornais. Ademais se teve, também, a oportunidade de se realizar conversas informais com os trabalhadores, permitindo a troca de opiniões e pontos de vista.

Essa primeira imersão no campo de pesquisa possibilitou, conforme a afirmação de Brandão (2007, p. 13), sentir a respectiva realidade e “conviver, espreitar dentro daquele contexto o que [...] é que o lugar é, como é que as pessoas são, como é que eu me deixo envolver”.

Com a mudança do sindicato representativo da categoria, em setembro de 2014, foram realizadas visitas ao SINTRAMON com o objetivo de aproximação com a sua diretoria. Em um primeiro momento a recepção foi calorosa, devido ao atendimento realizado por um funcionário da área de comunicação do sindicato, contudo, posteriormente, com a sua saída, os acessos foram se tornando difíceis.

A partir de dezembro de 2014, passou-se a acompanhar as assembleias de discussão a respeito da “data base”<sup>21</sup> dos trabalhadores da Construção Civil do COMPERJ. “data base”<sup>24</sup> dos trabalhadores da construção civil do COMPERJ. Durante a ida nas assembleias percebia-se uma menor quantidade de trabalhadores devido as

---

<sup>20</sup> A audiência, chamada pelo vereador Paulo Eduardo Gomes (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL), ocorreu no dia 16 de maio de 2014 e tinha como objetivo as condições de trabalho no COMPERJ e a relação entre os trabalhadores de base e a direção do sindicato representativo.

<sup>21</sup> A data base de uma categoria profissional é a data destinada a correção salarial e a discussão e revisão das condições de trabalho fixadas em acordo, convenção ou dissídio coletivo. No caso dos trabalhadores da construção civil do COMPERJ ocorria em fevereiro.

elevadas demissões oriundas dos problemas referentes a diminuição dos investimentos e de ordens judiciais relacionados a Petrobrás. Contudo, nessa fase do trabalho de campo os conflitos entre trabalhadores que se mantinham na obra e direção sindical fosse menor, pude observar um pouco da realidade vivenciada pelos trabalhadores e as tensões presentes nas assembleias.

As assembleias eram realizadas no local denominado “trevo da reta”<sup>22</sup>, no bairro Venda das Pedras, em Itaboraí, sempre com início marcado às 7:00 horas da manhã e encerramento em torno das 9:00 horas. Na chegada, se percebia uma imensa fila de ônibus estacionados que traziam um número significativo de trabalhadores que se aglomeravam em frente aos carros de som do sindicato.

Nas assembleias utilizou-se como estratégia de aproximação e abordagem aos trabalhadores, movimentar-se pelas barracas que se montava para a venda de pães e cafés. Com isso, muitas das impressões a respeito das assembleias foram construídas a partir de conversas informais com os presentes em pequenas rodas de conversa que se formavam.

Assim como as audiências públicas, este foi um dos únicos momentos que existiu a possibilidade de aproximação física com os trabalhadores, visto que o acesso aos locais de trabalho era impossível e, além disso, muitos deles viviam em alojamentos em diferentes regiões. Decerto, Brandão (2006) chama atenção para a noção de “processo de pesquisa” que só é possível com certo tempo para que o ‘interagir’ entre os sujeitos aconteça. O autor desenvolve o argumento de que as práticas de pesquisa devem empenhar-se por “ouvir o outro” e “interagir” de modo a suscitar desdobramentos e mudanças.

Registre-se ainda que o curto tempo de pesquisa se constitui como obstáculo ao estabelecimento de vínculos de confiança suficientes para a realização de um estudo, mais profundo, de caráter participativo e de produção de conhecimento no âmbito das ciências sociais.

Após esse período inicial de pesquisa no qual se realizaram conversas informais, sejam nas audiências públicas ou assembleias da categoria, foram feitos convites a alguns trabalhadores para uma posterior visita aos alojamentos ou pousadas. Avalia-se que estes momentos (audiências públicas e assembleias) foram propícios e deram a base de sustentação para caminhar ao segundo momento do trabalho de campo.

---

<sup>22</sup> O trevo da reta tem o nome original de Trevo de Iguá. No presente estudo utilizaremos o nome trevo da reta, visto que foi assim denominado, durante o trabalho de campo, pelos trabalhadores e sindicalistas

### 3.3.1.2. 2º Momento – Entrevistas e coleta documental

As entrevistas com informantes chaves (BISOL, 2012) é o principal procedimento metodológico deste estudo.

Como indicamos anteriormente foram realizadas entrevistas com três grupos: os trabalhadores da Construção Civil do COMPERJ que participaram do movimento de greves; representantes sindicais do SINTICON e, posteriormente, SINTRAMON; e de outras entidades sindicais implicadas na luta dos operários do COMPERJ.

Para orientar as entrevistas utilizei um roteiro previamente elaborado, segundo cada grupo de entrevistados (APÊNDICE A, B e C), com breves perguntas em relação ao perfil sócio-econômico do entrevistado, como também questões abertas sobre as condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores do COMPERJ e questões inerentes a organização coletiva e sindical dos trabalhadores.

Ao todo foram realizadas 10 (dez) entrevistas, sendo 5 (cinco) com trabalhadores da construção civil do COMPERJ, 4 (quatro) com diretores do SINDSPETRO-RJ, enquanto entidade implicada na luta dos operários e 01 (uma) com um funcionário do SINTRAMON<sup>23</sup>. Em relação ao perfil sócio ocupacional desses entrevistados: 09 (nove) eram homens e 01 (uma) mulher. Quanto à idade: 02 (dois) se encontravam na faixa entre 20 e 30 anos, 05 (cinco) entre 30 e 40 anos e 03 (três) entre 40 e 50 anos. Em relação a escolaridade: 6 (seis) possuem o nível médio, 02 (dois) estavam cursando a universidade e 02 (dois) com nível superior.

Sobre a ocupação profissional dos trabalhadores da Construção Civil do COMPERJ (primeiro grupo), estes se dividiam: 01 (um) montador de andaime, 03 (três) soldadores e 01 (um) encanador industrial. Sobre o tempo de trabalho no COMPERJ: 01 (um) trabalhou por seis meses, 03 (três) por dois anos e 1 (um) por um ano. Entre os trabalhadores entrevistados apenas 01 (um) era migrante “corre trecho”, proveniente de Minas Gerais.

Em relação aos dirigentes sindicais do SINDIPETRO-RJ, 02 (dois) trabalhavam no Departamento de Saúde, Meio Ambiente, Segurança e Novas Tecnologias, 01 (um) era do Departamento Extraordinário no combate as opressões e 01 (um) era assessor político.

---

<sup>23</sup> Entende-se por funcionário a pessoa que não faz parte da diretoria e sendo contratado para determinada função no sindicato.

Constatou-se durante as entrevistas que o fato de se participar dos momentos de mobilização coletiva, citados anteriormente, abriu espaço para uma melhor abordagem dos entrevistados, como também na condução das entrevistas, facilitando o diálogo e a aplicação do roteiro de perguntas por meio de um clima de confiança com os diferentes entrevistados.

Não obstante, uma dificuldade encontrada durante o trabalho de campo foi o processo de demissões, atingindo principalmente em se tratando dos trabalhadores “corre trecho”, decorrentes das mudanças de conjuntura econômica, com alterações no projeto do COMPERJ, corte dos investimentos da Petrobras e a paralisação de algumas obras internas.

Pode-se perceber esta redução em algumas assembleias e nas visitas em Itaboraí onde se observava prédios fechados devido à extinção de postos de trabalho e a saída dos trabalhadores de fora do Rio de Janeiro.

Em termos concretos, superou-se parte dos obstáculos de pesquisa, utilizando como estratégia para aproximação as redes informais de trabalhadores (BRANDÃO, 2007). Consoante esta perspectiva a inserção na realidade possibilitava a indicação de potenciais sujeitos para entrevista.

Uma das estratégias para realizar parte das entrevistas dos trabalhadores era a ida no sindicato representativo durante o período de homologações de demissões. Contudo, tal estratégia não se mostrou eficaz devido à presença pequena de trabalhadores no sindicato, receio de muitos em conversar ou presença de pessoas que se aproximavam sempre que se abordava algum trabalhador.

Com isso, a maioria destas foi agendada por meio de contato telefônico a partir da rede informal de trabalhadores (BRANDÃO, 2007). Durante o contato se desenvolvia um diálogo para convencimento dos potenciais entrevistados e, quando aceito, escolhiam-se o horário e o local em conformidade com a sua disponibilidade de tempo.

Cabe destacar que alguns dos trabalhadores indicados se negaram a participar do estudo. Suspeita-se que seja por medo, possivelmente por desconfiança de que se tratava de um agente do sindicato ou da empresa, ou mesmo por terem conseguido empregos, não tendo horário disponível para a entrevista. No que concerne àqueles favoráveis a participar do estudo, muito preferiram ser entrevistados em lugares públicos como ruas, bares e em praças públicas, sendo vários os inconvenientes dessa opção, como barulho de carro, gritaria de pessoas e outros ruídos ao longo da entrevista.

Apesar das inconveniências e dificuldades, se percebeu, ao longo do processo de pesquisa, que a opção metodológica foi satisfatória, diferente de algumas tentativas realizadas no sindicato representativo, onde a desconfiança sempre imperava e dificultava a continuidade da entrevista. Diferentemente, as entrevistas realizadas com sujeitos indicados pela rede de informantes suscitavam a “confiança-prévia”, permitindo entrevistas longas e com excelente conteúdo.

A recepção no SINDIPETRO-RJ foi satisfatória. Apesar desse sindicato não ser oficialmente representativo da categoria, durante o trabalho de campo, percebia-se o seu envolvimento com a luta dos trabalhadores do COMPERJ, tendo o primeiro contato com os diretores do sindicato durante as audiências públicas, quando foi possível a apresentação do projeto e dos objetivos da pesquisa.

De outro, a dificuldade encontrada junto a direção dos sindicatos representativos (SINTICOM e SINTRAMON) se expressou no segundo momento do trabalho de campo na impossibilidade de entrevista. Junto ao SINTICOM foram realizadas diversas tentativas por contato telefônico e ida as sedes da entidade, em Itaboraí e São Gonçalo, sem êxito. Em relação ao SINTRAMON apesar de várias vezes comparecer à sede para entrevistas todas as tentativas foram em vão, sendo apresentados desculpas e empecilhos pelos diretores. Sendo assim foi possível entrevistar apenas um funcionário do sindicato.

Aos entrevistados apresentei-me como enfermeiro, mestrando da ENSP/FIOCRUZ desenvolvendo uma pesquisa de dissertação de mestrado sobre ações coletivas e sindicais na luta dos trabalhadores do COMPERJ. Vale destacar que o fato de cursar o mestrado numa instituição referenciada abriu portas em vários locais.

Em seguida a minha apresentação, os participantes da pesquisa receberam deste pesquisador o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE D) referente as informações relativas ao objetivo do estudo, procedimentos da pesquisa, sigilo das informações fornecidas, quanto à não obrigatoriedade da sua participação, bem como as razões de sua seleção para a pesquisa, conforme explicitado na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Após sua leitura, concordância em participar e a assinatura do termo, deu-se no início a entrevista, através do roteiro específico para o grupo de entrevistado que foi gravada, através de gravador próprio, com o consentimento do depoente. Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP e aprovado pelo parecer nº 1.092.582 (ANEXO A).

### 3.4. LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

Durante o trabalho de campo levantou-se uma série de documentos que versavam sobre o assunto do estudo como forma de subsidiar a análise das entrevistas. Os documentos obtidos e analisados nesse estudo foram: a) documentos produzidos nas audiências públicas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ)<sup>24</sup> e na Câmara Municipal de Niterói; b) boletins produzidos pelo SINTRAMON, SINDSPETRO-RJ e da comissão de greve; c) acordo coletivo dos trabalhadores 2015-2016 (ANEXO B); d) Jornais e revistas sobre as condições de trabalho e o movimento grevista do COMPERJ e d) ata das audiências realizadas pela Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) – 1º Região de Niterói<sup>25</sup>.

Em relação a audiência pública estas foram realizadas após o período de greves de 2014 o que mostra que, apesar do fim da greve, os trabalhadores ainda se organizavam para mostrar ao conjunto da sociedade as condições que lhe são impostas.

O uso de documentos como fonte de pesquisa se propõe a produzir novos conhecimentos, criando novas formas de compreender os fenômenos e conhecer a maneira como se desenvolvem. Estes expressam aspectos da conjuntura socioeconômico-cultural e política (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009) em que são produzidos e, por isso, servem como fonte de informação ou indicação de determinadas questões.

Cabe ressaltar com base em Spink (2004) que os documentos coletados nos sindicatos, audiências públicas ou TRT são considerados de domínio público e expressam as práticas discursiva a partir das posições e posturas institucionais assumidas frente às questões apresentadas.

### 3.5. ANÁLISE DE DADOS

As entrevistas foram transcritas e todos os documentos coletados foram organizados. Posteriormente, todo o material foi lido, relido e ordenado por classificação de frequência, similaridade e homogeneidade, sendo que também foram separadas as falas que destoavam das demais, já que apresentavam sentindo em relação aos objetivos

---

<sup>24</sup> A audiência pública, convocada pela Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social, ocorreu no dia 27 de março de 2014

<sup>25</sup> Durante a greve de 2-14 foram realizadas pelo PRT-1º Região um total de 07 (sete) audiências entre trabalhadores de base e sindicato representativo da categoria.

do estudo. Isso com o propósito de analisar criticamente e interpretar os dados empíricos a partir da compreensão do contexto e da realidade social.

Nessa linhagem teórico-metodológica enfatiza-se o que é vivo e repleto de sentidos, como as experiências sociais e simbólicas dos trabalhadores, possibilitando que os dados de pesquisa se tornem textos vivos (BRANDÃO, 2003). Pretende-se, assim, constituir como corpo de análise, as passagens mais marcantes das entrevistas que estejam em consonância com os objetivos do estudo. Brandão (2003) denomina essas passagens mais fortes e poderosamente descritivas de “falas significantes”, selecionando assim as falas que nos interessam e que possam ser as mais relevantes tendo em consideração à temática que estejamos tratando.

A construção das categorias de análise do estudo ocorreu pelo cruzamento entre as categorias teóricas prévias, expressas no roteiro, e as categorias empíricas que emergiram a partir da entrada em campo e que podem alterar ou se acrescentar às categorias prévias. A interpretação dos resultados está balizada pelo referencial teórico da pesquisa.

Emergiram do campo temas como participação de lucros e resultados (PLR), sistema de metas e o controle e vigilância do trabalhador que, todavia, seus sentidos não estavam representados na categoria de condições de trabalho presente no roteiro. Quanto às ações coletivas e sindicais, o roteiro apontava para aprofundar a forma de organização e condução da greve em 2014. Contudo, das entrevistas emergem um conjunto de formas de resistências ou de greves e rebeliões produzidas em vários momentos do COMPERJ pelos operários de um determinado consórcio ou empresa.

Com isso, no capítulo IV desenvolvemos a categoria processo de trabalho a partir de seus elementos constitutivos como características do processo de exploração capitalista. No capítulo V aprofundamos a discussão referente à ação coletiva e a perspectiva sindical em relação à luta dos trabalhadores do COMPERJ.

#### **4. CAPÍTULO IV - PROCESSO DE TRABALHO E SAÚDE DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO COMPERJ**

Como desenvolvemos na seção 2.1, no capitalismo, o processo de trabalho apresenta-se enquanto processo de exploração da força de trabalho, sendo ambos indissociáveis das formas de resistência organizadas em situações concretas pelos trabalhadores.

Neste capítulo apresentaremos, a partir das entrevistas e do levantamento documental, tanto as exigências impostas ao trabalhador, através dos aspectos gerais presentes no processo de trabalho (condições de exploração da força de trabalho, prolongamento do trabalho e administração por estresse), com algumas formas de resistências produzidas pelo trabalhador no sentido de produção de saúde.

##### **4.1. Algumas características do processo de trabalho no COMPERJ**

Como mencionamos anteriormente, no COMPERJ, utiliza-se a “terceirização em cascata”, onde acontece a subcontratação por empresas contratadas pelos consórcios. Com isso, os consórcios, compostos por uma empresa ou conjunto de empresas, gerenciam o contrato principal e as empresas subcontratadas quanto aos prazos e exigências do cronograma.

O quantitativo de consórcios e empresas que participam da construção do COMPERJ é citado:

“[...] vários contratos [...] você imagina um negócio com 60 empresas [...] variou muito chegou a ser 30 consórcios chegou a ser 60 empresas não sei agora no final quanto está. Bom, mas todas essas grandes [...] Odebrecht, OS, Andrade Gutierrez [...] Amaro Correia, Queiroz Galvão”. (Entrevistado C)

“Nem a quantidade de empresas eu sei, eu sei que existem os consórcios e que agora alguns consórcios estão saindo. [...] os consórcios contratam as terceirizadas e hoje você tem o número de terceirizadas maior do que tinha antigamente. [...] ano passado você tinha um consórcio onde absorvia 4.000 homens aquele consórcio e tinha uma terceirizada, tinha outras terceirizadas assim os ônibus, alimentação e limpeza”. (Entrevistado D)

Esse mecanismo gera uma fragmentação entre os trabalhadores não só nas diferentes exigências impostas no processo de trabalho, mas nas formas de recrutamento, seleção, contratação, avaliação e demissão dos seus respectivos trabalhadores. Outra

fragmentação imposta aos trabalhadores ocorre pela quantidade de sindicatos representativos por categoria profissional dentro do COMPERJ, conforme explicitado pelo entrevistado abaixo:

“Os trabalhadores do COMPERJ [...] são vários tipos: Os trabalhadores próprios da Petrobrás que são poucas [...] trezentos trabalhadores quatrocentos e esses são diretamente representados pelo SINDSPETRO [...]. Dentro da fiscalização, são os trabalhadores terceirizados. E, eles [...] representam vários sindicatos distintos. Os que são motoristas, por exemplo, é sindicato lá da categoria deles os que são da alimentação, têm outro sindicato os que são da limpeza têm outro sindicato e, na área da obra – que é grande parte do COMPERJ –, eles eram representados, fundamentalmente na sua esmagadora maioria pelo sindicato de Construção Civil é lá de São Gonçalo, Itaboraí e região”. (Entrevistado B)

No processo de trabalho, o trabalhador também está exposto a diferentes condições ambientais impostas no processo produtivo. Estas se constituem em determinantes no processo saúde e doença e possuem raízes históricas no processo produtivo capitalista.

Um dos entrevistados coloca como tais condições se expressam, historicamente, nos trabalhadores da construção civil: “[...] a gente já sabe que as condições em geral são inferiores às condições de outros trabalhadores”. (Entrevistado B)

Estas condições se expressam no COMPERJ, os depoimentos dos diferentes entrevistados, que apontam um conjunto de problemas relativos à alimentação, precárias condições de higiene, alojamento e transporte. Vale destacar as desigualdades nas condições de trabalho segunda as empresas:

“A outra [empresa] parceiro, até comida estragada dava. A nossa não, a nossa graças a Deus era muito tranquilo” (Entrevistado H)

“Era tranquilo, muito boa [...] não tem nem como reclamar da alimentação, não”. (Entrevistado E)

Ao mencionar sobre questões relativas à alimentação e ao ambiente de trabalho no COMPERJ os entrevistados relatam:

“O calor total e inclusive de faltar água. Então teve esse problema da infecção intestinal, depois teve o lance [...] da lagartixa encontrada no prato. Depois um trabalhador mastigou um caco de vidro grande e cortou a boca. Isso revoltou geral e nego parou de novo. O negócio lá é muito brabo. (Entrevistado A)

Não sei se você conhece Itaboraí, Itaboraí é muuuito quente. Calor infernal [...], mas a área do COMPERJ, era muito quente, cara a gente ia lá no verão, [...] era um negócio insuportável [...] (Entrevistado D)

De fato, tais problemas estão presentes tanto nas grandes obras da Construção Civil no período militar (VALLADARES, 1983), quanto na atualidade (CONCEIÇÃO, 2014; VERAS, 201; OLIVEIRA, 2014). Aliado a isso, alguns dos trabalhadores “corre trecho” apresentavam outros problemas relativos as precárias condições de alojamento e ao fato de muitos serem temporários ou mesmo inexistentes:

“[...] tinha muita gente que vinha de fora, então, a empresa prometia alojamento e aí depois não cumpria ou o alojamento era temporário, aí depois o cara tinha que se virar [...]” (Entrevistado B)

“[...] vinha com a expectativa de receber alojamento e depois não era cumprido” (Entrevistado D)

Soma-se a essas questões, como desenvolvemos mais a frente, as localizações afastadas de Itaboraí o que proporcionava horas de deslocamento até o trabalho e engarrafamentos constantes na porta do COMPERJ (SINTRAMON, 2014).

Nas audiências públicas realizadas, o debate sobre alojamentos e as condições sanitárias sempre era recorrente. Questões como péssimos alojamentos, distância da família ou deslocamento até o trabalho também são discutidos por Araújo (2001), junto aos trabalhadores terceirizados da Petrobrás, por serem fatores de aumento da fadiga e problemas psicossociais, bem como a dificuldade de vínculos coletivos entre os trabalhadores.

Os problemas se tornam mais visíveis em relatório produzido pela visita, em 2012, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (MTE, 2012), onde são expostas diversas irregularidades a partir do uso das Normas Regulamentadoras (NR).

Vasconcellos (2011) ao citar as NR delimita as falhas, inconclusões e imprecisões do uso da NR enquanto objeto para promover a saúde dos trabalhadores. Para o autor, as NR possuem subsídios técnicos e representam um instrumento de contrato que reflete as condições políticas e históricas, em dado período, da relação entre capital e trabalho.

A par de uma técnica amordaçada em função de conjunturas políticas e econômicas, existem soluções de problemas causadores de danos à saúde que só se resolvem do mesmo modo, no plano político e econômico, independente da técnica em sua especificidade (VASCONCELLOS, 2011, p. 148).

As questões técnicas por si só não conseguem dar as respostas às diferentes exposições que o trabalhador sofre nos ambientes de trabalho. Além das questões relativas à precariedade das condições de refeitórios, alimentação e, até, falta de água para os trabalhadores contidas no relatório do MTE outra demanda citada foi em relação à ausência ou uso indevido do Equipamento de Proteção Individual (EPI)

O EPI também é questionado, por exemplo, segundo o entrevistado C

“[...] o pessoal [...] trabalha com uma roupa pesada e de capacete, [...] uma forma desconfortável, pois o sol é muito forte”.

A partir da NR 6, que trata sobre o uso de EPI, passou a ser obrigatório, por parte dos empregados, o uso destes nos diferentes ambientes de trabalho, sendo de responsabilidade da empresa o fornecimento gratuito, adequado, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Apesar da obrigatoriedade do uso de EPI em ambientes insalubres, estes por si só não eliminam ou neutralizam as exigências presentes no processo de trabalho. Fornecem, assim, assim uma proteção parcial (DIESAT, 1989) e soma-se a isso a produção de novas exigências conforme mencionado pelo Entrevistado a cima.

Como afirmamos, os trabalhadores do COMPERJ são expostos a um conjunto de exigências dentro e fora do processo de trabalho. A seguir apresentamos outras exigências impostas durante o processo de trabalho como o prolongamento da jornada de trabalho.

## **4.2. Prolongamento do Trabalho**

O prolongamento da jornada de trabalho pode ser compreendido como uma dimensão particular do processo de exploração capitalista e aumento de extração da mais-valia absoluta. No COMPERJ, as modalidades do prolongamento do trabalho a serem observadas durante o trabalho de campo foram: horas extras, horas “*in itinere*” e as folgas de campo.

### **4.2.1. Horas Extras**

No COMPERJ, os empregados cumprem a jornada semanal de 44 horas, sendo dividido durante quatro dias de nove horas e um dia de oito horas. Pensando em uma obra de grande magnitude, como no caso do complexo, e a presença de variados contratos que

regulam diferentes prazos de entrega dos serviços, pressupõe-se que os distintos consórcios contratados ou empresas subcontratadas utilizem o mecanismo de uso de horas extras em diversos estágios da obra.

O adicional de horas extras sempre esteve presente nas reivindicações e convenções coletivas dos trabalhadores, sendo o percentual de pagamento sempre idêntico. Pela convenção coletiva de 2015-2016, a remuneração das horas extras ficou fixada em 50% sobre o valor da hora normal trabalhada ou serviços realizados nas duas primeiras horas, de segunda a sexta-feira, 100% sobre o valor da hora normal quando efetuada nos sábados e 100% sobre o valor da hora normal de trabalho, para os serviços realizados em domingo e feriados (SINTRAMON, 2015a).

Trabalhar em horas extraordinárias configura uma exigência de disponibilidade junto ao empregador e que se materializa de forma mais acentuada para operários provenientes de outros estados. Segundo um dos trabalhadores entrevistados os “corre trecho” eram mais sujeitos ao uso de horas extras.

[...] aí quem vem de fora, que está numa condição pior acabava se submetendo (Entrevistado B).

A condição destes que visualizam o COMPERJ como uma oportunidade de ganho financeiro e a possibilidade de uma maior remuneração, o uso de horas extras pode ser tornar habitual. Um trabalhador ao ilustrar sua forma de contratação, menciona:

[...] eu entrei pela indicação, pois eu conhecia o pessoal aqui. Na verdade, eu já até trabalhei com esse pessoal em São Paulo, e tinha vaga e eles chamaram para vim”. (Entrevistado E)

O Entrevistado E, proveniente de outro estado, ao mencionar a forma de contratação cita o fato de realizar trabalhos com a mesma empresa em diferentes estados. Com isso, a possibilidade para dizer “não” à convocação para realizar horas extras se reduz, visto que como punição pode ocorrer não só a demissão, mas também a não indicação e contratação em futuras obras.

O uso de redes para contratação, através da indicação de supervisores e coordenadores, é comum dentro da obra como menciona um dos sindicalistas entrevistado:

“[...] um coordenador ou um supervisor de uma determinada empresa [...] e está no COMPERJ e tem aquela rapaziada lá na Bahia que você já conhece e faz um bom trabalho contigo. Aí vou

trazer todo mundo que já conheço, você monta a equipe que você já conhece”. (Entrevistado D)

No COMPERJ, as principais reivindicações se apresentavam em torno não só do aumento do adicional, mas também exigir que algumas empresas pagassem o estabelecido, principalmente em se tratando das horas extras realizadas aos sábados. O uso desta modalidade aumenta as exigências e sobrecarga de trabalho e a perda da vida social conforme ilustrado abaixo:

“[...] trabalhei muitas vezes aos sábados e domingo para ganhar um dinheiro extra, estava sempre cansado e deixei de ver minhas filhas e esposa. Depois disso tudo fui demitido sem receber” (Câmara Municipal de Niterói, 2014).

Na exposição do trabalhador, em uma das audiências públicas, percebe-se que ao participar de jornadas nos finais de semana fica caracterizada a impossibilidade do repouso semanal ou a exclusão da vivência familiar. Valladares (1983) e Costa et al. (2014) citam o uso de horas extras por parte dos trabalhadores da construção civil como um dos fatores responsáveis pela sobrecarga de trabalho. Segundo as autoras o uso das horas extras era recorrente para complementação da renda, devido aos baixos salários, ou para cumprir às exigências de cronograma da empresa.

Como se percebe, as horas extras produzem maior exigência para o trabalhador que se expressa num aumento do desgaste, consequência na vida social e repercussões no processo saúde e doença.

“(…) perda de horas de repouso, a alteração do horário de refeições, aliada à própria tensão inerente ao trabalho em excesso, têm reflexos no comportamento, com aparecimento de irritabilidade fácil, nervosismo, consequentes do desgaste mental (...). O sono fica modificado em sua qualidade, advindo a insônia, criando dificuldades para reparar o desgaste diário”. (DIESAT, 1984, p. 100)

A disponibilidade do trabalhador em trabalhar nas horas extras configura uma exigência impondo assim uma aceleração do ritmo de trabalho. A seguir apresentaremos mais uma modalidade de prolongamento da jornada de trabalho através das horas “*in itinere*”.

#### 4.2.2. Horas *In Itinere*

Outra reivindicação, presente em diferentes greves do COMPERJ, é aquela relacionada as horas *in itinere*, compreendendo o deslocamento do trabalhador no trajeto residência/trabalho e trabalho/residência. Segundo um dos sindicalistas, a importância desta ocorre devido à dificuldade de acesso aos canteiros de obra.

“[...] as horas ‘*in itinere*’ porque como o acesso lá é distante então você demora muitas horas de casas” (Entrevistado B)

Um dos sindicalistas, ao mencionar a luta dos trabalhadores do COMPERJ, cita como uma das principais vitórias o pagamento de parte do trajeto, visto que este não existia anteriormente:

“[...] eles inclusive foram vitoriosos de **[a empresa]** considerar isso porque eles ficam muito tempo no trajeto para ir para o COMPERJ. Geralmente [...] da portaria da Petrobrás até o canteiro eles demoram uns quarenta minutos no trajeto. [...] eles conseguiram essa vitória, mas sempre buscam aumentar porque não é o tempo todo do trajeto que consideram [...]”. (Entrevistado E)

Os trabalhadores valorizam a importância da questão das horas “*in itinere*”, sendo por muitos considerados uma vitória o pagamento por parte das empresas de um período este trajeto aos trabalhadores.

O pagamento por parte das empresas de um período das horas “*in itinere*” foi conquistado a partir das greves de 2012 e passou a estar presente, sem alterações, nos acordos coletivos posteriores. No acordo coletivo de 2015-2016 a cláusula de auxílio transporte estabeleceu o pagamento do valor equivalente a 30 (trinta) minutos do salário base de cada trabalhador, por dia efetivamente trabalhado.

No COMPERJ, o transporte de quase todos os trabalhadores é realizado por meio de ônibus, exclusivamente, fretado pelos consórcios/empresa. Isso produz, conforme explicitado no tópico anterior, um quantitativo elevado de ônibus e, como consequência, grandes engarrafamentos.

Os sindicalistas ao citarem o percurso dos ônibus mencionam não só o tempo de trajeto dentro do complexo como os diferentes itinerários devido à localização variadas dos alojamentos.

“Hoje os alojamentos são variados fica um bocado por aqui ou regiões próximas. Não são totalmente todos eles por aqui, mas

hoje você pega os ônibus e as viagens e eles vão para Caxias, para a Baixada e outros pontos [...]. Quer dizer, fica a minoria mesmo.” (Entrevistado D)

Pelo relato se verifica que o tempo de trajeto é prejudicado não só pelos engarrafamentos na saída do complexo, mas as longas distâncias percorridas pelos ônibus das empresas. Para além de aumentar o tempo gasto no trajeto diário, o uso de alojamentos em diferentes regiões, como veremos mais à frente, possui o objetivo de diminuir o convívio entre os trabalhadores possibilitando assim maior controle.

Segundo um dos sindicalistas entrevistados, apesar da reposição financeira, de parte do trajeto, os trabalhadores chegam a ficar 14 horas diários fora da residência, conforme o relato abaixo:

“[...] é um local de difícil acesso, muito distante, então os trabalhadores acordam muito cedo, tem gente que acorda três e meia, quatro horas, para chegar lá [...] e retorna muito tarde”. (Entrevistado E)

Os longos trajetos fazem com que o trabalhador tenha como exigência “acordar muito cedo”, adiciona-se a isso o ritmo imposto pelo trabalho. O relato de um dos trabalhadores expressa bem o tempo gasto por ele durante a jornada de trabalho devido ao longo trajeto.

“[...] o ônibus pegava aqui no Rio, no Centro, e levava para Itaboraí. A tarde sai de lá umas cinco e meia ou seis horas. [...] só para chegar no entroncamento [**trevo da reta**] demorava duas horas. [...] sai de lá umas seis horas chegava quase dez horas no Rio de Janeiro [...] era cansativo”. (Entrevistado G)

O longo período de trajeto, para alguns trabalhadores cerca de três horas, prolonga a jornada diária do trabalhador criando obstáculos ao convívio social junto a família ou ao próprio descanso do trabalhador, aspectos encontrados também por Pina (2012). Pina e Stotz (2011) delimitam que o prolongamento do trabalho não é a única exigência percebida pelo trabalhador. Para os autores este processo aliado a intensificação do trabalho amplia:

[...] os condicionantes e os limites do tempo de não trabalho fora da jornada: a reposição e o desenvolvimento de capacidades biopsíquica podem ser comprometidos pela insuficiente quantidade e qualidade do repouso, pela energia despendida no estudo/capacitação e nos deslocamentos residência-trabalho/estudo-residência.

Como percebe-se, a partir dos depoimentos, as horas “*in itinere*” passaram a estar como pauta de reivindicações dos trabalhadores a partir da vivência e da própria experiência operária frente as exigências produzidas no dia a dia do trabalho. Na próxima seção apresentaremos a última modalidade de prolongamento da jornada de trabalho através da folga de campo

#### **4.2.3. Folgas de campo e trabalhadores “corre trecho”**

A folga de campo<sup>26</sup> é considerada a visita dos trabalhadores aos familiares depois de determinado tempo de trabalho. Esta pauta passou a estar presente no contrato coletivo de 2013-2014, permanecendo inalterada nos contratos posteriores.

No contrato coletivo de trabalho 2015-2016, o regime de concessão das folgas de campo ocorria a cada 90 (noventa) dias a partir dos seguintes critérios: a) distância entre a residência e o local de trabalho acima ou igual a 1.000 Km (mil quilômetros): concessão de folga de 03 (três) dias úteis de trabalho, com o fornecimento de transporte aéreo pelas empresas; b) distância entre a residência e o local de trabalho inferior a 1.000 Km (mil quilômetros) e superior ou igual 500 Km (quinhentos quilômetros): concessão de folga de 02 (dois) dias úteis de trabalho, com fornecimento de transporte terrestre coletivo; e d) distância entre a residência e o local de trabalho inferior a 500 Km (quinhentos quilômetros) e superior a 250 Km (duzentos e cinquenta quilômetros): concessão de folga de 01 (um) dia útil de trabalho, com fornecimento de transporte terrestre.

A reivindicação das folgas de campo era presente, no COMPERJ, devido à elevada quantidade de trabalhadores “corre trecho”. Entretanto, como ilustra o sindicalista abaixo algumas empresas passaram a não fornecer as folgas de campo conquistadas.

“[...] teve um determinado momento que o pessoal [...] deu um “cala-boca” nos trabalhadores [ao invés] de dar a folga de campo”. (Entrevistado E)

Uma das estratégias, apontada por diferentes entrevistados, utilizadas pelas empresas para não pagar a folga de campo era:

“Obrigam os trabalhadores a apresentar [...] um comprovante de residência do local e aí bota como se fosse isso [...] e não

---

<sup>26</sup> Segundo Conceição (2014) nas Usina Hidroelétrica de Belo Monte a folga de campo era denominada de baixadas. Utilizaremos a denominação folga de campo visto que foi assim mencionada pelos diferentes entrevistados.

reconhece que eles são de fora e diminui os custos” (Entrevistado F).

“Aí junta dez, vinte e forma aquele bando deles e vem para cá para o Estado do Rio de Janeiro, chega aqui aluga uma casa, fica todo mundo enfiado no mesmo buraco, aí dá o mesmo endereço na empresa” (Entrevistado I).

Os entrevistados afirmam que os diferentes consórcios/empresas, como estratégia para redução dos custos, não reconheciam as folgas de campo no momento em que endereços da região local são usados na contratação. Dessa forma, Os dias úteis que deveriam ser utilizados para rever à família e repouso do trabalhador passaram a ser incorporados na jornada normal de trabalho, na prática, converteram-se em prolongamento do trabalho.

Com isso, uma gama considerada de trabalhadores perdia o convívio familiar por meses e, como citado por uma das fontes, impossibilita-os “[...] de participar do crescimento dos filhos” (ALENCAR; GADO, 2014, p.17).

Os trabalhadores de diferentes regiões do país, que migram para o COMPERJ com o objetivo de aumentar a renda, ficam alojados na região da obra e têm como consequência a perda da vida social. Isso ocorre não só pelo afastamento da família, mas também pela mudança na cultura, lazer e/ou outras atividades sociais. Um dos trabalhadores ao ilustrar a realidade vivenciado nos alojamentos cita:

Mas não dá para se acostumar a morar em alojamento. É uma vida patética, chata, uma opção para reduzir despesas. Imagina acordar todo dia e dar de cara, num mesmo quarto, com quatro, cinco homens que, às vezes, você nem conhece direito (ALENCAR; GADO, 2014, p.17).

Os trabalhadores utilizam variados mecanismos de resistência para amenizar a solidão e o distanciamento. Um dos mecanismos de resistência utilizados pelos trabalhadores é o contato via redes sociais com os familiares, como também o aluguel de quitinetes ou quarto nas cidades para trazer a família durante determinado período (ALENCAR; GADO, 2014).

Outro recurso para atenuar a distância de suas origens e o isolamento social presente é:

[...] recriar ali um pedacinho da terra natal. Forró, sertanejo e brega são ritmos de uma miscelânea cultural. Aos poucos, Itaboraí se transforma num pedaço do Nordeste no Rio. E o som de zabumbas e sanfonas ecoa a cada dia com mais vigor em bares, restaurantes e casas noturnas (ALENCAR; GADO, 2014, p.17).

Durante o início do trabalho de campo andando por Itaboraí, pelos finais de semana ou à noite, comumente eram vistos biroschas e bares cheios, de trabalhadores nordestinos, onde reproduzem a realidade de suas regiões a partir das músicas, brincadeiras e uso de gírias.

Em uma das audiências públicas um dos sindicalistas expressa a situação dos trabalhadores “corre trecho” ao mencionar que são

[...] são trabalhadores extremamente vulneráveis, porque são trabalhadores que vêm de outros estados. [...] é mais fácil você levar, você explorar, é mais fácil você, enfim, oprimir trabalhadores que não tenham uma família, não tenham lastro, não tenham condição de se movimentar aqui dentro do estado. (Audiência Pública Rio de Janeiro, 2014)

Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), ao citarem sobre estes tipos de trabalhadores relatam a possibilidade de discriminação e isolamento social nos locais de trabalho. Um dos entrevistados, ao mencionar os trabalhadores “corre trecho”, produz a discriminação social.

“Porque a maioria é agricultor, a maioria nunca trabalhou na área de metalúrgica ou construção civil pesada, pois vieram dos campos, pessoas que ganhavam 70 ou 80 reais por mês lá na terra deles. [...] O camarada ganha 70 ou 80 reais por mês capinando o chão lá na roça, lá no interior e aí o cara vem para uma cidade grande e ganha como ajudante, [...] em torno de R\$ 2.000, R\$ 2.100 reais junto com benefício. Então para quem ganha 70 conta isso aí é um tesouro” (Entrevistado J).

Nota-se que a percepção dominante dos diferentes Entrevistados sobre os trabalhadores corre trecho expressa maior vulnerabilidade, dificuldades de resistência ou isolamento social. Contudo, a própria conquista do período de folgas de campo, ao longo da construção do COMPERJ, representa uma dimensão de resistência construída, por estes trabalhadores, perante às formas de prolongamento do trabalho durante o processo produtivo.

#### **4.3. Administração por Estresse**

A administração por estresse, enquanto instrumento de gestão, surge, nos EUA, por meio da implementação do sistema Toyota de produção com o objetivo de intensificação do trabalho (PARKER; SLAUGHTER, 1995). Segundo os autores o estresse enquanto instrumento de gestão surge com o objetivo de reduzir os recursos e pessoal, enquanto exige aumento da produção através da pressão, permanente, pelos mais

variados meios, permanente na busca por melhores índices de produtividade sobre os operários.

Estes meios podem ser desde a perda do emprego por parte dos trabalhadores, práticas para “aumentar o poder de gerenciamento usando diferentes formas de controle da força de trabalho” (PARKER; SLAUGHTER, 1995, p. 44) ou a estruturação das práticas gerenciais baseadas no desempenho (metas e resultados, avaliação, mobilização das “competências” do trabalhador) conforme desenvolvidos por Bártoli e Rocca (2006)

A partir do material analisado se percebe que algumas destas práticas gerenciais estão disseminadas entre os trabalhadores do COMPERJ: a) Sistema de metas e PLR; b) avaliação contínua; c) controle do trabalhador

A partir do material analisado se percebe que algumas destas práticas gerenciais estão disseminadas entre os trabalhadores do COMPERJ: a) Sistema de metas e PLR; b) práticas gerencias de controle e vigilância do trabalhador.

#### **4.3.1 Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e sistema de metas**

Como apontam diferentes entrevistados, a PLR sempre esteve presente nos acordos coletivos de trabalho dos trabalhadores do COMPERJ. Um dos sindicalistas ilustra a importância desta pauta, durante as convenções, para o conjunto dos trabalhadores:

“Você vê a PLR também, onde eles também têm uma boa pedida e [...] reivindicam muito”. (Entrevistado D)

Conforme se percebe, a visão do sindicalista não situa a PLR como prática de exploração dos trabalhadores, conforme explicitado por Pina e Stotz (2011). Pela convenção coletiva de 2015-2016 o recebimento da PLR equivale a 01 (um) salário base de cada empregador e limitado ao valor de R\$ 9.640,00 (nove mil, seiscentos e quarenta reais). O valor referente a PLR 2015/2016 é pago em duas parcelas: A primeira em agosto de 2015 e a segunda em fevereiro de 2016, visto que a data base dos trabalhadores ocorre em fevereiro.

O recebimento do bônus da PLR está condicionado ao alcance, pelos trabalhadores, de um conjunto de metas individuais e coletivas. No quadro 2 são apresentadas as metas individuais que se concentram na advertência; absenteísmo e a segurança, meio ambiente e saúde com seus respectivos critérios:

**Quadro 2** - Metas individuais e os respectivos critérios para recebimento da PLR: COMPERJ, 2015/2016.

Metas Individuais	
Metas	Crítérios
Advertência	O empregado que tiver uma advertência e/ou penalidade formal a partir da data da assinatura da presente convenção até 31 de janeiro de 2016 devidamente comprovada, perderá o direito do recebimento da PLR referente ao mês que se der o fato;
Absenteísmo	O empregado que tiver mais de duas faltas injustificadas a partir da data da assinatura da presente convenção até a data 31/01/2016, perderá o direito ao recebimento da PLR referente ao mês que ocorre as faltas
Segurança, Meio Ambiente e Saúde	Deverá ser alcançado o índice zero de acidentes de trabalho com afastamento, sendo apurado pelos representantes dos trabalhadores e dos empregadores integrantes da CIPA, sendo que quem der causa do acidente perderá o direito à percepção da PLR referente ao semestre que se der o fato.

Fonte: Acordo Coletivo 2015-2016.

Como se percebe, no quadro 2, o valor do desconto aumenta de acordo com a reincidência das faltas. Isso, aliado à presença de contratos precários e instáveis, mantém o trabalhador pressionado a não se afastar do serviço e retardar a procura por cuidados de saúde - mesmo adoecido. Desse modo, ele evita o afastamento com medo de uma advertência que pode ter como consequências represálias, isolamento ou até mesmo a demissão.

Apesar do pagamento da PLR ser realizado em dois momentos a avaliação de algumas metas individuais é realizada de maneira mensal. Apesar do uso de metas individuais pelas empresas, o objetivo central é disseminá-las pelo próprio grupo de trabalho, produzindo uma mobilização contínua, em que os próprios exerçam a fiscalização e o controle sobre si e os demais membros do grupo. A fala abaixo representa tal perspectiva:

“Aí eu fui lá falei que não ia ficar lá não **[enfermaria]** vou ficar no meu setor de trabalho porque a pressão no meu setor era muito grande e eu tinha que está ali presente para pode fazer nem que fosse as gambiarras, mas eu tinha que estar lá presente para poder suprir a necessidade da construção civil. Eu passei mal a tarde toda e eu vomitei e junto com isso minha pressão foi a 15”.  
(Entrevista I)

A fala do entrevistado demonstra como a produção, condicionada a partir de um sistema de metas, passa a exercer uma pressão constante no ambiente de trabalho. Com isso, mesmo que haja impedimento para o desempenho de suas funções, ainda que por problemas de saúde, o sujeito é obrigado a manter-se no posto de trabalho, uma vez que deve atuar em equipe para manutenção do ritmo e alcance da meta pactuada pela gerência, além de, conseqüentemente, não sobrecarregar os outros trabalhadores com sua ausência.

Outra fonte reafirma essa análise ao citar que, “[...] às vezes o cara entra ferrado, trabalha ferrado mas fica na dele aí.” (Entrevistado D). Para Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010, p. 241) este é um elemento adicional para o aumento do presenteísmo que segundo as autoras ocorre quando “[...] às vezes fortes mecanismos de negação psicológica dos sintomas fazem com que nem os próprios assalariados reconheçam os agravos sofridos por sua saúde”.

Esse fato ainda é agravado visto que uma das metas individuais é a segurança, meio ambiente e saúde que, ao mesmo tempo, pode ser utilizada para culpabilizar o trabalhador pelo acidente e que o mesmo não procure os serviços de saúde (Pina e Stotz, 2011) ou criar constrangimento junto aos outros trabalhadores pelo não alcance das metas coletivas e o recebimento da PLR.

As metas coletivas se concentram na avaliação da produção/produktividade com o respectivo critério conforme expresso no quadro 3:

**Quadro 03** - Meta coletiva e o respectivo critério para recebimento da PLR 2015-2016.

Metas Coletivas	
Meta	Critérios
Produção/Produtividade	São as metas estabelecidas e discutidas entre os trabalhadores e empregadores no planejamento da obra, aprovados pelo cliente. Serão apuradas entre a meta estabelecida e o apurado no final da obra através das respectivas medições.

Fonte: Acordo Coletivo de Trabalho 2015-2016.

Nas metas coletivas um dos mecanismos utilizados como estratégia para mobilização contínua do trabalhador (autonomia, iniciativa e envolvimento) e busca por melhor desempenho é a afixação pública dos demonstrativos mensais das metas coletivas para o conjunto dos trabalhadores (SINTRAMON, 2015).

A disseminação das metas entre trabalhadores é ilustrada pela fala a seguir, onde o trabalhador cita que se tornava “inimigo” dos próprios trabalhadores ao parar a obra quando havia ameaça de raios.

“Nessa correria que era complicado porque, às vezes, estava chovendo, começava a chover e aí caía o raio e você tinha que parar, mas a sirene não tocava e a nossa não tocava. [...] se fosse um momento que tivesse muita correria e cobrança para encerrar o serviço, a sirene não tocava e aí o raio estava comendo [...]. Mas era o seguinte: independente do coordenador ou supervisão de solda, eu mandava parar e falava no rádio. Galera [...] fala para o outro encarregado ali da frente: ‘o estou aqui embaixo manda geral parar e descer todo mundo’ e o pessoal ouvindo no rádio. [...] e isso faz com que me tornasse inimigo dos próprios trabalhadores” (Entrevistado J).

Apesar da cobrança pelo alcance das metas, o trabalhador, ao pedir para os demais operários pararem, demonstra uma forma de resistência e questionamento perante as exigências impostas pela gerência/empresa.

Como exposto, no quadro 3, a aferição da meta de produção e produtividade será feita a partir das medições mensais (peso, medição ou solda), a partir da natureza específica do trabalho. Estas, como ilustram diferentes trabalhadores, passam a condicionar o ritmo de trabalho.

“Porque tem a questão da medição e a medição é que fala mais alto. Então era alternado muita correria para fazer os trabalhos para bater a meta lá e normalmente nós batíamos a meta no caso nossa equipe de solda geral”. (Entrevista J)

“O trabalho como todos os trabalhos tem a cobrança né, tem cobrança de produção, tinha que atingir uma meta uma parte de peso, outra parte de medição também, uma parte de solda também”. (Entrevistado G)

Para os trabalhadores, a partir das expressões “cobrança”, “correria” e “desespero”, o uso de metas de produtividade representa uma maior exigência, se tornando mais difícil a obtenção de pausas informais e diminuição de horas de descanso/repouso entre uma tarefa e outra durante a jornada.

Apesar do pagamento do salário condicionado à PLR, ser realizado em duas fases, as avaliações sobre as metas individuais e coletivas eram mensais, sendo os demonstrativos mensais fixados para conhecimento do conjunto de trabalhadores. A fala a seguir detalha como o alcance das metas condiciona o ritmo de trabalho ao longo da jornada de trabalho:

“[...] tinha que ser mais rápido, acelerar as coisas que na hora e principalmente no final do mês que tinha medição. Porque dependendo da medição vinha a fatura para poder pagar o antecipado [...] e tudo isso aí que você está vendo aí, só obrigação” (Entrevistado G).

Para a empresa, o uso de avaliação contínua dos trabalhadores, por meio das aferições das medições, representa um mecanismo com objetivo da extração de um maior quantum de trabalho e aumento da produtividade, eliminação ou redução da porosidade durante a jornada de trabalho. Como aprofundaremos mais à frente outro objetivo é restringir a possibilidade de conversas entre os trabalhadores e a formação de coletivos de trabalhadores, base de resistência operária (LINHART, 2011).

A remuneração flexível, através da PLR, a partir da verificação, aferição e publicização dos resultados passa a ser mais um instrumento utilizado pela gestão com vistas a manter a pressão contínua dos trabalhadores e aumento da intensidade do trabalho (PINA e STOTZ 2011), características presentes na administração por estresse conforme desenvolvidos por Parker e Slaughter (1995).

### 4.3.2. Práticas gerenciais de controle e vigilância do trabalhador

A pressão contínua dos trabalhadores também é desenvolvida por um conjunto de práticas gerenciais de controle não só durante o processo de trabalho, mas durante paralisações ou greves.

Nesse sentido, no cotidiano do canteiro de obras, a gerência produz inúmeras estratégias para fragmentar os trabalhadores. O objetivo dessa ação é dificultar a constituição dos coletivos operários para produção de resistência, por exemplo. Os entrevistados citam alguns desses recursos no momento que são impossibilitados de manter contato com colegas de outras unidades por causa da divisão, pelas empresas, não só dos alojamentos, como também nos ônibus, refeitórios e vestiários, nas diferentes Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA)<sup>27</sup> ou, até mesmo, nos serviços de saúde fornecidos que poderiam ser pontos de apoio.

“Não, aí não, porque lá tem suas unidades. Cada um não podia entrar em outra unidade porque você tinha seu setor. A outra firma tinha lá as outras unidades e não podiam sair de um canteiro para outro [...] não, eram separadas. Cada canteiro tem o seu refeitório”. (Entrevistado G)

Outro mecanismo mencionado pelo trabalhador ocorre durante o próprio Diálogo Diário de Segurança (DDS).

“Não existe aquele relacionamento entre as empresas pegarem todos os trabalhadores e fazerem um DDS [...] com todos que estão fazendo aquela obra (encanador, tubulação). Justamente para evitar que os trabalhadores se organizem”. (Entrevistado I)

As falas dos entrevistados retratam as diferentes estratégias utilizadas pelas empresas para diminuir a conversa e o convívio, enquanto pontos de apoio, entre boa parte dos trabalhadores nos canteiros de obras.

Uma das estratégias das empresas, como ilustra Linhart (2011), é criar mecanismos para que não se desenvolvam redes de cumplicidade e apoio nos ambientes de trabalho. Tal perspectiva é exposta ao citarem o papel dos profissionais responsáveis pelo setor de Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho (SMS).

“O SMS que era para ser o maior protetor, [...] eles, que eram para poder dar maior suporte ao trabalhador, são os mais omissos. [...], mas, na prática, muitos ficam o dia todo dentro do container,

<sup>27</sup> No capítulo VI aprofundaremos o debate em relação à separação das CIPA entre os terceirizados e funcionários efetivos da Petrobrás.

muitos têm uma relação apática com o trabalhador [...], por eles se acharem superior ao trabalhador não tem um diálogo que deveria ter com o trabalhador e tudo isso influencia” (Entrevistado I).

Pude perceber outro aspecto importante de controle dos trabalhadores ao participar das assembleias: o uso de uniformas diferenciados. Para além do crachá, no complexo petroquímico, cada grupo de trabalhadores utiliza um uniforme próprio como forma de identificar a empresa que trabalha. Com isso, durante as assembleias é fácil perceber os grupos trabalhadores divididos pelas diversas empresas

Outros recursos citados pelos entrevistados para aumentar o controle junto aos trabalhadores baseavam-se no uso de celulares, câmeras ou aumento de vigias. Segundo o Entrevistado J:

“[...] , mas eles colocavam gente para vigiar, mais câmera e tal. Hoje, se você for ao COMPERJ, você vai ver que tem câmera a 30 m de altura e tem até drone, se você quer saber. Estou eu soldando lá e escuto um barulho. Quando olho para o lado, tem um drone me filmando e filmando os caras. Aí eu falei: se colocar isso aqui de novo vou trazer uma atiradeira e vou acertar o drone, meu irmão, porque eu não estou aqui para passar por isso”.

Durante a conversa com os trabalhadores era comum ouvir relatos de câmeras e vídeos quebrados ou sendo desconectados da energia elétrica. Na mesma linha, a produção de panfletos e boletins sobre possíveis piquetes, manifestações, greves ou paralisações eram deixados nos locais de convivência e aglomeração de trabalhadores como os ônibus, refeitórios ou vestiários.

“[...] teve um panfleto que a galera fez que foi um dos mais famosos lá dentro. Que a galera distribuía no vestiário. Deixava espalhado lá no vestiário, deixava espalhado nos locais de convivência e aí eles não metiam a cara diretamente. Só lançava a ideia mesmo” (Entrevistada F).

As diferentes estratégias produzidas, como forma de resistência nos canteiros de obra são produzidas com base na realidade vivenciada pelos próprios trabalhadores, já que essas ações estão indissociáveis do processo saúde e doença e criam apoio, solidariedade e organização entre eles. Por outro lado, evitam a possibilidade de “fichamento” ou demissão dos líderes ou organizadores das ações.

A prática de “fichar” possíveis líderes ou questionadores, mediante a produção de uma “lista suja”, é rotineira e habitual pelas empresas. Como aponta o sindicalista, esta prática era um mecanismo de identificação dos trabalhadores.

“Disse que tem uma [...] lista suja [...] nas empresas para não aceitar eles [os líderes de movimento]. Teve um caso logo no processo da empresa Alusa onde quinze trabalhadores que chegaram a fazer exame médico numa empresa da Odebrecht e aí, quando eles apresentaram a carteira de trabalho, cortaram os quinze da Alusa e não contrataram. Então, teve diversos casos assim que mostra como que teve uma perseguição” (Entrevistada F).

O relato de um dos entrevistados, ao mencionar que os líderes de uma das greves, relacionada a empresa Alusa<sup>28</sup>, não foram contratados demonstra como o ato de “fichar” era comum entre as diferentes empresas.

No COMPERJ, outro mecanismo de identificação de possíveis líderes era o uso de filmagem. Como ilustra o trabalhador, era comum, após a identificação dos trabalhadores as demissões ou “lataria”<sup>29</sup>.

“A lataria corria solta, [...] geral mandando embora de todas as empresas. Quem estava na cabeça da greve e era filmado por eles. [...] eles colocavam câmera para filmar e depois identificavam quem estava ali na frente e mandava embora. Até hoje é assim”. (Entrevistado J)

Como já apresentado, os líderes ou referências dos movimentos grevistas passavam a sofrer perseguição nos ambientes de trabalho, ou até mesmo lataria (demissões), após um período de piquetes, manifestações ou greves. Como aponta o Entrevistado J, isso ocorria a partir da identificação dos mesmos pelas câmeras presentes no canteiro de trabalho ou pelos celulares de encarregados ou supervisores com a intenção de identificar os “agitadores”.

Outro depoimento reafirma a prática de demissões, principalmente após greves e manifestações:

“Geralmente, muitas repressões e muitas demissões [**no retorno ao trabalho**] [...] porque geralmente ao final da greve sempre tem as comissões e tem aquelas pessoas que estão na linha de frente são visada. No nosso meio, geralmente as pessoas tiram muitas fotos, muita coisa e manda lá para o setor da administração e depois vem a punição e a punição e a demissão”. (Entrevistado G)

A produção de uma “lista suja” associada às demissões de líderes após as greves e mobilizações, como aponta Araújo (2001), não é nova entre terceirizados da Petrobrás.

<sup>28</sup> O caso da greve da Alusa será apresentado no Capítulo V.

<sup>29</sup> Segundo os trabalhadores o termo lataria designa as demissões ocasionadas após greves ou rebeliões.

Tais estratégias, para o trabalhador, expressam não só o medo da demissão, mas a incerteza de futuras contratações, uma vez que a produção de uma lista proporciona que as diferentes empresas venham a ter clareza e conhecimento daqueles trabalhadores que podem ser fonte de questionamento e constituição de coletivos nos ambientes de trabalho.

Outro aspecto importante para empresa é que a retirada de possíveis líderes ou referências se perpetua ideologicamente no ambiente de trabalho, servindo de alerta aos trabalhadores sobre as consequências de sua participação nas greves e manifestações. No entanto, como aprofundaremos no próximo capítulo, a demissão ou exclusão dos líderes não impedem a formação de novos movimentos e coletivos de questionamento e resistência.

Os depoimentos dos trabalhadores ilustram a ideia de um ambiente de trabalho condicionado a partir de práticas militares à disciplina militar, com forte rigidez, hierarquia, vigilância e controle constante dos trabalhadores. Práticas gerenciais alusivas sob comando militar como indica a expressão “infantaria ligeira do capital” (MARX, 1983).

## **5. CAPÍTULO V – A GREVE NO COMPERJ: NOVAS AÇÕES E VELHAS ESTRUTURAS**

O presente capítulo relata como ocorre a organização coletiva dos trabalhadores a partir da experiência operária. Pude acompanhar, durante o período da pesquisa, uma grande greve e ações organizadas pelos trabalhadores que, muitas vezes, colocavam em cheque não só os patrões, mas também o sindicato representativo da categoria.

Para tal, o capítulo está dividido em 5 (cinco) partes. Na seção 5.1, a ação coletiva dos trabalhadores é descrita com objetivo de transmitir ao leitor, a partir do material coletado, as dificuldades e avanços encontrados pelos trabalhadores durante a greve de 2014. Na seção 5.2 é aprofundada a relação entre os trabalhadores do COMPERJ e o SINDIPETRO-RJ enquanto entidade implicada na luta dos trabalhadores da Construção Civil.

Na seção 5.3 são apresentados os distintos entendimentos em relação à mudança do sindicato representativo da categoria. Na seção 5.4 é apresentada a realidade do COMPERJ, a partir de novembro de 2014, e um dos movimentos produzidos pelos trabalhadores na luta pelos direitos. Por fim, na seção 5.5, é problematizada com base nas entrevistas, a concepção da greve para a saúde dos próprios trabalhadores.

### **5.1. Greve 2014: Nada é por acaso**

#### **5.1.1. Antecedentes da Greve**

Uma obra da envergadura do COMPERJ proporciona a discussão sobre as condições de trabalho em diferentes espaços como fóruns, virtuais ou presenciais, ou em qualquer esquina em que se reúnam trabalhadores (ALENCAR; GADO, 2014).

Como aponta o entrevistado C, pequenas rebeliões sempre eram produzidas pelos trabalhadores, nos canteiros de obra, como forma de questionar as condições de exploração. Isto, é “não só grandes guerras, mas tinha toda hora pequenas rebeliões ali dentro eram coisas incríveis acontecendo” (Entrevistado C).

Um desses momentos, denominado pelo Entrevistado de “grandes guerras”, expõe claramente os conflitos a partir do momento que ações coletivas, como as greves, são produzidas. Durante o trabalho de campo, as conversas com trabalhadores e sindicalistas sempre citavam as greves ou pequenas rebeliões ocorridas nos anos anteriores a greve de 2014.

Um dos diretores do SINDSPETRO-RJ ilustra o modo como se manifestavam as paralisações nos canteiros de obra.

“(…) em geral, as coisas surgiam de dentro para fora. Eram rebeliões internas que se transformavam em greves. Eram explosões. Não era uma coisa que o sindicato vai lá, chama assembleia, discute e organiza a partir do sindicato. (...) em geral, explodia o negócio. Trabalhadores de um canteiro iam à passeata, fechavam os outros canteiros ou paravam os ônibus no trevo e todo mundo descia” (Entrevistado C).

A fala acima indica como as rebeliões, manifestações ou greves ocorridas anteriormente no COMPERJ partiam, principalmente, das demandas dos trabalhadores nos locais de trabalho. O entrevistado, ao mencionar expressões como “explosões” ou “rebeliões internas”, demonstra que apesar dos questionamentos em relação às condições de exploração, as empresas não apresentavam melhoria e, além disso, o sindicato representativo, o SINTICOM, não trazia respostas satisfatórias e organizadas às demandas dos trabalhadores.

Os termos “explosões” e “rebeliões” expressam uma forma de luta dos trabalhadores da Construção Civil que podem ser relacionadas às características do processo de exploração capitalista. Em consonância com essa análise, o Entrevistado B cita:

“Essas greves todas que ocorreram no Comperj não foram greves convocadas pelo sindicato. Em geral, foram os trabalhadores que cobraram o sindicato. O sindicato infelizmente fez ‘corpo mole’, até na hora que não tinha mais como segurar. E quando não dava para segurar, chamavam uma assembleia e estabelecia a greve, mas porque senão eles perderiam o controle e como várias vezes perderam (...) os trabalhadores sozinhos criam suas comissões de base e se organizam em ter a comissão de representantes”. (Entrevistado B)

O 35º Batalhão da Polícia Militar cita uma das rebeliões protagonizadas pelos trabalhadores do COMPERJ. No documento consta a descrição da ação ocorrida no dia 26 de agosto de 2013, sem a presença do SINTICOM, na qual cerca de trezentos e cinquenta a quatrocentos trabalhadores reivindicavam pagamento (de uma das terceirizadas) vencido por ordem judicial e que não fora executado.

No COMPERJ, a constituição das comissões de fábrica, fruto do acordo promovido pela Mesa Nacional permanente da construção civil, teve início no ano de 2011. A ideia de promover o diálogo entre empresas/consórcios e trabalhadores também foi mencionada no boletim do SINTICOM (SINTICOM, 2013), de junho de 2013, com a

notícia da posse de 27 trabalhadores divididos em oito comissões. Na própria publicação, o presidente do SINTICOM, na posse, detalha o avanço na organização sindical ao mencionar “[...] um importante passo na história. Vocês serão melhores dirigentes sindicais no futuro do que os que estão hoje em atividade. E não há dinheiro que pague o trabalho que vocês vão ter a partir de agora: defender o interesse coletivo”.

No acordo coletivo de trabalho de 2015-2016 (SINTRAMON, 2015a) a comissão dos trabalhadores obedeceria ao seguinte critério: a) a comissão de trabalhadores composto por 01 (um) representante para obras com 200 (duzentos) empregados ou mais, acrescido de 01 (um) representante para cada grupo de 500 (quinhentos) empregados adicionais, até o limite de 07 (sete membros); os representantes deverão ser indicados pelo sindicato; o mandato dos representantes será de 06 meses, renovável a critério do sindicato; fica assegurado proteção ao exercício dos representantes, sendo que em caso de demissão de representante, a empresa deverá efetuar o pagamento da indenização equivalente aos salários do período restante de mandato da representação e em caso de vacância, por qualquer motivo, o sindicato preponderante deverá indicar um substituto.

Como citamos no tópico anterior as comissões de trabalhadores tinham como objetivo implícito diminuir os números de greve. Contudo, como percebemos os questionamentos frente ao processo de exploração continuaram provocando rebeliões ou greves como a ocorrida em 2014.

### **5.1.2. A Greve de 2014: trabalhadores em greve e sindicatos surpreendidos**

No ano de 2014 a greve dos trabalhadores, da Construção Civil do COMPERJ, marca seu início em 23 de janeiro<sup>30</sup>. Nesse período ocorria a discussão da data base e o acordo coletivo referente ao ano de 2014-2015, como de costume, ocorreu em uma assembleia dos trabalhadores, convocada pelo sindicato representativo da categoria – SINTICOM –, iniciada por volta das 7 horas da manhã no trevo da reta.

A fotografia 04, produzida em uma das greves, ilustra a dimensão das assembleias no COMPERJ:

---

<sup>30</sup> A Nova Democracia (2014). COMPERJ: poço de revoltas operárias. Ano XII, nº 126, 2ª quinzena de Fevereiro de 2014. Disponível em <http://anovademocracia.com.br/no-126/5213-comperj-poco-de-revoltas-operarias>. Acessado em 15 jan 2015.

**Fotografia 04:** Assembleia dos trabalhadores da construção civil do COMPERJ/RJ, 2014.



Fonte: SINDIPETRO/RJ

Um dos sindicalistas ao relatar sobre esta greve delimita como um dos estopins a questão de condições de trabalho vivenciadas na obra

“As condições de trabalho eram as condições principais, que era a falta de acesso à água, uma alimentação que está ruim (...). Claro que como estavam na data base deles (...) então eles aproveitaram essa questão e incluíram também a pauta toda”. (Entrevistado B)

Em particular nesta greve, uma queixa evidente foi quando o sindicato, em consonância com as empresas, propôs o desconto dos dias parados em uma das assembleias. Tal iniciativa, conforme relatado pelo Entrevistado J, revoltou os trabalhadores, pois segundo o mesmo, tratava-se de prática recorrente em greves anteriores.

“[...], mas aí, quando acabou a greve e a galera voltou para o canteiro, o que aconteceu: a empresa veio meter o desconto dos dias parado e aí, meu irmão, foi quando estourou a revolta lá dentro. (...) porque o sindicato já tinha feito isso com a gente nas primeiras greves de 2012 e 2013. A greve de 2013, nós pagamos até janeiro ou fevereiro de 2014. Isso é querer esculachar muito o trabalhador e muita cara de pau”. (Entrevistado J)

Sendo assim, a ação do movimento grevista do dia cinco de fevereiro, no trevo da reta, ocorreu quando os operários apedrejaram, tombaram e incendiaram como maneira de realizar piquete e impedir a entrada dos operários no local, o veículo de som do SINTICOM e os ônibus das empresas que levavam os trabalhadores para dentro do

canteiro de obra. Portanto, incendiar o veículo do próprio sindicato simboliza a relação de conflito entre os trabalhadores e o SINTICOM.

O Estado, em resposta às demandas dos trabalhadores, se fez presente por meio de seu aparato militar: a presença constante da Polícia Militar ou da Tropa de Choque visava conter o movimento, conforme demonstram as Figuras 05 e 06.

**Fotografia 05:** Presença da Tropa de Choque durante ato dos trabalhadores no COMPERJ/RJ, 2014



Fonte: Unidade Classista, 2014.

**Fotografia 06:** Presença da Tropa de Choque durante ato dos trabalhadores no COMPERJ



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção Industrial da Cidade de Itaboraí, 2013.

Segundo o material coletado, as ações dos trabalhadores se concentravam não só nas imediações do COMPERJ como também dentro da obra. Corroborando com essa análise, na audiência pública realizada na ALERJ, um dos presentes citou presença da polícia não só nas rodovias, como também, em diversas ocasiões, no canteiro de obras do COMPERJ. O intuito era não só conter os piquetes, mas possíveis rebeliões internas como ilustra a fala do sindicalista a seguir:

[...] dez caveirões do Bope [...] tiveram acesso dentro do COMPERJ. Eu acho que é um absurdo completo a polícia ter invadido, porque no dia anterior, na quarta-feira, a polícia tentou invadir e os trabalhadores reagiram. Pegaram um monte de parafusos, parafusos de construção gigantescos e jogaram na polícia, e a polícia recuou. Dessa vez, não. Vieram mais preparados com blindado e acessaram o COMPERJ com o consentimento da Petrobras, porque a Petrobrás permitiu a ação da polícia dentro do canteiro, mas não permitiu que dirigentes sindicais tivessem acesso para tentar negociar. Quer dizer, a própria Petrobrás que ajudou também a promover a violência lá dentro do COMPERJ (ALERJ, 2014).

No dia posterior, 6 de fevereiro, ao queimar o carro do sindicato e os ônibus das empresas, outra manifestação terminou com dois manifestantes baleados<sup>31</sup>, no trevo da reta. A partir daí, ocorreu assembleia dos trabalhadores, sem a participação do SINTICOM, deliberando que:

“[...] a reivindicação daqueles trabalhadores ali presentes em manifestação seria a retirada do SINTICOM das negociações, passando então uma comissão de base eleita pelos próprios trabalhadores a ser responsável por intermediar a negociação”. (PRT, 11/02/2014)

Na referida assembleia, decidiu-se pela criação de uma comissão de base, formada por 11 trabalhadores do COMPERJ, cujo objetivo seria manter a interlocução com o sindicato. Denominado “acorda peão”, o movimento transcendeu as demandas em relação às empresas, passando os trabalhadores a questionar a legitimidade do sindicato representativo.

---

<sup>31</sup>TOMAZELLI, Idiana. Funcionários do Comperj são baleados em protesto em Itaboraí. Estadão. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,funcionarios-do-comperj-sao-baleados-em-protesto-em-itaborai,177253e> Acessado em 05 Jan 2015.

Além da instituição da comissão, as reivindicações da categoria almejavam o além do não desconto dos dias parados uma série de reivindicação em sua pauta apresentadas no quadro 04, abaixo:

**Quadro 04** - Principais reivindicações dos trabalhadores de base no COMPERJ/RJ, 2014

Principais Reivindicações dos Trabalhadores de base do COMPERJ	
Reajuste Salarial	Aumento de 11,5%
Vale Alimentação	R\$ 500,00
Horas In Itineri	Pagamento de duas horas
Horas Extras	Pagamento adicional de 150% no valor das horas extras
Classificação de atividade por parte das empresas	Classificar os ajudantes que já exercem função profissional
Folga de campo	A competência por parte das empreiteiras nas despesas da viagem
PLR	Pagamento integral da PLR referente ao ano de 2013-2014

Fonte: Jornal a Nova Democracia (2014a)<sup>32</sup>; Carta trabalhadores do COMPERJ a Mesa Nacional (2014)

Apesar da constituição de uma pauta própria por parte dos trabalhadores algumas reivindicações, como o aumento das horas extras, reproduzem a ideologia dominante no sindicalismo brasileiro de maior compensação monetária do desgaste da força de trabalho, onde as reivindicações e a própria luta operária um meio de viabilizar a expansão e exploração capitalista (ALMEIDA, 1975).

No dia 10 de fevereiro foi realizada, pelo SINTICOM, uma assembleia, quando, segundo os relatos, os empregados foram impedidos de emitir qualquer manifestação no

<sup>32</sup> A Nova Democracia. 20 mil trabalhadores em greve no Comperj: Guerra contra governo, Petrobras e pelegos. Ano XII, nº 127, 2ª quinzena de Março de 2014. Disponível em <http://anovademocracia.com.br/no-127/5265-20-mil-trabalhadores-em-greve-no-comperj-guerra-contra-governo-petrobras-e-pelegos>. Acessado em 10 Janeiro 2015

carro de som durante a realização da assembleia. Além disso, citavam a presença ostensiva de seguranças armados. Posteriormente a realização da assembleia, o movimento realizou uma assembleia própria ficando decidido que, através dos membros da comissão, os trabalhadores estabeleceriam contatos, como forma de atuação, com o MPT, através da PRT - 1º Região com a Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção Civil.

A estratégia de encaminhar as demandas dos trabalhadores aos órgãos administrativos do Estado tem raízes históricas no sindicalismo brasileiro (ALMEIDA, 1975). Segundo a autora, ao dirigir os conflitos entre trabalhadores e empresários ao aparato do Estado, este não atua de maneira imparcial, mas a partir de distintos interesses. Nesse contexto,

“[...] a possibilidade de expressão dos interesses operários no interior do aparelho do Estado supõe a existência de um tipo determinado de arranjo político no plano da sociedade que inclua as camadas trabalhadoras como uma das bases de sustentação do poder” (Idem, 58).

Ao todo foram realizadas 05 (cinco) audiências, convocada pela PRT - 1º Região, com a presença do sindicato representativo, a comissão de trabalhadores denominada, pelo PRT, de movimento paredista<sup>33</sup> e diferentes setores da sociedade civil. Como aprofundaremos no próximo tópico, as audiências se concentravam no pedido da comissão de base de participar das reuniões de negociação junto ao sindicato e patronato.

Paralelo às audiências realizadas na tentativa de mediar o conflito, os trabalhadores organizavam distintas manifestações na porta do COMPERJ. Em diversas ocasiões foram produzidos piquetes para impedir a entrada dos demais trabalhadores no empreendimento.

De outro lado, as empresas tentavam desarticular o coletivo de trabalhadores, seja por meio da indicação daqueles que participam das greves ou pela tentativa de cooptação de alguns operários.

“[...] quando a galera começou a parar o canteiro, com [...] todos jogando contra, a comissão de fábrica foi escolhida pelo sindicato. A comissão de fábrica não era para ser isso, mas ela virou tipo um fiscal, dentro do canteiro, [...] do sindicato, e aponta [...] as pessoas que são questionadoras. Então, tinha um clima de

---

<sup>33</sup> Movimento paredista é um movimento grevista, mas com uma característica ou diferencial, que é o de não identificar o líder ou os líderes.

abaixo a comissão [...] essa greve tinha muito essa revolta com a comissão de fábrica” (Entrevistado F).

“Até porque essa comissão que estava lá era uma comissão de fábrica que nos traiu também. A comissão era toda do sindicato, e o sindicato não nos representou automaticamente nada. Essa comissão que se formou lá dentro era uma comissão de fábrica e depois ela se vendeu para o sindicato. Tanto que ela está lá até hoje e não representa nós. Tem vários deles lá [...] que foi da comissão e hoje está lá como representante do sindicato. [...] essas pessoas que não têm muita credibilidade perante os trabalhadores” (Entrevistado G).

Como relatam os entrevistados, as estratégias para fragmentar a luta dos trabalhadores, por intermédio das comissões, eram utilizadas pelo sindicato representativo e pelas empresas. De acordo com a declaração da entrevistada F, o questionamento sobre a falta de representatividade dos trabalhadores nas comissões tornou-se pauta de greve.

Segundo Antunes e Nogueira (1981), as comissões podem cumprir diferentes papéis. Dentre eles, podem servir como mecanismo sindical de base com a finalidade de se aproximar, no interior da fábrica, dos trabalhadores ou servir como órgão de oposição à organização dos trabalhadores, que busca a integração do trabalho frente ao capital. Os autores ressaltam:

É necessário dizer, desde logo, que não existe uma teoria acabada das comissões ou conselhos de fábrica, sendo que o seu entendimento só é possível através do estudo das várias experiências histórico-concretas do movimento operário, quer as verificadas há várias décadas (e que têm uma importância histórica decisiva), quer as que se realizam nos dias atuais (ANTUNES; NOGUEIRA, 1981, p.8).

Com base no material analisado, conclui-se que as comissões de fábricas tinham o papel de controlar e desorganizar os trabalhadores. Para o líder de um dos movimentos grevistas, a relação entre comissão, sindicato e patronato funcionava da seguinte forma:

“Eu queria participar [**da comissão**] [...], mas fiquei revoltado com certa situação, a que, de fato [**a comissão**] estava fechando com a com as empresas. Havia um acordo com as empresas e com o sindicato [...] cada um da comissão de fábrica tinha ganhado um dinheiro. Com isso, as empresas estavam pressionando os caras da comissão de fábrica a contar mentira para os trabalhadores” (Entrevistado H).

Apesar da recusa do entrevistado em participar do sindicato devido a relação existente entre comissão, sindicato e patronato. Esta relação tinha como objetivo desmobilizar os trabalhadores não só no dia a dia da obra, mas também por meio da indicação de líderes e referências para sua composição.

A designação de referências dos trabalhadores para constituir a comissão ou participar do sindicato era recorrente nos canteiros de obras do COMPERJ, como ilustra a entrevista abaixo:

Eu venho das primeiras greves do COMPERJ, em 2010 e 2011, e fui trabalhar no sindicato durante sete meses. Ele deve até hoje o meu salário. Foram sete meses lá dentro trabalhando pelo sindicato e defendendo o sindicato. [...] queria aprender mais no sindicato para ajudar os trabalhadores [...] (Câmara Municipal de Niterói, 2014).

Além da presença da repressão durante a greve outra resposta do Estado foi o julgamento, no dia 27 de fevereiro, do dissídio coletivo de greve no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) – 1º Região. A greve foi considerada abusiva e ilegal, sob pena de multa diária, para o SINTICOM, de R\$ 10 mil<sup>34</sup>. Apesar disso, o movimento dos trabalhadores manteve a greve e as mobilizações na porta da obra na tentativa de impedir a entrada dos trabalhadores.

Apesar dos esforços na tentativa de conciliar a negociação coletiva entre o SINTICOM e a comissão de base, a greve se encerrou no dia 27 de março, após a realização de nova assembleia pelo sindicato. Não ocasião, as seguintes pautas foram acordadas: reajuste de 9% nos salários, aumento no benefício do vale alimentação (passou de R\$360 para R\$410), pagamento de todos os benefícios que não foram depositados, como a PLR, e que não haveria desconto dos dias parados.

### **5.1.3 Audiências no PRT: negociação e acordos como estratégia**

Apesar da comissão de trabalhadores não ser a representante legal e responsável pela condução de negociações coletivas dos trabalhadores do COMPERJ o Procurador do Trabalho acolheu ação na tentativa de mediação entre comissão dos trabalhadores e SINTICOM.

---

<sup>34</sup> ORDONEZ, Ramona (2014). Justiça considera ilegal a greve dos trabalhadores do COMPERJ. Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/justica-considera-ilegal-greve-dos-trabalhadores-do-comperj-11739857#ixzz41DU129wT> Acessado em: 15 de fev 2015.

A primeira audiência, convocada pela PRT – 1º Região, foi realizada no dia 11 de fevereiro de 2014. Para além dos membros da comissão e representantes do SINTICOM a audiência teve a presença de setores da sociedade civil como centrais sindicais de oposição – União Sindical dos Trabalhadores (UST) e CSP-CONLUTAS – e o representante da Mesa Nacional da Construção Civil<sup>35</sup>.

Em relação a representação dos trabalhadores do COMPERJ, um dirigente sindical de oposição ao SINTICOM menciona:

“[...] o SINTICOM exerce o monopólio sindical em relação ao canteiro de obras do COMPERJ; que o SINTICOM, de forma irregular, exerce a representação de inúmeras categorias no âmbito do COMPERJ; que o SINTICOM, de forma ostensiva, impede que qualquer outra entidade sindical atue no âmbito do COMPERJ [...]”. (PRT, 11/04/2014)

O referido extrato de depoimento, ao questionar a representação legal, do SINTICOM, a partir da estrutura sindical do Estado, acaba minimizando a organização e resistência dos trabalhadores. Além disso, resume a representação dos trabalhadores a partir de uma direção em exercício do mandato e não a partir da luta dos próprios trabalhadores de maneira autônoma e livre (COLETIVO VICTOR MEYER, 2016).

A relação entre os trabalhadores e o SINTICOM é ilustrada por um dos membros da comissão:

“(...) os empregados não têm acesso às dependências do SITICOM; ao se insurgirem em relação a qualquer atitude do SITICOM, são colocados em ‘lista negra’ entregue às empresas pelo próprio SINTICOM; que são péssimas as condições de trabalho no canteiro de obra do COMPERJ (...) as assembleias realizadas pelo SITICOM são convocadas em cima da hora, o que se dá por meio da entrega de panfletos; os empregados são submetidos à descontos abusivos em seus salários por conta de contribuições instituídas em convenção coletiva, não submetidas a apreciação dos empregados e o SITICOM não reconhece a comissão de empregados devidamente eleita pelos empregados, pois prefere escolher os empregados para a sua composição, ou seja, não adota critérios democráticos para a representação dos empregados” (PRT, 11/02/2014)

O funcionário do sindicato, ao explicitar a forma de organização das assembleias, por parte do SINTICOM, reafirma a forma de condução autoritária e excludente:

---

<sup>35</sup> Um dos presentes era o Vereador, do PSTU, de Belém do Pará José Cleber Barros Rabelo enquanto membro da Mesa Nacional da Construção Civil.

“Durante a assembleia não sai essa comissão porque, porque ali você tem muita gente aglomerada então você não sabe quem é quem. Então tem que ser feito isso diretamente no próprio consórcio (...). Já pensou, vou escolher você, mas se fulano não quer você e ciclano também, então tem que ser entre vocês para vocês escolherem as pessoas corretas, entendeu”.

Como percebe-se, o entrevistado relata que a representação dos trabalhadores não era retirada nas assembleias, sendo utilizadas as comissões formadas, a partir Mesa Nacional da Construção Civil, nos diferentes consórcios/empresas como articulação do sindicato com os trabalhadores nos locais de trabalho.

Após esta audiência foram realizadas mais duas, em Niterói, pela PRT com a presença dos membros da comissão, representantes do SINTICOM e outros membros como vereadores e deputados estaduais. As audiências se concentravam em discutir a possibilidade de a comissão participar das negociações da categoria junto com o sindicato e as empresas.

Na audiência realizada, no dia 14 de fevereiro de 2015, o tema em relação a exclusão da comissão formada pelos trabalhadores se fez presente. Sobre o tema o representante do SINTICOM comentou:

“[...] a mesa Nacional da Construção Civil delimita a atuação da representação dos empregados; que os empregados que compõem a representação possuem garantia de emprego; que, no final do ano de 2011, os nomes dos componentes da comissão de empregados eram consultados e indicados para a referida comissão; que os nomes indicados eram referendados perante a assembleia [...] que é facultativo ao SINTICOM indicar empregados para a composição da comissão de empregado [...]” (PRT, 14/02/2015)

Além disso, o representante sindical citava a presença de 8 comissões que totalizavam cerca de 40 empregados e que o sindicato realizava reuniões mensais. Uma das deliberações na audiência, proposta pelo procurador do trabalho, foi a tentativa de reconhecimento, por parte do SINTICOM, da comissão de base, composta por 11 trabalhadores, com o objetivo de encaminhar as demandas provenientes dos trabalhadores do COMPERJ, a possibilidade da comissão participar do processo de negociação junto ao sindicato e o compromisso do SINTICOM em garantir, durante as assembleias, a

possibilidade de todos aqueles que querem opinar e suscitar questões tenham o direito a fala<sup>36</sup>.

Na audiência subsequente, realizada no dia 17 de fevereiro, a explanação do representante do SINTICOM rejeita a proposta ao citar:

[..] que o SINTICOM tem o dever de ouvir os interesses provenientes dos empregados que trabalham no COMPERJ; que o SINTICOM não abre mão de sua prerrogativa legal de condução de todo o processo negocial da categoria [...] que o SINTICOM sempre adotou a postura de praticar atos de forma atender ao princípio da publicidade; que não é possível a concessão de palavra durante a assembleia para os integrantes da comissão; \*\*\*que, caso concedida a palavra os integrantes da comissão, a assembleia não seguira o seu curso normal.”

O procurador do trabalho compareceu na assembleia, convocada pelo SINTICOM, no dia 18 de fevereiro. Segundo o relato do procurador a decisão de manutenção da greve ocorreu de forma maciça, não pairando quaisquer dúvidas quanto à intenção dos trabalhadores em não retornar aos canteiros de obra.

Outra estratégia utilizada pelo movimento, durante o período de greve, foi o envio de uma carta à Mesa Nacional para o Aperfeiçoamento das Relações de Trabalho na Indústria da Construção com apoio da CSP-CONLUTAS. O objetivo da carta era proporcionar a mediação, buscar a retomada das negociações e uma solução socialmente justa para o tema.

Segundo Galvão (2014) a CSP-CONLUTAS se configura enquanto um sindicalismo político radical, negando a participação de fóruns tripartites ao contrário de outras entidades sindicais como a CUT. A consequências em participar da Mesa Nacional pode ser uma perspectiva de afastamento da base e de ações nos locais de trabalho.

Como percebemos a estratégia da comissão em encaminhar as demandas e reivindicações dos trabalhadores do COMPERJ ao PRT e à Mesa Nacional para Aperfeiçoamento das relações de trabalho na indústria da construção civil não conseguiu produzir avanços nas condições de trabalho, visto que a própria participação da comissão nos espaços de negociação foi questionada a partir das características da estrutura sindical do Estado.

---

<sup>36</sup> Outras propostas colocadas foram a destinação pelo SINTICOM de ajuda financeira junto aos empregados atingidos por arma de fogo devido até o presente momento estes não terem recebido nenhum auxílio do sindicato.

## 5.2. Trabalhadores da Construção Civil do COMPERJ e o SINDIPETRO-RJ

Como citamos no tópico anterior o COMPERJ apresenta uma variada quantidade de categorias profissionais, o que proporciona a fragmentação sindical, segundo a categoria profissional, num mesmo ambiente de trabalho.

Tal característica é própria da estrutura sindical do estado organizada por categorias profissionais. Ao ilustrar a representação deste conjunto de trabalhadores, os sindicalistas mencionam:

“Trabalhou dentro da indústria de petróleo, para nós tinha que ser petroleiro, e todo mundo lutar junto. (...) essa divisão é uma coisa que existe para manipular os trabalhadores, para melhor desorganizar a gente, e a gente não quer isso. Qualquer luta que tenha, independente do que é, [...] do que o Estado impõe – porque não é uma opção dos trabalhadores é uma imposição legal – então nós vamos apoiar a luta, participar, ajudar a organizar, da forma que for possível. [...] sempre respeitando os outros, mas respeitando principalmente a vontade, autônoma e legítima, dos trabalhadores”. (Entrevistado C)

Outro sindicalista corrobora com esta análise ao mencionar:

“Então, a gente entende que todo mundo da porta para dentro da Petrobrás é petroleiro pra gente. Por mais que a gente não represente juridicamente eles, a gente se sente na obrigação, de por eles estarem pela jurisdição da Petrobrás, defendê-los”. (Entrevistado F)

Como a estrutura sindical do Estado impõe divisão na representatividade legal dos trabalhadores, segundo a categoria profissional, os depoimentos dos dirigentes sindicais expressam a ideia de que todos os profissionais atuantes na obra da Petrobras deveriam ser representados por uma única entidade, incluindo assim, os terceirizados.

Segundo Araújo (2001), o avanço da terceirização, na década de 1990, levou os sindicatos de petroleiros a rever o próprio conceito a respeito do profissional da sua categoria, compreendendo assim todos os trabalhadores que desenvolvam a atividade numa planta petrolífera independente do vínculo. Entretanto, como cita o autor, na prática, tal formulação foi pouco internalizada tanto no movimento sindical como quanto entre os próprios terceirizados.

Apesar de ser incapaz de representar legalmente os diferentes trabalhadores, o SINDISPETRO-RJ utiliza diferentes estratégias para se aproximar e apoiar a luta dos trabalhadores. Um dos representantes do sindicato aponta a impossibilidade de acessar os canteiros de obras do COMPERJ como uma grande dificuldade: “A gente não tinha muito

acesso aos canteiros [...], ou seja, nós do SINDISPETRO-RJ tentamos o tempo todo”. (Entrevistado C)

Com isso, o SINDISPETRO-RJ produzia diferentes estratégias de aproximação com os operários do COMPERJ. O comparecimento nas assembleias da categoria, por exemplo, buscava identificar as demandas e construir um diálogo mais próximo com os trabalhadores, pois, segundo os entrevistados, mesmo que os diretores do SINDISPETRO-RJ não sejam convidados a subir no carro de som ou a falar no microfone, a presença deles proporciona contato direto com os profissionais.

“Íamos acompanhar as assembleias e tinha oportunidade de conversar com os trabalhadores terceirizados. Depois de uma assembleia, eu peguei e comecei a conversar com um, e aí comecei a anotar algumas demandas. Aí veio um outro e, quando vi, estava rodeado por 100”. (Entrevistado B)

Outro local de diálogo, segundo o depoimento abaixo, são as manifestações e greves.

“Então, para você ir ao canteiro, descer, entrar e conversar com os trabalhadores você tinha que ter autorização. Jamais, esses anos todos, [...] deram autorização. A gente conversava com os trabalhadores nas mobilizações. Mas aí, o assunto fundamental era a mobilização. As greves, as passeatas [...]”. (Entrevistado B)

Outra forma de auxílio aos terceirizados se dá por meio das CIPA.

“Então, tem a CIPA do empregador, [...] a CIPA dos próprios da Petrobrás, que em geral é um contingente bem menor, [...] e tem a CIPA das empresas terceirizadas. Uma grande briga que a gente tinha era a seguinte: na maioria dos locais da Petrobrás as empresas terceirizadas participam enviando um representante da CIPA [...] Só que, no COMPERJ, a gente tinha uma dificuldade gigantesca porque não era enviado nenhum trabalhador para as reuniões de CIPA. E, até hoje, a gente tem essa dificuldade. As reuniões de CIPA são feitas só com os membros da Petrobrás; o membro de empresa terceirizada simplesmente não aparece. Seja porque a empresa não autoriza a saída dele para participar da CIPA, ou pela falta de interesse da própria Petrobrás [...]. Então, a gente várias vezes cobrou, encaminhou documento para empresa e cobrava. A NR5 exige a questão da integração [...] e que no COMPERJ não acontece porque simplesmente não vai terceirizado para reunião da CIPA” (Entrevistado B).

Como cita o entrevistado, as reuniões realizadas na Petrobrás não contavam com a participação da CIPA das empresas terceirizadas, sendo assim, tratava-se de uma forma de fragmentar os trabalhadores, já que muitas demandas provenientes dos canteiros de

obra poderiam ser expostas nas reuniões. Também possibilitaria a criação de espaços de produção de vínculos e diálogos e a construção de ações mais concretas no ambiente de trabalho.

Araújo (2001) delimita que movimento dos petroleiros já utilizava essa estratégia como forma de aproximação desses trabalhadores. Além da CIPA dos terceirizados, o SINDISPETRO convida o sindicato representativo (SINTICOM/SINTRAMON) para participar das reuniões. Contudo, estes nunca participaram.

A luta pela unificação das CIPA entre efetivos e terceirizados sempre esteve presente no movimento petroleiro, o que possibilitaria a participação na concepção e implementação da política e dos instrumentos de segurança (ARAÚJO, 2001). O dirigente sindical, ao lembrar-se da NR-5, corrobora a ação, visto que a norma recomenda a integração da CIPA – aspecto que a Petrobrás não se dispôs a adotar.

Sabe-se que os terceirizados são mais vulneráveis aos acidentes de trabalho, e na maioria dos casos isso ocorre em razão da ausência de treinamentos de segurança, EPIs ou a falta de CIPA (ARAÚJO, 2001).

Relatórios públicos indicam a ausência, apesar da exigência da lei, do efetivo completo ou da própria CIPA por algumas empresas.

“Um dos relatórios do Ministério Público estabelece lá que várias empresas não tinham CIPA composta, mesmo tendo a quantidade de pessoas. Mesmo com o grau de risco que existe lá, não tinha composição de CIPA, não tinha nem uma evidência de composição de CIPA. De fato, era isso. A gente cobrava que tivesse representante lá justamente para saber se as empresas tinham CIPA ou não”. (Entrevistado C)

Percebe-se que apesar da dificuldade de atuação do SINDISPETRO-RJ diante dos trabalhadores terceirizados do COMPERJ, os mesmos buscavam diferentes estratégias ou ações de aproximação e apoio. O fato de ser uma obra nova, com elevado número de terceirizados de fora do RJ e alta rotatividade, poderia dificultar a criação de referências para os trabalhadores. Entretanto, durante o trabalho de campo, pude perceber que o SINDISPETRO-RJ se tornou a principal referência para esses profissionais.

### **5.3 – Um novo sindicato ou velhas práticas?**

Como citamos no capítulo I, a partir de setembro de 2014, o SINTRAMON tornou-se, de maneira legal, representante dos trabalhadores da Construção Civil do COMPERJ.

Assim como o SINTICOM, o SINTRAMON tem como principal fonte de renda do sindicato a Contribuição Assistencial dos Trabalhadores<sup>37</sup> e o Imposto Sindical<sup>38</sup>. Diferente de outros sindicatos filiados à CUT, o SINTRAMON não devolve o imposto sindical para os trabalhadores.

As justificativas apresentadas pelos dirigentes e funcionário do SINTRAMON para constituição de um novo sindicato foram: a falta de estrutura e a grande abrangência territorial do SINTICOM – o que dificultava ações; o aumento da representatividade de uma hora para outra; o avanço da obra, que alcançara o estágio de modelagem e a montagem industrial; além da ideia que os diretores do SINTICOM não eram oriundos do COMPERJ e dificultavam a ação sindical.

Algumas destas justificativas já estavam presentes durante a greve de 2014, e, muitas vezes, eram utilizadas pelo SINTICOM como forma de explicar a ação sindical. A título de exemplo, durante audiência pública realizada em Niterói, determinado funcionário, ao ser questionado sobre o SINTICOM, afirmou:

Estamos falando de um sindicato que sua direção e diretoria são muito pequenas. Parece que estamos falando de um sindicato [...] que tinha dificuldade de formar uma chapa, dificuldade de ter pessoas trabalhadoras para dirigir esse sindicato. Esse sindicato mal se sustentava. É desse sindicato que estamos falando. Um sindicato que foi construído assim, sem apoio político, e que hoje dirige um dos maiores complexos industriais do país. Esse sindicato representar o setor de construção civil leve e o COMPERJ (Câmara Municipal de Niterói, 2014).

Essas justificativas foram reutilizadas nas primeiras edições dos boletins de circulação produzidos pelo SINTRAMON. O intuito era transmitir uma concepção de mudança nas práticas e ações, proporcionando nova relação entre trabalhadores e direção sindical:

Com a implantação das comissões, a categoria ganhou força e sentiu a necessidade de ter seu próprio sindicato, já que ficava mesclada com outros profissionais no SINTICOM, com sede em São Gonçalo e subsede em Itaboraí. Os trabalhadores entenderam que não bastava apenas criar um sindicato, mas uma entidade que os representasse verdadeiramente. Foi aí que surgiu a proposta de

---

<sup>37</sup> A contribuição assistencial é uma taxa criada pelo governo militar de Castello Branco (1964 a 1967) e é cobrada anualmente de todos os trabalhadores, sendo o seu valor determinado por cada sindicato por ocasião da convenção coletiva.

<sup>38</sup> Como apresentamos no capítulo II o imposto sindical, um dos pilares do sindicalismo de Estado, foi criado em 1941 por Getúlio Vargas. Essa taxa é cobrada anualmente de todos os trabalhadores e recolhido pelo Ministério do Trabalho que retém uma parte e repassa a outra para sindicatos, federações e confederações oficiais.

implantação do SINTRAMON, que conta na presidência e na direção com trabalhadores oriundos dos canteiros do COMPERJ (SINTRAMON, 2016).

Ao participar das assembleias da categoria, percebia-se que o carro de som era o veículo predominante de transmissão dessas ideias. Os diretores, na ocasião, propagavam que a mudança traria mais benefícios para o trabalhador e uma maior e melhor representatividade com os profissionais da Construção Civil do COMPERJ, principalmente em virtude da presença do sindicato nos canteiros de obra. Além disso, utilizaria outros métodos de ação e a ausência de erros do SINTICOM ao qual reverberou em perdas e conflitos para a categoria.

Essa concepção é reafirmada pelo funcionário do SINTRAMON:

[...] na minha ideia, essa mudança foi para dar uma condição melhor para os trabalhadores e para as empresas. Porque se você tem um sindicato só focado para isso, é bem melhor. Porque outro sindicato já tinha outras convenções e tem outras comissões e pega outras regiões. Então, talvez seja nesse sentido que seja essa mudança; mas pode ser também que não. Provavelmente até para poder dar uma assistência melhor, dar uma condição melhor nesse sentido até talvez pela cobrança de outros provavelmente deva ter feito essa passagem.

Embora o novo sindicato busque a transformação de alguns conceitos “na frente” do conjunto dos trabalhadores, a fala do funcionário do SINTRAMON menciona alguma das linhas de atuação. Ao citar que o novo representante poderia ofertar “melhores condições para os trabalhadores e para as empresas”, apresenta a ideia de parceria, conforme desenvolveu Galvão (2014).

Como aponta o entrevistado abaixo, contudo, a ideia de constitui um próprio sindicato perpassava outras forças políticas e os próprios trabalhadores do COMPERJ.

“Na verdade, tinha uma brecha jurídica com a possibilidade de se criar um novo sindicato. A Força Sindical estava com interesse lá. [...] e a peãozada também estava querendo fazer outro sindicato. Ali, eles se anteciparam e conseguiram o registro no governo e no Ministério do Trabalho. Aí eles conseguiram o registro, fizeram um acordo [...], fizeram uma eleição fajuta”.  
(Entrevistado A)

A brecha jurídica apontada pelo entrevistado baseava-se no fato de o SINTICOM representar os trabalhadores de um conjunto de cidades e, segundo a CF 1988 (BRASIL, 1988), a menor base territorial para representatividade seria o município. Desse modo, seria possível instituir um sindicato que incorporasse os trabalhadores da Construção Civil de Itaboraí.

Além disso, reproduz uma outra característica presente no sindicalismo brasileiro que é a concorrência entre os sindicatos a partir da cúpula, acentuada pelo reconhecimento legal das centrais sindicais, por parte do Estado, na disputa do repasse do imposto sindical para cada central segundo sua representação” (GALVÃO, 2014)

Na história, como apontam Boito Jr. (2005) e Galvão (2014), a manipulação política, de distribuição da representatividade sindical a um determinado conjunto de trabalhadores, pelo governo faz parte da própria lógica de funcionamento da estrutura sindical.

Outro entrevistado, ao mencionar o processo eleitoral realizado, revelou:

“[...] o SINTICOM aproveitou isso, esse clima que tinha de questionamento e tal para poder usar isso e mudar, e criar o SINTRAMON. A eleição não teve divulgação, não teve tempo de inscrição de chapa. Foi feita no sindicato, eles levaram nos ônibus do sindicato as pessoas para votar lá no sindicato e foram pessoas assim, escolhidas, entendeu? Para ir lá e votar. Não tinha ninguém (...) não tinha ninguém filiado”. (Entrevistado F)

A fala corrobora a situação existente dentro da atual direção, formada por vários integrantes provenientes do SINTICOM. Além disso, conversas informais com funcionários e diretores do SINTRAMON revelam que muitos eram oriundos do SINTICOM e, soma-se a isso, o relato de alguns entrevistados que mencionam a participação de trabalhadores, da greve de 2014, na direção do sindicato.

Outra prova da ligação entre os sindicatos foi durante a assinatura da convenção coletiva de trabalho. Apesar da ausência da diretoria do SINTICOM e das menções negativas em relação à mesma, consta, na convenção coletiva de trabalho 2015-2016, protocolada no MTE, a participação e assinatura do SINTICOM.

Segundo os entrevistados, a constituição de um novo sindicato representativo, trouxe poucos avanços concretos na organização ou apoio nas lutas dos trabalhadores do COMPERJ:

“E aí, trocou seis por meia dúzia. (...) continua não apoiando **[apoio do sindicato aos trabalhadores]**. O apoio deles é ao capital, lá quem manda é o capital, o dinheiro fala mais alto e infelizmente no nosso país é isso aí: quem manda é o capitalista”. (Entrevistado G)

“Foi para tentar mudar um pouco a cara porque a SINTICOM estava muito desmoralizada. E tinha todo uma galera lá que começou a falar que não era construção civil, que a obra, [...] era de terraplanagem. [...] e aí depois começa mais a galera montagem, que é um pessoal [...] que tem um vínculo maior com

metalúrgico, [...] que é uma galera que vem de estaleiro, [...] que não é propriamente de obra. E o SINTICOM aproveitou isso, esse clima que tinha de questionamento e tal para poder usar isso e mudar, e criar o SINTRAMON”. (Entrevistado F)

Embora a mudança do sindicato tenha como objetivo proporcionar relações diferenciadas com os trabalhadores, a confirmação de novas práticas e mobilizações conjuntas só virá a partir das práticas concretas no conjunto dos trabalhadores.

#### 5.4. COMPERJ: o fim do eldorado e velhas práticas sindicais

Como mencionamos, no início do trabalho de campo a situação em relação à quantidade de trabalhadores no COMPERJ era diferenciada, sendo uma das questões a série de demissões como aponta o entrevistado:

“Lá chegou a ter 25 mil trabalhadores [...] agora se eu não me engano, entre 5 e 10 mil, não lembro exatamente, porque houve demissões”. (Entrevistado B)

O quantitativo elevado de demissões ocorreu, a partir de novembro de 2014, devido as mudanças no projeto da obra, uma série de problemas com empresas terceirizadas e a rescisão de diferentes contratos e acordos da Petrobras. Com isso, os trabalhadores passaram a ter que reivindicar e lutar pelos salários não pagos e os direitos trabalhistas.

Somente em janeiro de 2015, dos 14 principais consórcios ou empresas que executavam a obra foram demitidos um total de 7.945 trabalhadores o que corresponde a 39,4% do efetivo de 20.146 operários que trabalhavam no empreendimento<sup>39</sup>. No quadro 05 (cinco) são apresentados os consórcios e empresas com os respectivos números de trabalhadores efetivos em dezembro de 2014 e demitidos em janeiro de 2015:

**Quadro 05** - Relação dos consórcios/empresas com os respectivos status de contrato, efetivo de trabalho: COMPERJ/RJ, dezembro de 2014 e janeiro de 2015

<b>Contratada</b>	<b>Status do Contrato</b>	<b>Efetivo (dezembro 2014)</b>	<b>Demissão (Janeiro de 2015)</b>
Consórcio QGGI	Vigente	1184	200
Consórcio TE-AG	Vigente	1175	400
Consórcio SPE	Vigente	844	469

<sup>39</sup> BORGES, Rafaella (2015). Comperj teve quase oito mil demissões apenas em janeiro, segundo a Petrobras. Jorna Extra. Disponível em <http://extra.globo.com/noticias/economia/comperj-teve-quase-oito-mil-demissoes- apenas-em-janeiro-segundo-petrobras-15225448.html>. Acessado 15 Fevereiro 2016

ALUMINI Engenharia SA	Rescindido	2723	0
Consórcio CPE	Vigente	467	90
Consórcio QGGIT	Vigente	592	100
TOYO SETAL	Vigente	1188	40
Consórcio TUBOVIAS	Vigente	2085	1800
Consórcio JETAN	Rescindido	Não informado	0
Consórcio ALUSA-MPE	Rescindido	Não informado	0
Consórcio PIPERACK (CPPR)	Vigente	2636	2132
Consórcio QGIT	Vigente	1182	0
BARBOSA MELLO	Vigente	384	14
Consórcio TUC	Vigente	5770	2700
TOTAL		1534	7945

Fonte: Borges (2015)

Para os trabalhadores “corre-trecho” que foram demitidos e que não tinha condições de retornar para suas localidades passaram a ter que se manter em Itaboraí seja para lutar pelos direitos trabalhistas ou para procurar de emprego.

Um dos trabalhadores “corre-trecho” ilustra bem a realidade<sup>40</sup>:

Perdi o auxílio-moradia e passei a dormir nas ruas de Itaboraí. Procuo emprego todos os dias com minha maleta, mas só vejo gente sendo demitida. Se eu voltar para Campo do Brito, meus filhos, que ajudaram a pagar minha passagem para o Rio, vão me achar um fracassado. Não posso decepcioná-los. (Idem, 2015)

A relação entre desemprego e saúde mental é discutida por Seligmann-Silva (1994). Segundo a autora com o desemprego a vida material e a sociabilidade dos

<sup>40</sup> FERREIRA; LO-BIANCO, 2015. Prefeitura de Itaboraí arca com o retorno de alguns trabalhadores corre trecho. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/videos/video/?idv=4005329> Acessado em 10 jan 2015

indivíduos são afetadas, desencadeando características como retraimento, afastamento e isolamento social, podendo levar ao desânimo e estados graves de depressão

Uma das consequências, segundo diferentes mídias, foi o aumento de moradores de rua no município de Itaboraí (Idem, 2015), soma-se a isso o fechamento de diferentes alojamentos e pousadas construídos para receberem estes trabalhadores devido as quedas nas taxas de ocupação com o desemprego.

O entrevistado C cita os distintos problemas em relação à continuidade da obra do COMPERJ, que passaram a afetar diferentes setores do município de Itaboraí

“[...] ruim para todo mundo até pela própria cidade, você vê na cidade hoje que tem vários hotéis que construíram estão parados, vários apartamentos que o cara investiu, várias casas que os caras investiram e está tudo parado, o comércio”. (Entrevistado D)

Andando por Itaboraí se percebe modificações nesse período com vários estabelecimentos comerciais fechados, um aumento do comércio informal e o fechamento de várias pousadas ou repúblicas que recebiam trabalhadores. Somadas a isso, constantemente, percebiam-se grandes filas em escritórios ou agências responsáveis pela rescisão ou baixa nas carteiras de trabalho.

Entre todas as mobilizações realizadas, a que teve maior organização foi contra a empresa Alusa Engenharia, que encerrou as atividades entre os meses de setembro e janeiro, e promoveu uma série de demissões. Posteriormente, alterou seu nome para Alumini Engenharia<sup>41</sup>.

Com isso, os trabalhadores da empresa ficaram sem receber os direitos trabalhistas e passaram a se organizar. Segundo depoimento, apenas no COMPERJ o total de demitidos foi de mais ou menos três mil trabalhadores.

“[...] 460 foram os primeiros a sair e foi o primeiro acordo fechado no Ministério Público de Niterói [...] só que esse acordo não foi cumprindo, ele cumpriu uma parte, de 25% e 25%, e os outros 50% foram calote. No final de janeiro a demissão de 2500 e um total de 3000 trabalhadores que estão nessa situação e isso aqui no Rio de Janeiro e ainda tem o pessoal de Recife. [...] são 5.000 tudo da Alusa”. (Entrevistado G)

---

<sup>41</sup> O fechamento da Alusa Engenharia também produziu demissões no Complexo Portuário de Suape (PE). Segundo a imprensa, cerca de seis mil funcionários não receberam os direitos trabalhistas realizando diversos atos como piquetes fechamento de rodovias e sendo formada uma comissão dos trabalhadores.

A partir daí, como na greve de fevereiro de 2014, os trabalhadores organizaram-se e passaram a questionar as ações desenvolvidas pelo SINTRAMON. Posteriormente, em assembleia própria, constituíram uma comissão de base com o propósito de agir.

“A comissão foi tirada em Assembleia. [...] foi montado uma assembleia lá mesmo em Itaboraí em frente ao fórum. De lá, partimos com a assinatura e foi levado pelo juiz. No cartório é tudo legal, tudo documentado, e a comissão tem respaldo jurídico. E nós fazemos parte da comissão”. (Entrevistado G)

Realizadas no PRT – 1º Região, as audiências públicas eram exemplo das ações proporcionadas pelo SINTRAMON e acompanhadas pela comissão de base. Entre os meses de novembro e março de 2015 foram realizadas sete sessões, com objetivo de mediar os problemas relativos ao pagamento dos trabalhadores.

Em uma das sessões, o representante da empresa justificou o não pagamento dos trabalhadores:

“[...] por conta de todos os problemas envolvendo as contratações efetuadas pela Petrobrás, fato de conhecimento público, [...] ficou impossibilitada de honrar com seus compromissos, mormente, com as dispensas efetuadas nos meses de setembro e novembro do corrente ano; que, por conta de ordem judicial de bloqueio emanada pela VT de Ipojuca [...] não recebeu os valores devidos da Petrobrás” (ATA, 28/11/2015).

Paralelo, às audiências no PRT - 1º Região, os trabalhadores produziam diferentes mobilizações, como atos na porta da Petrobrás ou nas cercanias do COMPERJ. Durante as ações, produziam piquetes, à revelia do Sintramon, tentando impedir a entrada dos demais operários nos canteiros de obra.

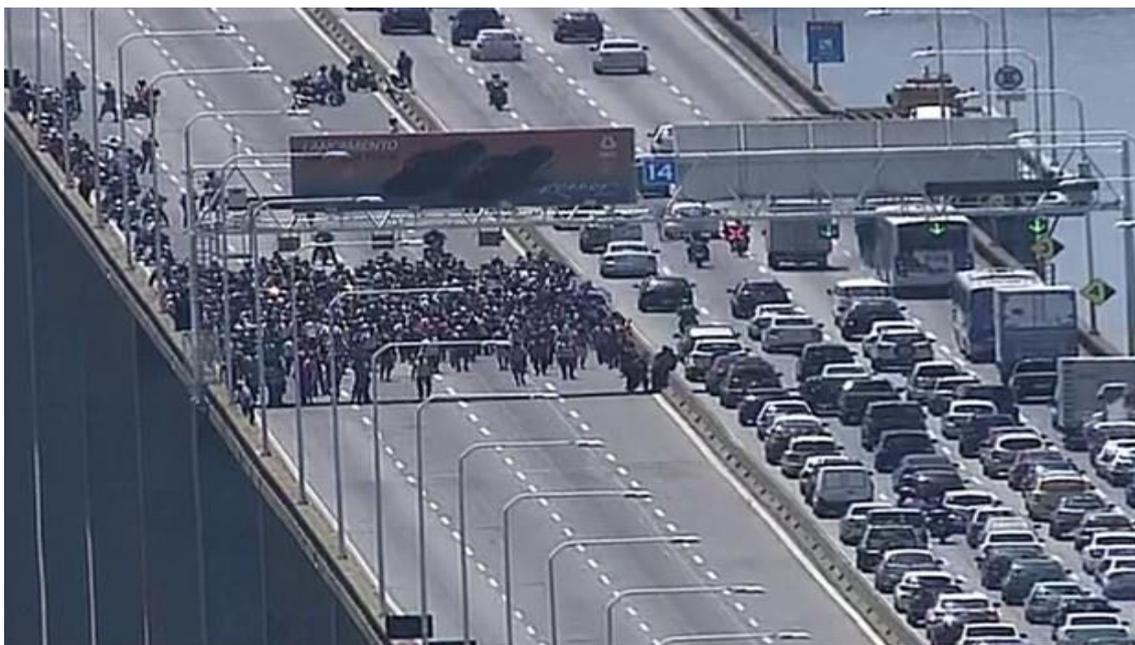
“[...] os trabalhadores da Alusa iam lá e paravam os ônibus. Os outros trabalhadores, solidariamente, paravam junto, então, entre janeiro e fevereiro, tiveram diversas [...] já agora, 2015, diversas paralisações, só que não tinha uma repercussão. Acabava que era lá em Itaboraí, lá isolado do próprio COMPERJ, então acabava que não aparecia para mídia, não teve interesse da mídia em mostrar. Falava, mas não explicavam a motivação”. (Entrevistado G)

Apesar das ações, os entrevistados lidavam com a falta de repercussão na mídia e avançavam pouco nas reivindicações exigidas à Petrobrás ou nas audiências do PRT – 1º Região. Nos depoimentos, os entrevistados citavam não só a falta de visibilidade, mas

também o apoio exercido por diferentes entidades com ações em Brasília<sup>42</sup>, visando pressionar o governo federal ou a ocupação ocorrida no TRT<sup>43</sup>.

Uma das principais ações promovidas pelos trabalhadores ocorreu no dia 10 de fevereiro de 2015, com o ato da Ponte Rio e Niterói<sup>44</sup>, conforme listam as fotografias 06 e 07.

**FOTOGRAFIA 07:** Protesto dos trabalhadores do COMPERJ na Ponte Rio-Niterói.



Fonte: G1 (2015)

---

<sup>42</sup> BBC Brasil. Com. Petrobras: trabalhadores do COMPERJ vão acampar no Planalto. Disponível em: <http://economia.terra.com.br/petrobras-trabalhadores-do-comperj-va-acampar-no-planalto,a2535f633aaab410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html> Acessado 12 fev 2016.

<sup>43</sup> MORAES, Henrique. Operários sem salários ocupam TRT no Rio de Janeiro. Jornal O DIA. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/economia/2015-03-09/apos-reuniao-sem-acordo-operarios-do-comperj-ocupam-predio-do-trt.html>. Acessado em 10 fev 2016.

<sup>44</sup> G1, rio de Janeiro (2015). Protesto interdita pista da Ponte Rio-Niterói por duas horas. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/transito/noticia/2015/02/protesto-interdita-pista-sentido-rio-da-ponte-rio-nietroi.html> Acessado em 12 fev 2016

**FOTOGRAFIA 08:** Protesto dos trabalhadores do COMPERJ na Ponte Rio-Niterói.



Fonte: G1 (2015)

Durante o trabalho de campo, conversei com trabalhadores que, ao citarem a forma de construção do movimento e a participação nas ações, demonstravam orgulho e satisfação com a repercussão dos atos na mídia. Entretanto, como apontam diferentes entrevistados, a luta não proporcionou avanços objetivos até o presente momento.

Paralelo a isso, o SINRAMON começou a apresentar nas assembleias medidas que tinham como objetivo a proteção ao emprego e o não confronto ao patronato, características próprias do sindicalismo brasileiro (COLETIVO VICTOR MEYER). Entre estas, foi deliberado na assembleia, realizada no dia 18 de dezembro de 2015, a mudança da data base de fevereiro para junho, sendo uma das justificativas a crise e o baixo investimento da Petrobrás no COMPERJ.

### **5.5. Greve e Saúde do Trabalhador**

Como observamos a partir dos estudos revisados os trabalhadores da Construção Civil possuem um histórico de elevadas taxas de acidentes e adoecimentos do trabalho. Esse processo de exploração desenvolve mecanismos de resistência como a constituição de diferentes greves, sendo muitas vezes à revelia dos sindicatos representativos como as ocorridas na construção do metrô do Rio de Janeiro (VALLADARES, 1983) e as recentes greves na obra do PAC.

A greve emerge como uma particularidade da resistência e questionamento pelos trabalhadores e constituindo-se, assim, como uma expressão das contradições do processo de trabalho. Um dos entrevistados ao citar a luta permanente, ao longo do tempo, entre patrões e empregados mostra a necessidade da greve enquanto uma dimensão coletiva com o objetivo na melhoria das condições de trabalho e ganhos para a categoria.

“Porque tudo que o trabalhador tem hoje foi tudo em questão da luta porque a patronal não dá nada para o trabalhador. [...] foi luta porque lá atrás, quando eu comecei em 1976 não tinha nada, não tinha comida, não tinha plano de saúde e a condução era péssima, mas aí por intermédio da luta que vimos travando nesse meio tempo chegamos até agora com o direito assegurado na convenção coletiva de todo ano, mas ele sempre quer tirar alguma coisa do trabalhador”. (Entrevistado G)

O Entrevistado F além de citar os ganhos objetivos da categoria durante as greves expressa uma relação subjetiva quando menciona que as greves podem proporcionar “consciência” e “união” para o conjunto dos trabalhadores.

“[...] representa, possibilidade de melhoria. Que os trabalhadores consigam é ter uma condição de trabalho, mais direitos, que eles possam [...] ter uma vida melhor no canteiro [...] ser menos explorados e mais respeitados na sua dignidade. [...] E o trabalhador ele precisa até a união mesmo, essa coisa da união do trabalhador, ter consciência de que é uma classe unida e que ele pode tem direitos, ele pode reivindicar, pode se colocar. Isso é muito importante para saúde do trabalhador no dia-a-dia, porque existe muito serviço que o trabalhador não tem condição de cumprir e para ele dizer não [...] e o trabalhador muitas vezes não tem uma CIPA, não tem uma organização em que ele possa se apoiar para dizer: “não, não tenho condição de fazer esse trabalho”. (Entrevistado F)

O sentido de “dignidade” expressa na entrevista, perpassa a concepção que a luta dos trabalhadores do COMPERJ se manteve de pé apesar do enfrentamento ao patronato, ao Estado e ao próprio sindicato representativo. Situação semelhante é citada na greve dos operários da Volkswagen (Anchieta) de São Bernardo do Campo em janeiro de 2014

A verdadeira vitória dos trabalhadores da Volks foi terem se posto de pé, coletivamente, quando os patrões, o governo petista a serviço do capital e o sindicato pelego os queriam de joelhos! Sua resistência, sua luta e sua greve são exemplos e lições para si mesmos e todos os demais operários, [...] que lutam em condições semelhantes; sejam os demais operários e trabalhadores do país inteiro, que sofrem o mesmo jugo do capital, a mesma traição dos sindicatos pelegos, e travam cotidianamente a luta que é de toda a classe operária. (COLETIVO VICTOR MEYER)

Embora o nível de união e solidariedade aumente, a partir das greves, os trabalhadores do COMPERJ estão, contudo, expostos a diferentes condições que diminuem a consciência de coletividade. No COMPERJ, tais práticas se expressam na produção da “lista suja”, as demissões dos participantes de comissões de base após as greves da categoria, os diferentes mecanismos de desarticulação das comissões de base entre outros.

Estas, estão presentes não só na organização do processo de trabalho, mas na inércia praticada pelo sindicato representativo frente as demandas apresentadas pelos trabalhadores. Um exemplo da forma de dificultar a capacidade coletiva ocorre quando um sindicalista aborda a greve apenas no seu sentido legal jurídico, pois confronta e minimiza a capacidade coletiva dos trabalhadores de questionamento perante aos problemas vivenciados no ambiente de trabalho.

“[...] a greve é boa quando ele é legal, se é que existe legal, mas quando existe nos trâmites legais porque para saúde do trabalhador ele perde porque você parado, você tem que ficar negociar seus dias parados porque nem todas empresas dão os dias que você ficou parado, ela não é obrigada a dar. Então quer dizer, você tem um ponto [...] vai ter que parar porque você vai ter que discutir os dias parados. Então para gente não é vantagem nenhuma. [...] e para a saúde dele vai ficar mais tenso, essa é o prejuízo maior que eu vejo [...]”. (Entrevistado D)

Em resposta a essas adversidades, o movimento grevista foi organizado pelos próprios trabalhadores, que vivenciavam a mesma realidade nos canteiros de obra, ou seja, os processos de formação, debates e deliberações eram produzidos de forma coletiva pelos sujeitos que participavam do movimento

Soma-se a esse quadro de resistência e questionamento os distintos apoios recebidos, produzindo não só o fortalecimento das ações, mas o compartilhamento de diferentes experiências operária. De fato, a greve produziu novas respostas dos patrões e do governo com o objetivo de reprimir e desorganizar os trabalhadores seja através de demissões, ou de cooptações de lideranças representativas, na tentativa de enfraquecer e desarticular o coletivo operário.

A resposta dos trabalhadores era a formação de novas lideranças e comissões de base. Estas, além de representarem os trabalhadores, também cumpriam o papel de minimizar o sofrimento dos trabalhadores, pois passam a ter uma entidade onde tem oportunidade de confiar, representar, compartilhar, de fato, experiências comuns e protagonizarem, efetivamente, mudanças no processo laboral.

Para o trabalhador se produz um dilema, pois, se de um lado, a busca da melhoria das condições de trabalho se faz necessária, a resistência em si pode se transformar em penalização com demissão, repressão ou abdicar do direito de se candidatar em algum emprego futuro.

“O pessoal fechou o setor. Só pedi para fechar e me afastei, não botei a cara e me afastei. Deixei quem estava negociando, negociar. [...] que eu sei que toda greve [...] filma mesmo”. (Entrevista H)

“[...] hoje nós temos camaradas depressivos, vivendo a base de psicotrópico, camaradas que estão a ponto de se matar como já teve casos de companheiros se matarem. A greve só destrói a saúde do trabalhador e qual a empresa que vai dar emprego para um trabalhador ruim de saúde. Hoje eu estou aqui com problema de hérnia, vista, problema de hipertensão, coluna uma série de problemas de saúde, depressivo porque a justiça do trabalho não dá credibilidade para nós, gente pode brigar pelo nosso direito, briga pela coisa simples meu irmão o trabalhador só briga por coisa essencial que é o seu salário que é para pode sustentar sua família, entendeu”. (Entrevistado I)

A ambiguidade dos trabalhadores também expressa a natureza vivenciada num período de demissões e mudanças do COMPERJ. Contudo, o movimento operário e social precisar refletir sobre formas de solidariedade e compartilhamento de valores num período de sofrimento dos operários com vistas a manutenção dos coletivos de trabalhadores.

Como percebemos o movimento dos trabalhadores do COMPERJ produziu, a partir da experiência própria, uma série de resposta as condições impostas diariamente aos operários, passando a contribuir para o processo de reflexão dos demais operários do COMPERJ, como também para os diferentes operários do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação visou não só analisar as práticas de exploração contidas nos canteiros de obras do COMPERJ, como também a ação coletiva dos trabalhadores da construção civil do complexo petroquímico e sua relação com sua ação sindical na luta da saúde.

Usando como vertente a medicina social latino-americana e estudos operários italianos partimos da compreensão do processo de trabalho enquanto processo de exploração capitalista e optamos, no estudo, em compreender as relações do processo saúde e doença a partir das reivindicações e formas de organização produzidas pelo coletivo de trabalhadores.

Sendo assim, como expomos no capítulo II, as greves, paralisações, reivindicações, audiências públicas e acordos coletivos de trabalho se tornaram importantes instrumentos de análise para compreender não só a relação capital e trabalho presentes no processo laboral, mas as formas de organização e mobilização dos trabalhadores. Nessa perspectiva, o presente estudo ao utilizar tais instrumentos para análise, reafirma não só o trabalhador enquanto protagonista de conhecimento do campo de ST, mas também das modificações relativas à sua realidade no trabalho.

No estudo, captamos a partir das reivindicações dos trabalhadores uma série de práticas de gestão que se manifestam, no cotidiano do trabalho, em formas de exigências para o trabalhador. Tais práticas se materializam em diferentes mecanismos de prolongamento do trabalho (Horas extras, Horas *in itinere* e Folgas de campos) e administração por estresse através de práticas gerencias como a participação de lucros e resultados e um sistema de metas individual (absenteísmo, advertência e segurança. Meio ambiente e saúde) e coletiva (produção/produktividade).

Soma-se a isso, um variado conjunto de práticas com a finalidade de aumento do controle e vigilância do trabalhador, tendo como objetivo central o enfraquecimento e diminuir a capacidade coletiva dos trabalhadores, base da resistência operária.

Outra forma de enfraquecimento do coletivo ocorre pela fragmentação dos trabalhadores através da terceirização em cascata utilizada no COMPERJ. A fragmentação imposta aos trabalhadores ocorre pela divisão em categorias profissionais e investidura sindical, duas das características do atrelamento sindical ao Estado. Os trabalhadores da construção civil, limpeza, segurança, funcionários da Petrobrás, entre

outros, que trabalham no COMPERJ, são representadas por diferentes sindicatos estruturados por categorias profissionais.

Contudo, como observamos a partir do material analisado, tais práticas não impedem a eclosão da resistência e solidariedade operária nas situações concretas enfrentadas pelos trabalhadores. Exemplos dessas formas se encontram nas diferentes estratégias empregadas pelos trabalhadores “corre trecho”, como distintos mecanismos para manutenção do contato junto a família e reproduzir a realidade das suas regiões em Itaboraí, e utilizadas pelos trabalhadores nos canteiros de obras e locais de convivência como refeitórios, vestiários e no transporte.

O presente estudo reafirmou, conforme estudos anteriores, as formas degradantes e insalubres que são expostos os trabalhadores da construção civil o que proporciona elevados índices de acidentes de trabalho e demais repercussões no processo saúde e doença.

Nesse sentido, não é por acaso que as formas de luta nas greves dos trabalhadores da construção civil no COMPERJ eclodem como “revoltas”, “explosões” ou “rebeliões”, provavelmente relacionados as características do processo de trabalho altamente degradantes, disciplina rígida e um regime de trabalho análogo ao da estrutura militar que não conseguiram ser aprofundadas, mas devem ser foco de futuros estudos. Entretanto, cabe salientar, que essas “explosões” ou “rebeliões” não necessariamente geram ou são “embriões” de futuras organizações.

Outra característica que pode influenciar a forma como se manifestam e se desenvolvem as greves e a resistência dos trabalhadores ocorre pela prática política do SINTICOM/SINTRAMON e o enfraquecimento da organização no local de trabalho. Embora limitado, espaços como o DDS, SMS, CIPA ou as próprias comissões de trabalhadores, estabelecidas pela Mesa Nacional Permanente da Construção Civil poderiam ser pontos de apoio para uma efetiva organização dos trabalhadores, conforme utilizado pelo movimento operário em outras ocasiões.

Em suas lutas, os trabalhadores do COMPERJ organizaram comissões de base com apoios de setores sindicais de outras categorias. Um dos principais apoios foi o do SINDIPETRO-RJ que, apesar de legalmente não representar os trabalhadores, utilizou-se de diferentes estratégias para aproximar e fortalecer as ações do movimento grevista dos trabalhadores.

A estratégia de constituir comissões de base durante as greves foi citada pelos entrevistados não só nas greves de 2014 e nas manifestações realizadas pelos

trabalhadores da ALUSA, em 2015, mas em greves anteriores ao longo da construção da obra.

Na greve de 2014, uma das ações da comissão de base, apoiada por sindicalistas do SINDIPETRO-RJ e CSP-CONLUTAS, foi focar sua atuação nas audiências públicas no sentido de obter, por meio da chancela do Ministério Público do Trabalho, seu reconhecimento como representantes dos trabalhadores nas negociações com os patrões. Enfatizou mais a disputa com a direção do sindicato e das Centrais Sindicais. Tal perspectiva limita o alcance da ação e organização coletiva, ainda nos marcos do aparato de Estado (MPT), e não na conquista da representação real pela própria base dos trabalhadores.

De outro, mesmo comissões de base dos trabalhadores formadas na/da luta operária para encaminhar suas reivindicações pode ter uma curta duração, inclusive por enfrentar as ações para sua desarticulação pelas empresas e/ou o próprio sindicato. No COMPERJ em resposta a greve dos trabalhadores as empresas produziram uma série de demissões de líderes das comissões de base e o movimento sindical realizou a substituição do sindicato representativo da categoria.

Como conquista da greve de 2014 e do movimento dos trabalhadores da ALUSA, o reencontro com o coletivo de trabalhadores, apesar dos limites impostos pelos patrões e o próprio sindicato legal da categoria, os operários se mantiveram de pé e compartilharam o sentimento de coletivamente enfrentar a exploração reafirmando a possibilidade de conquistas e mudanças no processo de trabalho.

Como apontamos o SINTRAMON, novo sindicato oficial da categoria, manteve as características do sindicalismo de parceria com patrões e o governo evitando o confronto com o capital. Tal característica enfraquece a capacidade coletiva dos trabalhadores na proteção e no questionamento da determinação dos problemas de saúde.

Por fim, como apontamos no estudo, as formas de mobilização e organização dos trabalhadores têm recebido pouco foco em relação aos estudos no campo de ST. Nesse sentido, a presente dissertação, surgida pela interpelação das mobilizações e luta dos trabalhadores, contribui ao apontar para a necessidade do aprofundamento da realidade dos trabalhadores a partir das suas próprias práticas organizativas e compreendendo assim os próprios limites da estrutura sindical de Estado para a luta pela saúde dos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. GADO, R.G. Trinta mil operários de vários estados do país ‘correm trecho’ em busca do tesouro. **Jornal O GLOBO**, p.17, 6 Abr. 2014

ANTUNES, R.; NOGUEIRA, A. **O que são comissões de fábrica**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

ARAUJO, A.J.S. **Paradoxos da modernização: terceirização e segurança dos trabalhadores em uma refinaria de petróleo**. Tese apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, ao Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, para obtenção do título de Doutor em Saúde Pública, 2001.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO (ALERJ). **Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social**. 6ª Audiência Pública. Realizada em 27 de março de 2014

BARBOSA, S.Q. **As práticas educativas em saúde relacionadas à tuberculose: estudo de caso em uma unidade de saúde da família no município de Itaboraí, RJ**. [Dissertação]. Escola Nacional de Saúde Pública, 2012,142f.

BADARO, M. Entrevista. **Revista POLI: Saúde, Educação e Trabalho- jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde**. Ano VI – Nº 35 – jul./ago. 2014.

BÁRTOLI M, ROCCA M. Gestion par objectifs et réquisition de compétences: vers de nouvelles sources d'intensification du travail? In: Askenazy P, Cartron D, Coninck F, Gollac M. (org.) **Organisation et intensité du travail**. Toulouse: Octarès; 2006. p. 21-28.

BOITO Jr., A. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Editora da UNICAMP. São Paulo; HUCITEC, 1991.

\_\_\_\_\_. Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: nota para uma teoria da ação sindical. *Revista Crítica Marxista* n.12, p. 77-104, Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

\_\_\_\_\_; MARCELINO, P. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Cad. CRH* vol.23 nº. 59 Salvador May/Aug. 2010

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

Governo Federal. **Programa de aceleração do crescimento (PAC) 2007-2010**. Material para a imprensa. Brasília, DF, 2007. 55 p.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 11.648, de 31 março de 2008. **Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica**, 2008.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto de 1º de março de 2012. **Institui a Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção**, 2012.

\_\_\_\_\_. COMPROMISSO NACIONAL PARA APERFEIÇOAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. Disponível em: [http://2013.cut.org.br/sistema/ck/files/doc\\_materias/compromisso.pdf](http://2013.cut.org.br/sistema/ck/files/doc_materias/compromisso.pdf) Acessado em 10 Nov 2015.

BERLINGUER, G. **A Saúde nas Fábricas**. Editora HUCITEC. São Paulo, 1988.

BISOL, A.C. Estratégias de pesquisa em contextos de diversidade cultural: entrevistas de listagem livre, entrevistas com informantes-chave e grupos focais. **Estud. psicol.** (Campinas) vol.29 supl.1 Campinas Oct./Dec. 2012

BRANDÃO, C.R. **A pergunta á varias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Sociedade e cultura*, V. 10, N. 1, Jan./Jun. 2007, P. 11-27

CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI. **Audiência Pública sobre o COMPERJ**. Niterói/RJ Realizada em 16/05/2014

CAMPOS, C. V. **As rebeliões trabalhistas nas obras do PAC: o caso das usinas hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte**. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”, 2013.

CESÁRIO, I. R. **A greve dos garis do município do Rio de Janeiro: processo de trabalho e saúde em questão**. 65 f, 2016. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana). Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH), Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2016.

CONCEIÇÃO, T.S. **Trabalhadores nos canteiros de obras da Usina Hidroelétricas de Belo monte-Altamira: condições de saúde e políticas públicas**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

COSTA, S.T.F.L.; JORGE, I.P.; SPERANDIO, F. F.; PEREIRA, V.L.D.V. **A construção civil e o estresse como uma realidade**. Disponível em: [http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos e textos/Stress qualidade de vida/007%20-%20A%20constru%20E3o%20civil%20e%20o%20estresse.pdf](http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Stress_qualidade_de_vida/007%20-%20A%20constru%20E3o%20civil%20e%20o%20estresse.pdf). Acesso em 25 de outubro de 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Os trabalhadores e a reestruturação produtiva na construção civil brasileira**. Estudos Setoriais n. 12. São Paulo: DIEESE, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Terceirização na Petrobras – Alguns Pontos Para Reflexão**. 2006

\_\_\_\_\_. **Estudo Setorial da Construção 2012**. Nº 65 – Maio de 2013.

\_\_\_\_\_. **Mesa Nacional da Construção O diálogo social tripartite – rumo a condições de trabalho decentes no setor da construção**. Número 124 – Maio de 2013a.

DIAS, A.B, SOUZA, A.A.; MAIA, A.B.; BERZINS, F.A.J. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ): Impactos socioambientais, violação de direitos e conflitos na Baía de Guanabara. **Revista Ética e Filosofia Política** – Nº 16 –Volume 1 – junho de 2013.

DRUCK, G.; FILGUEIRAS, V. A Epidemia da terceirização e a responsabilidade do STF. *Rev. TST, Brasília*, vol. 80, nº 3, jul/set 2014

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). **COMPERJ POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO**, Nº 1| Maio 2008

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 229–248, dez. 2010.

GOMES, Gabriel, DVORSAK, Peter, HEIL, Tatiana. Indústria Petroquímica Brasileira: Situação atual e Perspectivas. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, 2005. Disponível em

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. **Revista Crítica Marxista**, n.32, p.107-126, 2011.

\_\_\_\_\_. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. **Revista Crítica Marxista**, n. 38, p.103-117, 2014.

GIANOTTI, V. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

GRANEMANN, S. PAC: a afirmação do parasitismo do capital sobre o trabalho. **Revista de Políticas Públicas**. Vol.11, n. 1, Janeiro a Junho de 2007. Acessado em 24/11/2014: [http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id\\_publicacao=745](http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=745)

HOBBSAWM, E. **Os Trabalhadores**: Estudo sobre a História do Operariado. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

IRIART, J.A.B; OLIVEIRA, R.P.; XAVIER, S.S.; COSTA, A.M.S.; ARAÚJO, G.R.; SANTANA, V.S. Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 13, nº1, p.165-174, 2008.

BRITO, Jorge. Reflexos e oportunidades para os municípios do CONLESTE. **Revista de Economia Fluminense**. Rio de Janeiro, Ano V - Número 10, p. 18- 24, Maio de 2011.

LACAZ, F.A.C. **Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical**. Tese de doutorado. Unicamp, Campinas, 1996, 432 f.

\_\_\_\_\_. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(4):757-766, abr, 2007

LAURELL, A. C. A saúde-doença como processo social. In: Nunes, E. D., org. **Medicina social: aspectos históricos e teóricos**. São Paulo, Ed. Global, 1983. p. 133-58.

\_\_\_\_\_. Ciencia y xperiência obrera: la lucha por la salud são Italia. **Cuadernos Políticos**, número 41, México, D. F., editorial Era, julio-diciembre de 1984, pp. 63-83.

\_\_\_\_\_. Saúde e Trabalho: os enfoques teóricos. In: Everardo Duarte Nunes. **As Ciências Sociais em Saúde na América Latina**. Brasília: OPAS, 1985, 255-276.

\_\_\_\_\_. NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde. Trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. NORIEGA M., LÓPEZ A.O., RIOS V. La experiencia obrera como fuente de conocimiento: confrontación de resultados de la encuesta colectiva e individual. Rosario / Argentina. **Cuadernos Médico Sociales** 1990; 51:5-26.

LENIN, V. Sobre as greves. In: **Os sindicatos**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória Limitada, 1961. P. 39-47.

\_\_\_\_\_. **Uma grande iniciativa**. Acessado em 20/01/2014 em <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/06/28.htm>

\_\_\_\_\_. **Que fazer?** Acessado em 15/12/2014a: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QfjAA&url=http%3a%2F%2Fpcb.org.br%2Fportal%2Fdocs%2Fque-fazer.pdf&ei=LmGgVKXpAs78yQSz-IGYAw&usg=AFQjCNHXHjtp52nsKZ3FPQ9kSCsdoIVwpw&sig2=nBoXgonq9VL01IuEgM9e3Q>

LIMA, C.S. **Estudo da asma em Itaboraí/RJ: prevalência, gravidade e poluição atmosférica**. [Dissertação]. Rio de Janeiro/RJ. Escola Nacional de Saúde Pública, 83f., 2013.

LINHART, D. Entrevista: Daniele Linhart. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9 n. 1, p. 149-160 mar. /jun.2011

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. Publicações Escorpião, Porto, 1964.

LOBO, E.M.L.; STOTZ, E.N. Tira o retrato do velho, põe o retrato do velho. O movimento sindical contemporâneo e o fim da era Vargas: uma avaliação. **Latin American Labor “Occasional Paper”**, 24. Miami, 1998.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. v.1, tomo 2, 2 ed. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. v.1, 1 ed. São Paulo: Abril Cultura, 1983a

MARCELINO, P.; CALCANTE, S. Por uma definição de terceirização? **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 331-346, Maio/Ago. 2012

MARCELINO, P. Base fragmentada, ação combativa: a experiência sindical dos trabalhadores terceirizados da refinaria de Paulínia. In: BOITO JR. Armando; GALVÃO, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Ed. Alameda, 2012a. P.227-279.

MENDES, R.; S.R. LUCAS. Epidemiologia dos acidentes do trabalho fatais em área metropolitana da região sudeste do Brasil, 1979-1989. **Rev. Saúde Pública**, 27(3): 168-76, 1993.

MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA SOCIAL. **Informe da Previdência Social: Artigo Análise das Estatísticas de Acidentes do Trabalho na Construção Civil**. Volume 26, número 7, 2014.

NORIEGA, M. Problemas teórico-metodológico de la investigación sobre la salud em el trabajo. **Salud Problema**, v. 16, p 9-14, 1989.

NORIEGA, M. Organización laboral, exigencias y enfermedad. In: **Para la Investigación Sobre la Salud de los Trabajadores**, Serie PALTEX 3. Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud; p. 167-187, 1993.

ODDONE, I.; MARRI, G.; GLORIA, S.; BRIANTE, G.; CHIATTELLA, M. & RE, A., 1986. **Ambiente de Trabalho: A Luta dos Trabalhadores pela Saúde**. São Paulo: Hucitec.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Segurança e saúde no trabalho da construção: experiência brasileira e panorama internacional**. Net, Brasília, março de 2005. Disponível: em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 11 Dez 2014.

OLIVEIRA, R.V. SUAPE EM CONSTRUÇÃO, PEÕES EM LUTA: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 233-252, Maio/Ago. 2013.

PARKER M, SLAUGHTER J. Unions and management by stress. In: Babson S. (org.) **Lean work: empowerment and exploitation in the global auto industry**. **Detroit: Wayne State University Press**; 1995. p. 41-53.

PINA, J.A.; STOTZ, E.N. Participação nos lucros ou resultados e banco de horas: intensidade do trabalho e desgaste operário. **Rev. bras. saúde ocup.** 2011, vol. 36, n. 123, pp. 162-176.

\_\_\_\_\_. Intensificação do trabalho e saúde: uma abordagem teórica. **Rev. bras. saúde ocup.** São Paulo, 39 (130): 150-160

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira.** Boitempo Editora, 2012.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUIDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano I, n. I, jul. 2009.

SANTANA, V.S.; OLIVEIRA, R.P. Saúde e trabalho na construção civil em uma área urbana do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20(3):797-811, mai-jun, 2004.

SANTANA, V.S. Saúde do trabalhador no Brasil: pesquisa na pós-graduação. **Rev Saúde Pública**; 40(N Esp):101-111, 2006

SILVA, J.M.; AUGUSTO, L.G.S.; GURGEL, I.D. Saúde do trabalhador nos estudos de impactos de refinarias de petróleo. **Cad. Saúde Colet.** Rio de Janeiro, 21 (3): 325-31, 2013

SELIGMANN-SILVA, E. **Desgaste mental no trabalho dominado.** São Paulo: Cortez, 1994.

SPINK M.J.P. Análise de documentos de domínio público. In: **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.** São Paulo: Cortez; 2004. p. 123-152.

TOLEDO, L.M. **Plano de Monitoramento Epidemiológico da Área de Influência do COMPERJ**, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

VALLADARES, L.P. Quebra-Quebras na construção civil: o caso dos operários do metro do Rio de Janeiro. In: **Ciências Sociais hoje? Movimentos Sociais Urbanos, minorias étnicas e outros estudos.** Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, p. 113-143, 1983.

VASCONCELLOS, L.C.F. A imperfeição da regra trabalhista referente à saúde: da Revolução Industrial à Consolidação das Leis do Trabalho. In: VASCONCELLOS, L.C.F.; OLIVEIRA, M. H.B. **Saúde, Trabalho e Direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória.** Rio de Janeiro: Educam, 2011, p. 125-164.

VÉRAS, R. Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos. **Revista Crítica Ciências Sociais**, 103, Maio 2014: 111-136.

VENTURA, A.C.V. **Planejamento estratégico em empresas de engenharia civil contratadas para o projeto do COMPERJ.** [Dissertação]. Niterói/RJ, 2013. 102 f.

### Jornais e Revistas

A Nova Democracia (2014). **COMPERJ: poço de revoltas operárias.** Ano XII, nº 126, 2ª quinzena de Fevereiro de 2014. Disponível em <http://anovademocracia.com.br/no-126/5213-comperj-poco-de-revoltas-operarias>. Acessado em 15 jan 2015.

MAZZI, Carolina. (2014). **Rodoviários decidem parar a partir da 0h na região metropolitana do Rio.** Portal de Notícias UOL. <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/05/27/rodovarios-decidem-parar-a-partir-da-0h-na-regiao-metropolitana-do-rio.htm>. Acessado em: 12 out 2014

PAC, a aposta do governo na construção. Conjuntura da Construção. São Paulo, n. 1, ano V, p. 3, março de 2007. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cc/article/download/25114/23909> Acessado em: 18 set 2014

COMPERJ finaliza a maior terraplenagem da história. Revista Manutenção e Tecnologia, 2011. Disponível em: [http://revistamt.com.br/index.php?option=com\\_contenido&task=viewMateria&id=668](http://revistamt.com.br/index.php?option=com_contenido&task=viewMateria&id=668). Acessado em 10 janeiro 2016

SERAPIÃO, Fábio. Planilhas mostram “bingo” do cartel de empreiteiras na Petrobras. Revista Carta capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-serapiao/planilhas-mostram-bingo-do-cartel-de-empresiteiras-em-obras-da-petrobras-3020.html> Acesso em 11/12/2014 Acessado em 10 jan 2014

**COMPERJ** – Cronograma, Contratos e Empresas. TECHNONEWS. Disponível: <http://www.technonews.com.br/2011/newpetroleoegas.php?corpo=conteudopetroleoegas.php&tabela=tabram03&pg=1&cod=45> Acessado 04 nov 2014

Petrobrás fecha novos contratos para obras e serviços do COMPERJ. **Revista Grandes Construções,** São Paulo. Disponível: [http://www.grandesconstrucoes.com.br/br/index.php?option=com\\_contenido&task=viewMateria&id=587](http://www.grandesconstrucoes.com.br/br/index.php?option=com_contenido&task=viewMateria&id=587) Acessado em 05 Nov. 2014.

BORGES, Rafaella. Comperj teve quase oito mil demissões apenas em janeiro, segundo a Petrobras. **Jornal Extra.** Disponível em <http://extra.globo.com/noticias/economia/comperj-teve-quase-oito-mil-demissoes- apenas-em-janeiro-segundo-petrobras-15225448.html> Acessado em 15 Fev. 2016

ORDONEZ, Ramona (2014). Justiça considera ilegal a greve dos trabalhadores do COMPERJ. Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/justica-considera-ilegal-greve-dos-trabalhadores-do-comperj-11739857#ixzz41DU129wT> Acessado em 15 Fev. 2015

TOMAZELLI, Idiana. Funcionários do COMPERJ são baleados em protesto em Itaboraí. Estadão. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,funcionarios-do-comperj-sao-baleados-em-protesto-em-itaborai,177253e>. Acessado 05 Jan. 2015

BBC Brasil. Com. Petrobras: trabalhadores do Comperj vão acampar no Planalto. Disponível em: <http://economia.terra.com.br/petrobras-trabalhadores-do-comperj-va-acampar-no-planalto,a2535f633aaab410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html>. Acessado 12 Fev. 2016

MORAES, Henrique. Operários sem salários ocupam TRT no Rio de Janeiro. Jornal O DIA. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/economia/2015-03-09/apos-reuniao-sem-acordo-operarios-do-comperj-ocupam-predio-do-trt.html>. Acessado 10 Fev. 2016

G1, rio de Janeiro (2015). Protesto interdita pista da Ponte Rio-Niterói por duas horas. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/transito/noticia/2015/02/protesto-interdita-pista-sentido-rio-da-ponte-rio-nietroi.html>. Acessado 12 Fev. 2016

SANTOS, Arthur Henrique Silva (2012). Um compromisso para construir o Brasil. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Opinioao/Um-compromisso-para-construir-o-Brasil/26578>. Acessado 21 Jan. 2016.

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista aos trabalhadores da construção civil do COMPERJ que participaram no movimento grevista

<p><b>IDENTIFICAÇÃO</b></p>	<p><i>Idade: _____ anos</i>  <i>Sexo: _____</i>  <i>Escolaridade/estudo: _____</i>  <i>Profissão: _____</i>  <i>Origem: _____</i>  <i>Onde você mora? Cidade: _____</i>  <i>Bairro: _____ Quanto tempo mora neste lugar? _____</i>  <i>Trabalho Anterior? _____</i>  <i>Empresa Contratante: _____</i>  <i>Forma de Contratação: _____</i>  <i>Tempo de Contratação: _____</i></p>
<p><b>CONDIÇÕES DE TRABALHO</b></p>	<p><i>Fale um pouco sobre seu trabalho na obra do COMPERJ e como ele se relaciona com as outras etapas da obra?</i></p> <p><i>Fale um pouco sobre sua experiência como trabalhador da construção civil e do COMPERJ?</i></p> <p><i>Para você quais os problemas vivenciados no trabalho?</i></p> <p><i>Existe variação no ritmo do trabalho segundo o dia, semana ou mês? E horas extras?</i></p> <p><i>Durante o trabalho ou no alojamento você consegue conversar com os colegas?</i></p>
<p><b>AÇÕES COLETIVAS E SINDICAIS</b></p>	<p><i>Você poderia falar sobre os principais problemas e reivindicações dos operários do COMPERJ?</i></p> <p><i>Você poderia falar sobre os acontecimentos da greve dos trabalhadores do COMPERJ ocorrida entre Fevereiro e Março de 2014?</i></p> <p><i>Do seu ponto de vista, como foi a greve? Quais as dificuldades enfrentadas? E os apoios recebidos?</i></p> <p><i>Do seu ponto de vista, qual foi a posição da comissão de greve durante o período de greve?</i></p> <p><i>E do sindicato?</i></p> <p><i>Você poderia falar como foi o retorno ao trabalho após a greve?</i></p> <p><i>Quais motivos para a mudança do sindicato representativo dos trabalhadores do COMPERJ?</i></p>

	<p><i>Fale sobre os problemas vivenciados pelos trabalhadores do COMPERJ atualmente?</i></p> <p><i>E a relação desses problemas com a saúde?</i></p> <p><i>Qual o significado da greve em relação a saúde dos trabalhadores?</i></p> <p><i>Do seu ponto de vista qual sua visão sobre os sindicatos na atualidade?</i></p>
--	--

## APÊNDICE B: Roteiro de entrevista para os representantes sindicais da categoria

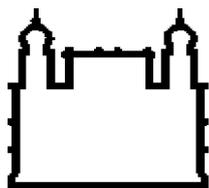
<p><b>IDENTIFICAÇÃO</b></p>	<p><i>Idade: _____ anos</i>  <i>Sexo: _____</i>  <i>Escolaridade/estudo: _____</i>  <i>Profissão: _____</i>  <i>Onde você mora? Cidade: _____</i>  <i>Qual o sindicato que você representa: _____</i>  <i>Qual sua função no respectivo sindicato: _____</i>  <i>Há quanto tempo você está na direção sindical: _____</i></p>
<p><b>CONDIÇÕES DE TRABALHO</b></p>	<p><i>Descreva sobre a estrutura do sindicato, a base sindical e sua relação com os trabalhadores do COMPERJ?</i></p> <p><i>Você poderia descrever o processo de construção do COMPERJ?</i></p> <p><i>Do seu ponto de vista quais os principais problemas vivenciados pelos trabalhadores do COMPERJ?</i></p>
<p><b>AÇÕES COLETIVAS E SINDICAIS</b></p>	<p><i>Quem é operário do COMPERJ?</i></p> <p><i>Você poderia falar sobre os acontecimentos da greve dos trabalhadores do COMPERJ ocorrida entre Fevereiro e Março de 2014?</i></p> <p><i>Você poderia falar sobre as reivindicações dos operários do COMPERJ?</i></p> <p><i>Descreva como é/era a relação do sindicato com os trabalhadores do COMPERJ?</i></p> <p><i>Existe algum tipo de comissão de trabalhadores constituída no ambiente de trabalho?</i></p> <p><i>Do seu ponto de vista, como foi a greve? Quais as dificuldades enfrentadas? E os apoios recebidos?</i></p> <p><i>Do seu ponto de vista, qual foi o papel do SINTRAMON?</i></p> <p><i>E da comissão de greve durante o período de greve?</i></p> <p><i>Durante o período de greve ocorreu apoio (movimento social, partido ou entidade sindical)?</i></p> <p><i>Quais motivos para a mudança do sindicato representativo dos trabalhadores do COMPERJ?</i></p> <p><i>Comente sobre os problemas vivenciados pelos trabalhadores do COMPERJ atualmente?</i></p>

	<p><i>E a relação desses problemas com a saúde?</i></p> <p><i>Qual o significado da greve em relação a saúde dos trabalhadores?</i></p> <p><i>Do seu ponto de vista qual sua visão sobre os sindicatos na atualidade?</i></p>
--	---

APÊNDICE C: Representante de entidades sindicais implicadas no movimento grevista ou em seus desdobramentos

<p><b>IDENTIFICAÇÃO</b></p>	<p><i>Idade: _____ anos</i>  <i>Sexo: _____</i>  <i>Escolaridade/estudo: _____</i>  <i>Profissão: _____</i>  <i>Onde você mora? Cidade: _____</i>  <i>Qual entidade que você representa: _____</i>  <i>Qual sua função na respectiva entidade: _____</i></p>
<p><b>CONDIÇÕES DE TRABALHO</b></p>	<p><i>Comente a relação da sua entidade com os trabalhadores do COMPERJ?</i></p> <p><i>E os sindicatos (SINTICON e SINTRAMON)?</i></p>
<p><b>AÇÕES COLETIVAS E SINDICAIS</b></p>	<p><i>Você poderia falar sobre os principais problemas e reivindicações dos operários do COMPERJ?</i></p> <p><i>Existe relação com alguma comissão dos trabalhadores?</i></p> <p><i>Você poderia falar sobre os acontecimentos da greve dos trabalhadores do COMPERJ ocorrida entre Fevereiro e Março de 2014?</i></p> <p><i>Do seu ponto de vista, como foi a greve? Quais as dificuldades enfrentadas?</i></p> <p><i>Do seu ponto de vista, qual foi o papel do SINTRAMON e da comissão de greve durante o período de greve?</i></p> <p><i>Na sua opinião porque houve a mudança do sindicato representativo dos trabalhadores do COMPERJ?</i></p> <p><i>Fale sobre os problemas vivenciados pelos trabalhadores do COMPERJ atualmente?</i></p> <p><i>E a relação desses problemas com a saúde?</i></p> <p><i>Qual o significado da greve em relação a saúde dos trabalhadores?</i></p> <p><i>Do seu ponto de vista qual sua visão sobre os sindicatos na atualidade?</i></p>

## APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido



**Ministério da Saúde**  
**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca**



### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título do Projeto: **Ações coletivas e sindicais na luta por melhores condições de trabalho e saúde: um estudo com trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro**

Pesquisador Responsável: Hugo Pinto de Almeida.

Professora Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Kátia Reis de Souza e Dr. José Augusto Pina.

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, - Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ).

Telefones para contato: (21) 98537-7677 E-mail: hugopa\_rj@yahoo.com.br

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **“Ações coletivas e sindicais na luta por melhores condições de trabalho e saúde: um estudo com trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro”**, desenvolvida por Hugo Pinto de Almeida, discente de Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação da Professora Dr.<sup>a</sup> Kátia Reis de Souza e Co-Orientação do Professor Dr. José Augusto Pina.

Esta pesquisa tem como objetivo central: Analisar a emergência e o processo de ação coletiva dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e saúde e sua relação com a ação sindical, a partir das lutas dos trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

Para seu desenvolvimento serão realizados: observação participante, levantamento documental e entrevista semiestruturada. O (a) Sr (a) foi convidado a participar do estudo por ser trabalhador da construção civil do COMPERJ que participou do movimento de greve, representante sindical da categoria profissional (SINTICOM, posteriormente, SINTRAMON) ou representante de outra entidade sindical implicada na luta dos operários do COMPERJ.

O presente TCLE atende às normas para pesquisa envolvendo seres humanos do Conselho Nacional de Saúde 466/12. Por isso sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Os benefícios desta pesquisa estão na compreensão da organização dos trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho e saúde com a possibilidade de atuação junto as ações de saúde do trabalhador como a Vigilância em Saúde do Trabalhador

Apesar de os resultados desta pesquisa poderem ser publicados em congressos, revistas e livros científicos, considero mínimos os riscos para a sua participação, pois as informações prestadas por você serão confidenciais, de uso exclusivo para a pesquisa e terão caráter sigiloso. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e será utilizado um nome fictício.

A guarda de todo o material (gravado e transcrito), obtido durante a pesquisa, ficará sob a responsabilidade da Pesquisadora Responsável armazenado em local seguro e pelo período de cinco anos, sendo picotado e descartado após este período.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é feito em duas vias, cabendo uma ao pesquisador e a outra ao participante, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, agora ou a qualquer momento.

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.”

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP/FIOCRUZ.

Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ

CEP: 21041-210.

Telefone e Fax: (21) 2598 – 2863 / Email: cep@ensp.fiocruz.br / <http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

Eu, \_\_\_\_\_, declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, no projeto de pesquisa acima descrito.

( ) Autorizo a gravação da entrevista.

Assinatura do voluntário:

\_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora:

\_\_\_\_\_

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## ANEXO A – Parecer do comitê de ética e pesquisa